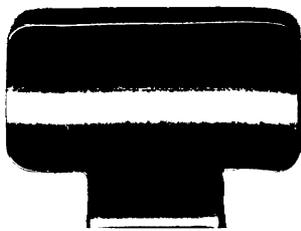


MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

25 Anos do IICA no Brasil





IICA-CIDIA

**IICA-CIDIA
UNIDAD DE SERVICIOS
BIBLIOTECARIOS Y DE
DOCUMENTACION**

**MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

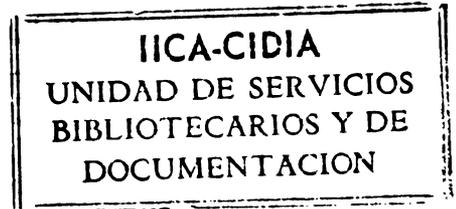
25 anos do IICA no Brasil

~~01001000~~

00001051

IICA-CIDIA

Série Publicações Miscelâneas Nº A4/BR-001/90 - ISSN-0534-5391



MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

25 anos do IICA no Brasil

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Escritório no Brasil

1990

TÍTULO ORIGINAL: Modernização da Agricultura e Cooperação
Internacional – 25 anos do IICA no Brasil

Série Publicações Miscelâneas Nº A4/BR-001/90

Copyright © Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
(IICA), Escritório no Brasil, Março de 1990.

Editor: Juan Díaz Bordenave

Apoio editorial: Zita Machado Salazar Pessoa

Responsável pela edição: Marília Oberlaender Alvarez

Capa: layout de Antonio Vaz, com fotografia de Lucinda Simas Magalhães
do quadro "Bravos homens da terra", de Laís Penna.

Programação visual em desktop publishing: Henrique Garcia de Lima

Produção editorial e gráfica: Editora Salamandra

IICA

PM-A4/BR-001/90

Díaz Bordenave, Juan (ed.)

Modernização da agricultura e cooperação
internacional – 25 anos do IICA no Brasil /
Editado por Juan Díaz Bordenave e Marília
Oberlaender Alvarez com apoio de Zita
Machado Salazar Pessoa. – Brasília:
IICA, 1990.

v. (IICA. Série Publicações
Miscelâneas, A4/BR/001/90).

ISSN-0534-5391

1. Modernização Agricultura.
2. Cooperação Internacional – IICA. I.
Título. II. Série

AGRIS:E14

CDU: 327.7:63

As idéias expressadas nos depoimentos constantes desta publicação são
próprias dos entrevistados e não refletem necessariamente a opinião do
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

1990

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

25 anos do IICA no Brasil

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	pelo Diretor-Geral do IICA, Martín E. Piñeiro	11
PREFÁCIO	pelo Representante do IICA no Brasil, Manuel Otero	13
CAPÍTULO 1	O IICA NA AMÉRICA	15
CAPÍTULO 2	A COOPERAÇÃO COM O BRASIL	27
	Os primeiros tempos do IICA no Brasil, José Irineu Cabral	32
	As contribuições do IICA ao setor agrícola brasileiro, Alysson Paulinelli	35
	Minha experiência pessoal no IICA, Marília Alvarez	38
CAPÍTULO 3	POLÍTICAS PARA UMA AGRICULTURA DINÂMICA	41
	Alguns problemas do setor agrícola quando o Brasil se tornou membro do IICA, Pedro Merçon Vieira	42
	Diagnóstico e políticas de desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Sul, Tomás Backer Ecos González	45
	Planejamento da política agrícola, Arnaldo Veras	51

CAPÍTULO 4	OS MÚLTIPLOS COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO RURAL	57
	Desenvolvimento regional na zona cacauceira da Bahia	58
	Cooperação com a SUDENE	60
	Ações estaduais de desenvolvimento rural	64
	Avanços brasileiros nas áreas de saúde animal e sanidade vegetal, Michael Bedoya	66
	Cooperação com a Superintendência para o Desenvolvimento da Borracha	74
	Trabalhos com família e mulher rural	75
CAPÍTULO 5	INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS NA PESQUISA AGROPECUÁRIA	79
	O IICA e a CEPLAC, uma velha amizade, José Irineu	81
	A contribuição do IICA para a pesquisa em cacau, Carlos Brandão	85
	A criação da EMBRAPA	87
CAPÍTULO 6	PIONEIRISMO NA AGRICULTURA IRRIGADA	95
	Primeiros passos com a irrigação no Brasil, José Barrios	98
	O crescimento da agricultura irrigada, Agustín Millar	104
	A decolagem da agricultura irrigada como decisão política no Brasil, Eliseu Roberto de Andrade	112

CAPÍTULO 7	O DESAFIO DO TRÓPICO ÚMIDO 117	117
	A reformulação do IICA-Trópicos, Rufo Bazán	125
	A cooperação dos países amazônicos para desenvolver o trópico úmido, Jean Dubois	131
CAPÍTULO 8	A DIFUSÃO DOS CONHECIMENTOS E DAS TÉCNICAS	135
	O Convênio ABEAS-IICA e sua influência no desenvolvimento das ciências agrárias, Edson Machado de Souza e Paulo Roberto da Silva	142
	Uma nova abordagem da educação e da capacitação para as áreas rurais, Manuel Argumedo	140
	A cooperação do IICA com o Ministério da Educação em políticas de educação básica, Jacobó Waiselfisz	144
	O IICA, a comunicação e a extensão rural no Brasil, Moacyr Pereira Lima	151
	O IICA e a informação e documentação agrícola brasileira, Plácido Flaviano Curvo Filho	156
CAPÍTULO 9	O IICA NO BRASIL, HOJE	161
CAPÍTULO 10	O FUTURO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA DO IICA NO BRASIL	175

ANEXO I	Brasileiros que trabalharam no IICA	185
ANEXO II	Brasileiros pós-graduados no CATIE	191
ANEXO III	Brasileiros agraciados com os Galardões Interamericanos no Setor Rural	195
ANEXO IV	Funcionários do IICA no Brasil	197
ANEXO V	Brasileiros em cargos internacionais do IICA	203

**MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

25 anos do IICA no Brasil

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresento o livro **MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – 25 ANOS DO IICA NO BRASIL**, no qual é possível apreciar não só os ingentes esforços envidados pelo Brasil para desenvolver a sua agricultura, como também as contribuições que o IICA tem prestado a tais esforços neste quarto de século de trabalho conjunto.

A publicação deste livro constitui uma inovação oportuna no IICA, pois vem facilitar o resgate da memória da atuação institucional num importante Estado membro. Isto representa um valioso subsídio para a identificação de novos rumos e a formulação de novas propostas pelo IICA. Serve-lhe também de estímulo para trabalhar cada vez melhor como instrumento a serviço dos nossos Estados membros em geral e do Brasil em particular.

Além disso, o conhecimento dos programas e realizações anteriores facilita a orientação dos dirigentes, técnicos e funcionários do IICA, os quais, graças à informação contida no livro, podem identificar-se de forma mais consciente com os objetivos e a doutrina da Instituição.

Aproveito a oportunidade do lançamento deste livro para congratular-me com os dirigentes do setor agrícola brasileiro, com os técnicos e com os produtores rurais e suas famílias, protagonistas todos eles da grande aventura do desenvolvimento rural.

Martín E. Piñeiro
Diretor-Geral do IICA



PREFÁCIO

Uma das nossas primeiras preocupações, ao assumirmos o cargo de Representante do IICA no Brasil, foi ter uma noção, a mais abrangente possível, das atividades de cooperação desenvolvidas pelo Escritório no seu primeiro quarto de século. Constatamos, no entanto, que a leitura dos numerosos documentos existentes como fruto de tais atividades não se afigurava suficiente para proporcionar uma visão clara dos esforços envidados e dos resultados obtidos.

Surgiu então, de maneira cristalina, a necessidade de resgatar e compilar a memória institucional nestes 25 anos de trabalho solidário e intenso em prol do desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro.

Assim nasce este livro, que conta o que o IICA fez e como o fez, sem ufanismo e com objetividade. Não foi nossa intenção apresentar um relato pomposo e frio de todas e de cada uma das atividades executadas pelo Instituto nestes 25 anos. Preferimos mostrar, espontânea e informalmente, um amplo leque de realizações conjuntas com muitos colegas brasileiros, algumas bem sucedidas, outras nem tanto. Quisemos que os próprios dirigentes e técnicos nacionais que receberam a cooperação do IICA opinassem sobre aspectos da mesma. Incluímos também o testemunho de alguns funcionários do IICA que participaram ativamente do trabalho do Instituto no Brasil.

Esperamos que esta publicação não seja vista por seus leitores como uma peça publicitária, mas, sim, como uma forma de comemorar uma frutífera inter-relação profissional e uma longa e profunda amizade, desenvolvidas no curso de nossa trajetória institucional. O livro constitui, igualmente, uma homenagem dos técnicos e funcionários do IICA a seus pares nacionais com os quais compartilharam esforços, frustrações, e também grandes alegrias.

É ainda nosso desejo que este livro sirva de fonte de referência para a reflexão sobre a estratégia da cooperação técnica

nos anos vindouros. Em tempos de crise como os que vivemos é prioridade para o IICA concentrar seus esforços na análise prospectiva, procurando antecipar-se aos acontecimentos, propondo políticas e programas que permitam converter a agricultura no eixo central da reativação e do crescimento sócio-econômico desta grande nação latino-americana.

Aos dirigentes, técnicos e funcionários governamentais, cujos testemunhos aparecem nesta obra, queremos expressar os nossos agradecimentos por seu interesse e disposição em transmitir as experiências vividas e os resultados obtidos no seu trabalho com o IICA.

Expressamos também o nosso reconhecimento ao Dr. Juan Díaz Bordenave, elemento importante da história viva do IICA no Brasil e em todo o continente. Com seu talento e dedicação, é ele o grande responsável pelo livro que hoje colocamos à apreciação do setor agropecuário brasileiro.

Manuel Otero
Representante do IICA no Brasil

Capítulo 1

O IICA NA AMÉRICA

Em 7 de outubro de 1942, o Conselho Diretor da União Pan-Americana, antecessora da Organização dos Estados Americanos (OEA), aprovou a criação de um organismo de âmbito interamericano especializado em agricultura. Nascia, assim, o **Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas – IICA**, hoje **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**, cuja finalidade é estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados membros no sentido da consecução do seu desenvolvimento agrícola e do bem-estar rural.

Como primeiro Diretor do IICA foi nomeado o pesquisador estadunidense, Dr. Earl N. Bressman.

A instituição orientou-se inicialmente para o melhoramento das culturas tropicais através da pesquisa, razão por que instalou sua primeira sede na cidade de Turrialba, na Costa Rica, numa zona tropical situada a 610 metros acima do nível do mar e a 70 quilômetros da capital, São José.

Na qualidade de organismo do Sistema Interamericano especializado em agricultura, o IICA evoluiu por etapas que de um modo geral se caracterizam pela orientação que seus sucessivos diretores-gerais lhes davam, nesta ordem:

DIRETOR	NACIONALIDADE	PERÍODO	ETAPA
Earl N. Bressman	norte-americano	1942-1946	Institucionalização
Ralph H. Allee	norte-americano	1947-1960	Consolidação e Descentralização
Amardo Samper	colombiano	1960-1969	Nova Dimensão
José E.G. Araújo	brasileiro	1970-1982	Projeção Humanista
Francisco Morillo	venezuelano	1982-1986	Concertação
Martín E. Piñeiro	argentino	1986-1994*	Reativação Agrícola com Equidade

* Com mandato até 1994

A Institucionalização

Em 1944, foi aberta à assinatura dos Estados americanos a **Convenção Multilateral** do Instituto, documento constitutivo em que se estabeleciam todos os aspectos da sua relação com as nações do hemisfério, assim como seus objetivos, filosofia, alcance e metas. De imediato quatro países depositaram seu instrumento de ratificação da Convenção: Costa Rica, Estados Unidos, Nicarágua e Panamá.

Ao entrar em funcionamento em 1944, o Instituto desenvolvia seu programa de pesquisa estruturado nestas quatro áreas: Engenharia Agrícola, Pecuária, Fitotecnia e Solos, e Economia Agrícola e Bem-Estar Rural. Em 1946, deu início ao seu programa de ensino, em nível de mestrado.

Até o ano de 1946, além dos países que já haviam assinado a Convenção Multilateral, também ratificaram sua participação no IICA El Salvador, Guatemala, Honduras, República Dominicana e Venezuela, elevando para nove o número dos Estados membros.

A Consolidação

De 1946 a 1949 ampliou-se o alcance da pesquisa agrícola: foram iniciados trabalhos sobre genética e fisiologia do café; nutrição do cacau, do arroz e de culturas menores; plantas alimentícias, medicinais e produtoras de fibras; melhoramento genético do milho e manejo do gado, bem como o estudo de comunidades rurais.

Criaram-se também programas de ensino de pós-graduação e fundou-se a Biblioteca Comemorativa Orton, considerada então o mais completo acervo de livros e informação sobre agricultura tropical no hemisfério.

No período 1948-49 lograram-se dois avanços importantes no desenvolvimento científico da Instituição: (a) o início em Turrialba da Coleção Mundial de Variedades de Café, desde então a maior coleção de germoplasma do café no continente americano, e (b) o estabelecimento do Serviço de Intercâmbio Científico, para melhorar o material bibliográfico da Biblioteca Orton e desenvolver um amplo programa de difusão de conhecimentos científicos pelos mais variados canais de comunicação.

A Descentralização

Em 1950 tem início a etapa em que o Instituto se descentraliza geográfica e funcionalmente para melhor servir aos países. No começo dessa fase, o IICA continuava restrito aos Estados membros que haviam ratificado a Convenção Constitutiva. Três iniciativas importantes contribuiriam para convertê-lo numa organização conhecida em todo o continente:

- o Serviço de Intercâmbio Científico (SIC);
- o Projeto 39 do Programa de Cooperação Técnica da OEA;
- o Contrato de Serviços com a Administração da Cooperação Internacional (Ponto IV) dos Estados Unidos.

O **Serviço de Intercâmbio Científico**, iniciado em 1950, introduziu e generalizou na América Latina o uso de ferramentas modernas da informação nos trabalhos de pesquisa: fotocópias, microfilmes, referências bibliográficas, uma revista interamericana de ciências agrícolas, cursos para bibliotecários agrícolas e cursos de redação técnica para pesquisadores, entre outras.

O **Projeto 39 – Ensino Técnico para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural**, do Programa de Cooperação Técnica da OEA, foi entregue ao IICA para que o administrasse. Seus recursos permitiram ao Instituto treinar mais de 10.000 profissionais dos países membros em matérias tão diversas quanto biblioteconomia, dasonomia, ecologia, economia agrícola, economia doméstica, extensão rural, fitotecnia, horticultura, informação agrícola, engenharia agrícola, manejo de pastagens, métodos estatísticos na experimentação agrícola, zootecnia, solos e sociologia.

Foi, entretanto, com o estabelecimento dos escritórios regionais do Projeto 39 – um para a Zona Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), um segundo para a Zona Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) e um terceiro para a Zona Norte (América Central, México, Panamá e Caribe) – que este Projeto deu ao IICA a oportunidade de demonstrar a todos os países americanos a aplicabilidade de seus serviços, de acordo com as necessidades particulares de cada um deles. O Projeto 39 também estabeleceu “áreas de desenvolvimento regional” em vários

países latino-americanos. A Área Demonstrativa de San Ramón, no Uruguai, tornou-se famosa como área piloto, pois nela se testaram inovadoras técnicas agrícolas e sociais. Em San Ramón receberam treinamento técnicos dos serviços de extensão do Cone Sul, entre os quais vários brasileiros.

Em 1956 o IICA incorporou o Projeto 39 à sua estrutura institucional, encampando três escritórios regionais.

O **Contrato de Serviços Regionais** assinado com a Administração de Cooperação Internacional (ICA) permitiu ao Instituto executar tarefas de apoio aos países membros, tais como pesquisa em café, cacau e borracha; melhoria de pastagens tropicais e manejo de pastos; extensão agrícola; melhoramento do lar, e informação rural. O contrato facilitou a oferta de cursos e o treinamento em serviço assim como a publicação da revista Extensión en las Américas, do boletim técnico "Café", e de duas séries educativas denominadas "Materiais de Ensino sobre Café e Cacau" e "Auxílios Visuais para a Extensão Agrícola".

A Nova Dimensão

As diretrizes estratégicas postas em prática pelo Diretor-Geral Armando Samper, eleito em 1960, visavam a projetar a ação do Instituto em todo o continente e priorizar a ajuda aos países membros no fortalecimento de suas instituições de pesquisa, educação superior e desenvolvimento rural.

Para pôr em marcha a Nova Dimensão, os esforços do IICA concentraram-se nestas três áreas: 1) reestruturação organizacional; 2) campanha pela ratificação da Convenção; e 3) revisão geral do programa estratégico.

No que respeita à reestruturação, a sede do Instituto foi transferida para São José, capital da Costa Rica; deu-se maior autonomia operacional ao Centro de Pesquisa e Ensino de Turrialba; os três escritórios do Projeto 39 converteram-se em Direções Regionais do IICA, com sede nas cidades de Guatemala, Lima e Montevidéu; e foram estabelecidos escritórios em quase todos os países membros do Instituto, inclusive nos Estados Unidos e no Brasil.

Quanto à campanha pela ratificação da Convenção, conseguiu-se a adesão ao IICA dos cinco Estados americanos

membros da OEA que ainda não faziam parte do Instituto: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Peru.

Finalmente, a revisão do programa culminou no estabelecimento destas cinco linhas de ação prioritária:

1. A capacitação do pessoal profissional no nível de pós-graduação;
2. A pesquisa em função do ensino e a coordenação das pesquisas através de programas e projetos cooperativos;
3. A assessoria aos governos, a fim de fortalecer suas instituições de serviço público à agricultura, sobretudo as instituições de ensino agrícola superior, os centros de pesquisa e os serviços de extensão;
4. O desenvolvimento dos meios de comunicação agrícola;
5. A projeção pública da imagem do Instituto e as relações oficiais com os governos e as instituições nacionais e internacionais.

Estas diretrizes traduziram-se numa série de atividades descentralizadas. No Centro de Ensino e Pesquisa de Turrialba o IICA operava a Escola para Graduados com programas envolvendo recursos para o desenvolvimento, extensão rural, estudos básicos, culturas perenes, desenvolvimento florestal, produção pecuária, comunicação e documentação. Em Bogotá, funcionava o Centro Interamericano de Reforma Agrária (CIRA). No Uruguai, organizou-se um Centro de Ensino e Pesquisa para a Zona Temperada, nas instalações do Centro de Pesquisas Alberto Boerger, em La Estanzuela. Na Argentina, o IICA cooperava com o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) no funcionamento da Escola de Pós-Graduação de Castelar. No Brasil, apoiava programas de ensino para graduados, juntamente com a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba. O IICA operava ainda áreas de desenvolvimento rural em vários países: São Ramón (Uruguai), Yaguarón (Paraguai), O'Higgins e Maipú (Chile) e Yaracuy (Venezuela).

A Projeção Humanista

Em 1970 iniciou-se uma nova etapa, dirigida pelo brasileiro José Emílio Gonçalves Araújo. Nesta, o objetivo do IICA era ajudar os países a promoverem o desenvolvimento rural como meio de

alcançar o desenvolvimento geral e o bem-estar do povo. Procurava-se a consecução desse objetivo através de sete linhas de ação, a saber:

1. Análise do desenvolvimento rural e da informação correspondente;
2. Fortalecimento das instituições de educação agrícola;
3. Fortalecimento das instituições de pesquisa agrícola;
4. Fortalecimento das instituições de fomento agrícola;
5. Apoio aos organismos de integração regional;
6. Fortalecimento das instituições encarregadas da mudança estrutural;
7. Fortalecimento das instituições de administração e de formulação da política agrícola.

Destacam-se dentre as realizações importantes desse período as seguintes:

- O Centro de Ensino e Pesquisa de Turrialba foi transformado em Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE), com uma situação especial dentro da estrutura do IICA e com a criação, nele, de um Centro Interamericano de Documentação e Informação Agrícola (CIDIA);
- Graças a uma doação da Venezuela, foi criado o Fundo Simón Bolívar, em 1974, que permitiu a realização de importantes projetos em vários países;
- Foi promulgada em 1980 a nova Convenção sobre o Instituto, que determinou a mudança de seu nome, de Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas para Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura;
- A Junta Diretora do IICA, antes formada pelos embaixadores dos países no Conselho Permanente da OEA, passou a ser integrada pelos ministros da agricultura do continente;
- Foram criados novos escritórios do IICA no Panamá, Costa Rica, Guiana e Haiti, destacando-se ainda o ingresso do Canadá em 1972. Com a adesão dos países do Caribe, o IICA passou a contar com 29 Estados membros, dois dos quais – o Canadá e a

Guiana – não eram membros da OEA;

- Foi construída, em 1976, a sede própria do Instituto em Coronado, nas cercanias de São José.

A Concertação

No período 1982-85, o Diretor-Geral Francisco Morillo Andrade implementou uma série de medidas no sentido de maior concertação das atividades do Instituto com as necessidades e aspirações dos Estados membros. Algumas dessas medidas foram:

- a criação do Centro de Projetos de Investimento (CEPI), para aumentar a capacidade dos países na identificação e formulação de projetos, com vistas à melhor aplicação dos recursos nacionais e à captação de ajuda externa;
- o estabelecimento de programas cooperativos de pesquisa para as regiões Andina e Centro-Americana, a exemplo do que se havia feito na Região Sul com o Programa Cooperativo de Pesquisa Agrícola do Cone Sul (PROCISUR), com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- o fortalecimento das relações com os países observadores, com outros países e com agências internacionais de cooperação técnica ou financeira, tais como FAO, PNUD, FIDA, AID, BIRD e BID, entre outras;
- a atenção especial para as relações com a Comunidade Econômica Européia (CEE), que resultou na execução de projetos de cooperação financeira e assistência técnica prestada por países da CEE principalmente na América Central e no Caribe.

A Reativação da Agricultura com Equidade

Com a eleição do Dr. Martín E. Piñeiro para Diretor-Geral do IICA, iniciou-se em 1986 uma nova etapa da evolução institucional, centrada neste objetivo: reativação da agricultura na América Latina e no Caribe, a fim de converter o setor no eixo fundamental do desenvolvimento dos países, capaz de contribuir de modo decisivo para solucionar os problemas conseqüentes da crise

econômica e do endividamento externo com que os mesmos defrontam.

O Plano de Médio Prazo (PMP) 1987-1991, elaborado pelo IICA com base em amplas consultas realizadas nos Estados membros por um grupo qualificado de especialistas externos, definiu como prioridade da ação do Instituto o cumprimento de atividades destinadas a:

- fortalecer o desenvolvimento do setor agropecuário;
- acentuar a modernização tecnológica e a eficiência da produção agropecuária;
- acelerar o processo de integração regional.

Neste sentido, foram selecionados cinco Programas, que constituem hoje as principais áreas de trabalho do IICA:

- I - Análise e Planejamento da Política Agrária;
- II - Geração e Transferência de Tecnologia ;
- III - Organização e Administração para o Desenvolvimento Rural;
- IV - Comercialização e Agroindústria;
- V - Saúde Animal e Sanidade Vegetal.

Alguns desenvolvimentos nestas áreas prioritárias incluem:

I - Política Agrária

O IICA promoveu uma maior presença do setor público agropecuário dos países na análise e definição das políticas macroeconômicas e dos programas de investimento que afetam de maneira direta o setor agropecuário.

Incrementou-se o relacionamento com organismos financeiros internacionais através de componentes de cooperação técnica em operações de empréstimo a Estados membros. Tal modalidade de trabalho, iniciada há vários anos no Brasil, estendeu-se à análise de alternativas de política, no México; ao desenvolvimento de sistemas de informação e acompanhamento de políticas específicas, em Honduras; ao fortalecimento institucional em El Salvador e Costa Rica, e à realização de estudos setoriais e de fortalecimento institucional na Argentina.

II - Inovação Tecnológica

Na área da inovação tecnológica, avançou-se no fortalecimento de programas de caráter sub-regional, com vistas a

compartilhar pesquisas e a promover a transferência tecnológica horizontal, isto é, entre países.

Ao reconhecido êxito do PROCISUR, do PROCIANDINO e do PROMECAFE, vêm agora associar-se o PROCACAO, a RISPAL e o projeto recentemente aprovado de apoio à produção de grãos básicos, para os países da América Central, com importante assistência da Comunidade Econômica Européia.

Nessa mesma linha inscrevem-se o convênio de cooperação com o Instituto Caribenho de Pesquisa Agrícola e Desenvolvimento (CARDI) e a reformulação do Projeto IICA-Trópicos. Esta tem por objetivo atualizar o IICA-Trópicos, que passa a denominar-se PROCITROPICOS, e dar-lhe maior envergadura, adequando-o às prioridades estabelecidas no contexto do Tratado de Cooperação Amazônica.

As iniciativas de âmbito internacional são complementadas por atividades em nível nacional, tendo em vista apoiar os processos de fortalecimento organizacional e gerencial dos sistemas nacionais de geração e transferência de tecnologia.

Iniciaram-se também atividades no campo da biotecnologia, área de importância decisiva para o futuro da agricultura da região, na qual entretanto o IICA não possuía experiência direta.

III - Desenvolvimento Rural

Os projetos de desenvolvimento rural continuam a ser uma área em que o Brasil, o Paraguai e os países da Área Andina e da América Central tem grande interesse e precisam de cooperação. O IICA envidou substancial esforço no sentido de imprimir maior eficiência aos mecanismos de supervisão desses projetos e de aproveitar as experiências para melhorar a base conceitual a partir da qual a cooperação técnica é prestada.

Nesse contexto, o IICA cooperou significativamente no fortalecimento institucional para o delineamento e implementação de estratégias para a pequena agricultura, em Honduras e no Equador; na área da comunicação rural no Haiti, como instrumento para melhorar a produtividade dos minifúndios do país; na capacitação para o manejo de pequenas empresas rurais, na Jamaica, e no fortalecimento da capacidade técnica do Fundo DRI, na Colômbia.

A participação da mulher vem recebendo especial atenção em termos de apoio à formulação de políticas e ações destinadas a assegurar a real e efetiva atuação feminina no processo de desenvolvimento rural.

Em 1987, o IICA iniciou, em cooperação com o Rádio Nederland Training Centre, da Holanda, um projeto de comunicação para o desenvolvimento, visando a capacitar pessoal dos países no uso adequado do rádio, do vídeo e da educação à distância, em programas de desenvolvimento rural.

IV – Comercialização e Agroindústria

A diversificação agropecuária, a busca de novos produtos e o desenvolvimento agroindustrial estão intimamente relacionados com a abertura de mercados e negociações comerciais.

O IICA apoiou a formalização da Rede de Tecnologia Apropriada ao Desenvolvimento Agroindustrial Rural – RETADAR, mecanismo de ligação e cooperação entre os organismos especializados dos países. Foram igualmente apoiadas iniciativas destinadas ao melhoramento da comercialização interna e à promoção da agroindústria rural em El Salvador, Peru, Bolívia, Uruguai, Trinidad e Tobago e Ilhas de Barlovento.

V – Prevenção de Pragas e Doenças e Combate às Mesmas

A abertura de mercados e o interesse crescente pela exportação de produtos agropecuários tradicionais e não-tradicionais foram acompanhados de uma renovada preocupação com os problemas sanitários. No Caribe, com a colaboração financeira da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), o IICA vem desenvolvendo um amplo sistema de informação sanitária que permitirá melhor monitoração e controle das doenças e pragas que afetam a produção agropecuária. Apóia-se também o fortalecimento dos laboratórios de diagnóstico e dos serviços de saúde animal e sanidade vegetal em geral.

O PLANALC

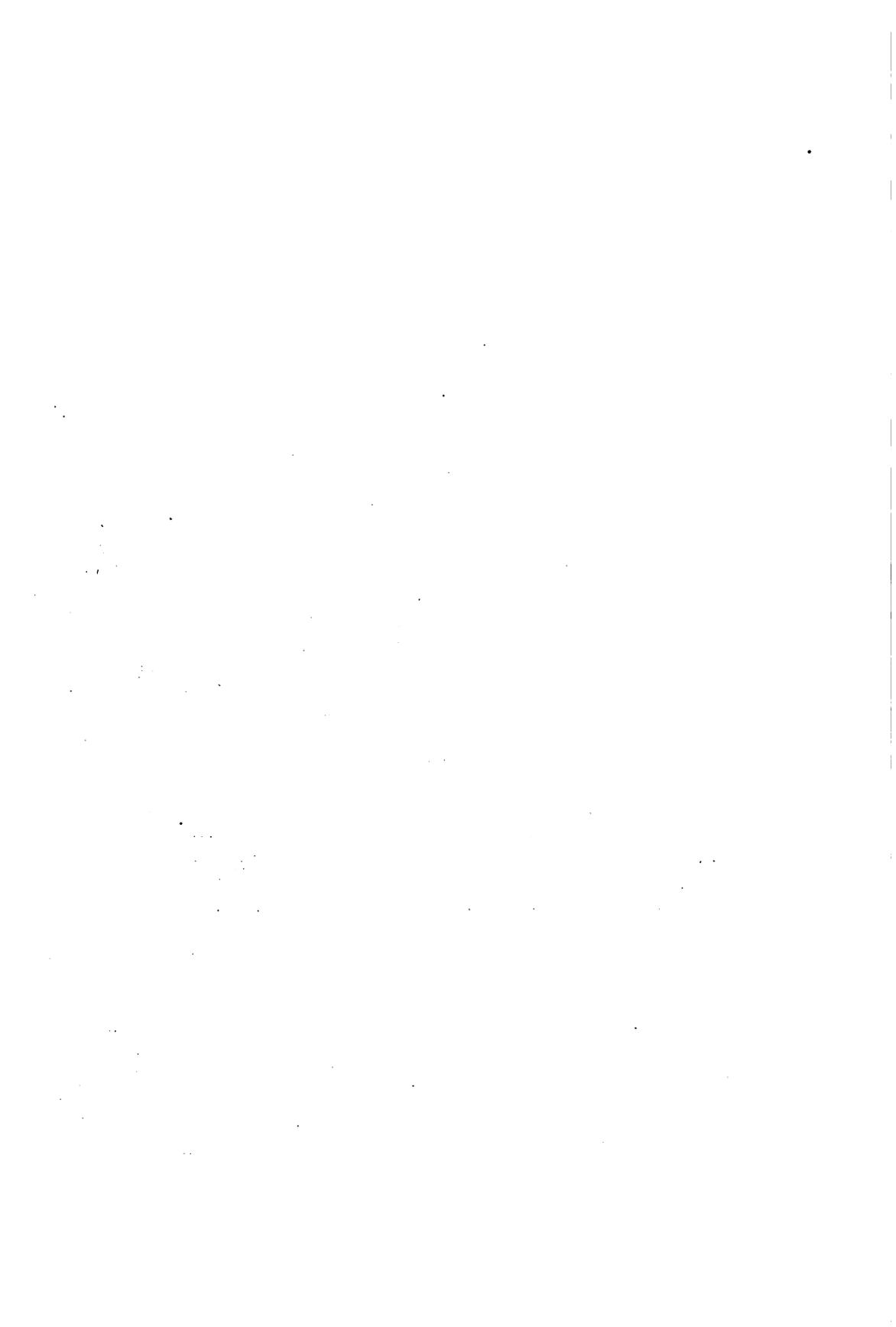
A IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura (CIMA), realizada no Canadá em 1987, incumbiu o IICA de elaborar um plano que tivesse como eixo central a modernização da

agricultura, como forma de impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região.

Após intenso processo de consulta e concertação com os Estados membros e outros organismos internacionais, foi finalmente aprovado o Plano de Ação Conjunta para a Reativação Agropecuária na América Latina e no Caribe (PLANALC), em outubro de 1989, na Quinta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, realizada em São José da Costa Rica.

O apoio conferido pelos países membros ao novo plano, que representa um grande estímulo para o Instituto, subentende também a enorme responsabilidade da sua imediata instrumentação.

O PLANALC contempla uma série de mecanismos tanto institucionais e financeiros como de acompanhamento das diferentes propostas de ação, cuja implementação permitirá que os primeiros frutos do Plano já sejam examinados pelos países membros na próxima CIMA, a realizar-se em Madri em 1991.



Capítulo 2

A COOPERAÇÃO COM O BRASIL

Muito antes de o Brasil tornar-se Estado membro do IICA, em 1964, já havia no país certo conhecimento do Instituto, sobretudo entre os pesquisadores agrícolas e mais especialmente a respeito dos serviços da Biblioteca Orton, do antigo Centro de Ensino e Pesquisa (CEI), hoje CATIE, de Turrialba. A Biblioteca prestava serviços bibliográficos a vários técnicos brasileiros.

Por outro lado, os sucessivos diretores da Zona Sul do IICA, localizada em Montevidéu – Manuel Elgueta, José Marull e Manuel Rodriguez Zapata –, colaboraram ativamente com a Região Sul do Brasil, em diferentes áreas, tais como Administração Rural, Economia Doméstica, Pesquisa Agrícola, Comunicação e Extensão Rural. Assim, o economista Emilio Montero, chileno, veio a Pelotas ministrar cursos curtos de Administração Rural, ajudando a atualizar o currículo de Economia Rural da Faculdade de Agronomia “Eliseu Maciel”. Por sua vez, a Dra. Carmen Sanchez, portorriquenha, deu o primeiro curso de Economia Doméstica na mesma faculdade. Vários pesquisadores brasileiros visitaram o Centro Experimental “Alberto Boerger” (La Estanzuela), no Uruguai, e trouxeram de volta novas idéias e métodos. Um técnico em pastagens, da Zona Sul do IICA, colaborou com a Estação Experimental de Bagé. Além disso, comunicadores e extensionistas brasileiros participaram de treinamentos na Área Demonstrativa de Desenvolvimento Rural que o IICA administrava em San Ramón, Uruguai.

Outro fato importante, antes de 1964, foi a participação do IICA na criação do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC) em Itabuna, que teve entre seus antecedentes a capacitação de pessoal da região cacauceira no Centro de Ensino e Pesquisa do IICA em Turrialba, Costa Rica. Lá se encontrava o Dr. Paulo de Tarso Alvim, brasileiro, pesquisando o cacau e ensinando na escola de pós-graduação. Num número significativo de brasileiros que foi a

Turialba nessa época participar de cursos sobre o cacau começou a germinar a idéia da organização de um centro no Brasil para empreender pesquisas e modernizar a cacauicultura. Esses técnicos foram quase todos aproveitados no centro que veio então a ser fundado, o CEPEC, e o próprio Dr. Alvim foi seu primeiro diretor.

O Ingresso do Brasil como Estado Membro

Estas e outras formas de colaboração do IICA constituíam, para vários dirigentes brasileiros da época, justificativa suficiente para o ingresso do Brasil no IICA. No entanto, existia um obstáculo: o sistema de cotas fixado pelo IICA para as contribuições dos países membros. Com efeito, quando o IICA foi criado, a sua primeira Convenção estabelecia a participação financeira dos países em função do número de habitantes. A relação de um dólar por mil habitantes colocava o Brasil como o segundo maior contribuinte do IICA, numa posição muito próxima à dos Estados Unidos, pois a população brasileira da época era pouco inferior à daquele país. O Brasil discordava desse ponto de vista e somente aceitou ingressar no IICA quando a OEA e, conseqüentemente, o IICA modificaram o sistema de cotas, passando a basear as contribuições dos países em proporção do seu Produto Nacional.

Assim, as gestões dos partidários do ingresso do Brasil no IICA encontraram eco favorável no Congresso Brasileiro, ao reconhecer este que a agricultura da América Latina em geral, e do Brasil em particular, necessitava de um organismo de nível continental que cooperasse com os países nas suas ações em prol do desenvolvimento agrícola e rural.

Como resultado do processo legislativo sobre o assunto, o Brasil aceitou tornar-se membro efetivo do Instituto, assim o declarando à Junta Diretora do IICA reunida em Montevideu em março de 1964.

A delegação brasileira que compareceu a essa reunião foi chefiada pelo engenheiro agrônomo José Emílio Gonçalves Araújo, então assessor-chefe da Comissão de Planejamento da Política Agrícola do Ministério da Agricultura. Dela também participaram o engenheiro agrônomo Sílvio Vanick Ribeiro, como suplente, e o economista José Irineu Cabral, chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, Dr. Osvaldo Lima Filho. O Dr. Irineu Cabral

compareceu à reunião porque já tratava dos assuntos do IICA no Brasil.

Após comunicar, nessa reunião da Junta Diretora, a sua decisão de ingressar no Instituto, o Brasil finalmente depositou na OEA, ainda em 1964, seu instrumento de adesão à Convenção sobre o IICA e ao Protocolo de Emendas.

Começaram então as negociações para que o Governo brasileiro e o IICA assinassem o Acordo Básico de Operações mediante o qual a Nação outorgava ao Instituto os privilégios e imunidades concedidos aos organismos internacionais. O Acordo foi assinado em abril de 1970 pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Gibson Barbosa, pelo Diretor-Geral do IICA, José Emílio G. Araújo, e pelo Representante do IICA no Brasil, engenheiro agrônomo Pedro Merçon Vieira.

O Escritório no Rio de Janeiro

Foi nomeado Representante do IICA no novo país membro o economista brasileiro José Irineu Cabral, que também fora diretor executivo da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Por esta razão, a primeira sede do Instituto no Brasil localizou-se numa sala da ABCAR, no Rio de Janeiro.

Convidado pela OEA para coordenar o então recém-criado Comitê Interamericano para o Desenvolvimento Agrícola (CIDA), José Irineu Cabral foi substituído na Representação do IICA, em julho de 1964, pelo engenheiro agrônomo Jefferson Firth Rangel, na época co-diretor brasileiro do Escritório Técnico de Agricultura (ETA). Nessa ocasião, a convite da OEA, o IICA passou a funcionar em duas salas do Escritório Regional da União Pan-Americana, na Rua Paissandu, no Rio de Janeiro.

Jefferson Firth Rangel permaneceu à frente do Escritório no Brasil até agosto de 1969, quando foi designado Representante do IICA na Junta Diretora da Instituição em Washington, D.C.

Além do Representante, o Escritório no Brasil contava, nos primeiros tempos, com um grupo pequeno constituído pelo especialista em reforma agrária, Alberto Franco, pelo administrador, Paulo de Tarso Carneiro da Cunha, e pela secretária Mercedes Maltarolo. Esta foi pouco depois substituída por Marília Alvarez, que permanece até hoje no IICA.

As Primeiras Atividades

Na época do ingresso do Brasil como Estado membro, o IICA pautava sua atuação continental pela chamada "Parilla de Suescun", nome que se originou do fato de ter-se realizado em Suescun, pitoresca cidade da Colômbia, a reunião de diretores do Instituto em que se formulou a estratégia de ação para a década de 60. A "parilla" traduzia a programação das atividades então prioritárias de pesquisa agrícola, educação agrícola e extensão rural nas três zonas do IICA na América Latina: **Zona Andina** (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela); **Zona Sul** (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) e **Zona Norte** (América Central, México, Panamá e Caribe).

No Brasil, a Parilla de Suescun determinou a escolha de instituições-chave, do ponto de vista conjuntural, para o desenvolvimento das três linhas prioritárias.

Na linha da pesquisa, por exemplo, dando início à sua cooperação técnica com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), o IICA colaborou na formulação da estratégia de pesquisa e no planejamento da infra-estrutura física e institucional dessa Comissão. Para tão importante tarefa o IICA designou o Dr. Paulo de Tarso Alvim, seu funcionário, na época lotado na Zona Andina, em Lima. Mais tarde, colocou à disposição da CEPLAC o geneticista equatoriano, Dr. Jorge Soria, e o bioquímico costariquenho, Dr. Eduardo Jiménez.

Na linha da educação, interpretada como capacitação do pessoal em serviço nas instituições nacionais, o IICA concentrou-se na colaboração prestada ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), em face da prioridade que então se atribuía ao processo de racionalização da posse da terra. Três técnicos participaram desse esforço: os economistas agrícolas Alberto Franco, colombiano, e Antonio Giles, peruano, e o engenheiro agrônomo Victor Palma, também peruano.

Em 1967 somou-se ao pessoal da Representação a bibliotecóloga uruguaia, Julia Inés Rodríguez, que prestara serviços na Biblioteca Memorial Orton, do Centro de Ensino e Pesquisa de Turrialba. Sua missão foi colaborar com o Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD) e com a Associação Brasileira de Bibliotecários Agrícolas no desenvolvimento da

documentação como instrumento da pesquisa e da educação agrícola.

Em 1968 integrou-se ao quadro técnico do IICA no Brasil o engenheiro agrônomo Pedro Merçon Vieira, brasileiro, especialista em crédito rural, que havia trabalhado na Representação do México e na sede do Instituto na Costa Rica. Merçon Vieira cooperou com o Ministério da Agricultura na formulação da política de crédito rural.

No mesmo ano incorporou-se ao Escritório o Dr. Juan Díaz Bordenave, paraguaio, especialista em comunicação agrícola, transferido da Direção Regional para a Zona Andina. Díaz Bordenave dedicou-se ao fortalecimento dos serviços de comunicação rural do país, oferecendo cursos e assessoria ao Ministério da Agricultura, à ABCAR e ao CETREISUL de Pelotas, no Rio Grande do Sul. A partir de 1969 o comunicador do IICA iniciou a organização de cursos sobre metodologia de ensino nas instituições de educação agrícola superior, começando com um curso na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba. Também atuou como professor de Comunicação no programa de mestrado em Extensão Rural oferecido pela Universidade Federal de Viçosa.

Como parte do esforço global de capacitação para o fortalecimento das instituições do setor público agrícola, o IICA desenvolveu, desde os seus primeiros anos no Brasil, o programa de bolsas de estudo para jovens técnicos nacionais. Muitos desses bolsistas vieram eventualmente a ocupar importantes cargos técnicos e de direção nos quais contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento do país.

A Mudança para Brasília

No início da década de 80, praticamente todos os órgãos do Governo Federal já se haviam transferido do Rio de Janeiro para a nova capital, Brasília. Desse modo, tornou-se imperioso para o IICA estar próximo da sede das instituições responsáveis pela condução do setor agropecuário. Assim, no dia 2 de janeiro de 1981 o Escritório do IICA no Brasil foi transferido para Brasília, trazendo parte do seu pessoal técnico e auxiliar.

O estabelecimento da sede em Brasília permitiu ao Instituto estreitar ainda mais suas relações de cooperação com as instituições

do setor agrícola com as quais já vinha trabalhando e iniciar atividades com novas instituições, por exemplo a SUDHEVEA, a SUDEPE, o CENAGRI e a Secretaria de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura, entre outras.

Os Representantes

Ao longo de sua atuação no Brasil, o IICA teve estes Representantes:

- José Irineu Cabral (brasileiro, 1963–1964)
- Jefferson Firth Rangel (brasileiro, 1964–1969)
- José Irineu Cabral (brasileiro, 1971–1973)
- Luís Montoya (peruano, 1974–1979)
- José Irineu Cabral (brasileiro, 1979–1984)
- Juan Carlos Scarsi (uruguaio, 1984–1986)
- Norberto Pasini (argentino, 1986–1988)
- Manuel Otero (argentino, 1988 até 15 de março de 1990)

Em caráter interino, assumiram a condução do Escritório os seguintes funcionários: Pedro Merçon Vieira (brasileiro, 1969–1971); José Barrios Acuna (chileno, 1973–1974); Miguel Cetrángolo (uruguaio, outubro 1985–janeiro 1986); Daniel Gustafson (norte-americano, janeiro–maio 1980), Rufo Bazán (boliviano, junho–novembro 1988) e Hugo Torres (colombiano, a partir de 15 de março de 1990).

Apresenta-se, a seguir, o testemunho do economista José Irineu Cabral – três vezes Representante do IICA no Brasil – sobre a sua participação nas etapas iniciais de funcionamento do Escritório.

Os Primeiros Tempos do IICA no Brasil

Recapitulando os antecedentes da implantação do IICA no Brasil, nosso primeiro contato se deu quando enviamos a Montevideú, à Área Demonstrativa de San Ramón, um grupo de brasileiros do Ministério da Agricultura e dos estados para fazer o que seria o primeiro curso de extensão rural dirigido aos países da Região Sul do continente. Os técnicos do Ministério da Agricultura

selecionados eram quase que pioneiros na implantação de atividades de extensão agrícola no Brasil. Coincidentemente, na época se implantava também o serviço de extensão através da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em Minas Gerais, a primeira organização estadual de extensão agrícola lançada no Brasil. Esses técnicos, na realidade, trouxeram um reforço metodológico e filosófico para a implantação da extensão agrícola no país. Consideramos que o IICA, de forma talvez indireta mas efetiva, contribuiu para lançar os fundamentos dos serviços de extensão rural brasileiros.

No Ministério da Agricultura éramos diretor do Serviço de Informação Agrícola. Ali desenvolvíamos uma série de atividades que não eram tipicamente de extensão agrícola, mas que não deixavam de dar uma certa contribuição à reforma dos métodos de assistência técnica à agricultura brasileira. O Ministério trabalhava basicamente com serviços de fomento, sobretudo de prestação de serviços, envolvendo sementes, patrulhas mecanizadas, campos de demonstração, etc.

No que se refere à assistência técnica aos agricultores, entretanto, julgamos que os métodos trazidos pelos técnicos que fizeram o primeiro curso de extensão vieram reforçar e ampliar as iniciativas do Ministério nessa área. Vale citar, por exemplo, as reuniões de agricultores chamadas “semanas ruralistas” ou “semanas do fazendeiro”; os clubes agrícolas juvenis, que o Ministério administrava na época; os programas de divulgação de tecnologias agropecuárias, de informações agrícolas, de mercados, etc., que se irradiavam através dos programas do MA; as séries de publicações informativas, educativas e didáticas cujo sucesso era enorme, pois elas não só apoiavam a formação de novos engenheiros agrônomos e divulgavam trabalhos técnicos de professores, pesquisadores, engenheiros agrônomos, veterinários, etc., como também serviam de instrumentos de difusão das propostas tecnológicas disponíveis na época.

Os trabalhos na área da informação agrícola receberam um certo impacto das atividades que o IICA desenvolvia nas suas várias unidades, não só em Turrialba como também e principalmente na experiência de San Ramón e na unidade do IICA em Montevideu. Mais adiante, tivemos oportunidade de participar de alguns eventos

do IICA, principalmente em outros países, atendendo à convocação do então Diretor-Geral, Armando Samper.

Outro envolvimento que tivemos com o IICA está ligado a um momento muito importante, o do ingresso do Brasil como Estado membro. No campo da agricultura o Brasil já mantinha excelentes relações de trabalho com a FAO, na época uma organização extremamente ativa, sobretudo nos campos florestal e de pesca. O Brasil foi motivado a entrar em entendimentos sobre projetos com o IICA porque o Instituto oferecia naquele momento idéias que não cobriam necessariamente as áreas de floresta e pesca. Falava-se muito de extensão agrícola, pesquisa agropecuária, desenvolvimento regional, formação de pessoal tanto acadêmico como de caráter prático para desenvolvimento de projetos. Então o Brasil, que de um lado procurava reforçar algumas atividades do setor agrícola, principalmente para formular novas políticas setoriais, considerou que a participação no IICA era muito importante.

Naquela época – em 1963 – nós participávamos do Governo como Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, Osvaldo Lima Filho, e no Congresso Nacional se estudava o processo de participação do Brasil no IICA. Nós acompanhamos de perto esse processo. Depois de trabalhos de apoio às Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, vimos finalmente aprovar-se o decreto legislativo que formalizou o ingresso do Brasil no IICA. Na ocasião Armando Samper nos havia solicitado assumir o cargo de primeiro representante oficial do IICA no Brasil. Essa etapa foi puramente honorífica, sem remuneração, simplesmente na qualidade de colaborador e amigo do Instituto. Já na segunda fase, no início de 64, foi formalizada a nossa investidura como Representante do Instituto. Tivemos de procurar internamente o apoio logístico inicial para instalar a primeira semente da representação oficial, o que se conseguiu com a ajuda oportuna da ABCAR.

Numa pequena e modesta sala começamos o trabalho de promoção do IICA e informação acerca de seus objetivos e atividades no país, bem como fomentamos as primeiras idéias sobre possíveis projetos cooperativos entre o Brasil e o Instituto. Não demoramos muito nessa tarefa, uma vez que fomos chamados a

assumir o cargo de diretor executivo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA), em Washington, que era formado pela FAO, IICA, BID, CEPAL e OEA. O Diretor-Geral do IICA, Armando Samper, cedeu então o Representante no Brasil para assumir aquele cargo no CIDA.

Por sua vez, o engenheiro agrônomo Alysso Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura do Brasil e atual Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, dá o seu depoimento sobre a colaboração recebida do IICA durante a sua gestão como Presidente da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS) e, mais tarde, como Ministro da Agricultura.

As Contribuições do IICA ao Setor Agrícola Brasileiro

No que diz respeito à cooperação técnica que o IICA tem dado ao Brasil, em primeiro lugar existe uma conexão que considero da maior relevância. A década de 60 foi muito importante para as ciências agrárias no Brasil. Foi uma época em que o nosso país pôde fazer projetos de grande magnitude para o desenvolvimento das ciências agrárias. Houve uma evolução das faculdades de ciências agrárias que foi feliz em levar as universidades a se conectarem e criarem a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS). E foi exatamente nessa fase que o IICA pôde prestar uma grande colaboração, não só amparando e prestigiando a ABEAS, mas também trabalhando e ajudando em vários projetos, tanto no campo de desenvolvimento pedagógico e treinamento de pessoal, como no de equipamento das universidades, projetos esses que o IICA ajudou a negociar e nos quais teve importante participação. Sou testemunha pessoal de que o IICA participou ativamente nessa fase, porque por feliz coincidência eu as vivi de perto. Fui presidente da ABEAS por duas gestões; fomos trabalhar dentro do IICA, que nos cedeu espaço físico porque a ABEAS não dispunha de recursos suficientes para manter um local próprio.

Acredito ter sido essa fase importante porque foi o desenvolvimento das ciências agrárias na década de 60 que veio permitir ao Governo Brasileiro, nos anos setenta, dar um grande

salto em matéria de estruturação dos seus sistemas de geração e transferência de tecnologia, melhoria das condições de produção, evolução dos instrumentos de política agrícola, crédito, seguro agrário, preços mínimos, comercialização, processamento, agroindústria. Tudo isso foi possível graças a essa retaguarda que se teve com a melhoria do ensino e do nível dos profissionais.

Mais tarde, eu vejo uma coincidência muito feliz para mim: o IICA voltou a me ajudar no Ministério da Agricultura.

Sobre minha gestão como Ministro, a verdade é que na época eu tinha vários problemas seríssimos: o primeiro deles era o fato de que o sistema de geração de tecnologia do Ministério estava arrasado. O Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agrícola (DNPEA) achava-se preso a uma burocracia sem precedentes; a EMBRAPA estava criada só na lei – o modelo EMBRAPA foi efetivamente montado durante a minha administração, quando o IICA teve uma participação muito importante.

O segundo problema dizia respeito ao sistema de transferência de tecnologia, que tampouco existia no Ministério. O que nós tínhamos era a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), um instrumento portentoso porém em choque com o Ministério da Agricultura, em atrito com o Governo. Eu não podia perder tempo em criar um sistema paralelo. Foi então que se criou a EMBRATER, uma empresa mais flexível, com garantia do Governo, para realizar a tarefa de extensão rural e supervisão do crédito.

Um terceiro problema era a debilidade brasileira nos mercados em que o País participava, até mesmo o interno, para o qual o Governo não tinha um programa efetivo de abastecimento. Havia um programa de choque de preços, tratado no Ministério da Fazenda como causa e efeito da inflação. O sistema de abastecimento encontrava-se então todo no Ministério da Fazenda e era tratado por meio de choque de preços, com o conseqüente efeito inflacionário. No comércio externo, por não possuir tradição, a não ser nos mercados de café, cacau e alguns poucos produtos, mas não no de grãos, o Brasil ia muito mal. Foi quando nós investimos nas cooperativas e estimulamos as empresas de comercialização, que passaram a ter comportamento semelhante ao

das multinacionais, em termos de agressividade de mercado, o que permitiu ao Brasil conquistar mercados, por exemplo, com soja, laranja, carne bovina, suína e de aves, frutas, fibras, madeira.

Estes foram alguns dos grandes problemas que enfrentei no Ministério. Em pelo menos dois deles o IICA participou.

Eu acompanhei tudo isso com vivência de quem teve efetivamente oportunidade de ver o desenvolvimento do ensino agrícola na década de 60 e de, na década seguinte, executar um programa que a meu ver foi importante, que continua sendo importante para o Brasil, qual seja, a estruturação da EMBRAPA, a criação da EMBRATER, a dinamização da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) – em que o IICA também nos ajudou –, os programas de comercialização agrícola, a melhoria da infra-estrutura de serviços. Essa foi outra etapa em que eu contei com a participação do IICA como um elemento catalisador muito valioso para nos ajudar a montar esses projetos e a criar um ambiente próprio ao financiamento de vários deles. Creio mesmo que o reflexo disso se prolonga até hoje porque os investimentos feitos na década de 70 se concretizaram graças à oportunidade de contar com profissionais mais bem treinados. Lembro-me da montagem que fizemos, já na década de 70, do programa de capacitação de recursos humanos na EMBRAPA, que foi muito bem sucedido, pois conseguimos treinar, nos cinco anos que passei no Ministério, 1.530 profissionais nos melhores centros de ensino e pesquisa do mundo. Esse programa nos custou 200 milhões de dólares, recursos que o IICA nos ajudou a buscar. Além dos técnicos da EMBRAPA, treinamos outros para os estados e para a recém-criada EMBRATER.

O IICA também colaborou muito nos programas específicos que executamos, tais como o programa para o pequeno produtor – aquele do Nordeste, de baixa renda –, que enquanto funcionou teve bastante sucesso, e os programas de extensão rural, de comunicação, de treinamento, todos eles com intensa participação do IICA.

Eu penso que tudo isso teve uma importância muito grande na agricultura brasileira, haja vista a situação na década de 80, uma década em que o Brasil passou por sérias dificuldades econômicas e praticamente não aumentou sua área agrícola, cujo crescimento

foi de apenas 4%. Pois hoje, a braços com tais dificuldades, o País se beneficia dos investimentos feitos nas ciências agrárias básicas na década de 60, os quais possibilitaram o progresso e o investimento na geração de tecnologia na década de 70 e estão permitindo que agora se tenha um estoque de tecnologia. Embora a partir de meados dos anos oitenta o investimento tenha caído muito, o agricultor está podendo apropriar-se de uma tecnologia bem mais avançada e, em consequência, aumentar sensivelmente a produtividade. O índice de produtividade da agricultura brasileira está subindo de maneira expressiva, sobretudo no caso da agricultura de mercado, embora o mesmo não ocorra em todos os segmentos agrícolas. A agricultura de subsistência ainda carece de um programa assistencial, matéria em que o IICA também tem bastante experiência, que o Brasil deveria aproveitar. Essa foi a contribuição, que eu julgo relevante, do IICA. Aliás, eu tive uma integração marcante com o Instituto, cujos técnicos usei em programas importantes como o da EMBRAPA. Havia também boa integração na Secretaria de Planejamento (SUPLAN) e em vários projetos específicos. A atuação do IICA como organismo participante e colaborador foi muito grande durante a minha gestão como Ministro da Agricultura.

Também Marília Alvarez, brasileira, uma das primeiras funcionárias do Escritório do IICA no Brasil – onde permanece até hoje – relata as razões pelas quais nunca quis deixá-lo.

Minha Experiência Pessoal no IICA

Sou funcionária do Escritório do IICA no Brasil praticamente desde a sua instalação em 1964; ele contava apenas seis meses de vida no País quando o Dr. Jefferson Rangel, então seu Representante, me ofereceu o cargo de secretária trilingue, levando em conta os meus conhecimentos de português, espanhol e inglês. Dois anos depois fui promovida a secretária executiva e mais tarde exerci o cargo de administradora do Escritório, durante cerca de oito anos. Em 1978, depois de me formar em Letras, assumi o cargo de especialista em informação pública, que continuo a exercer, agora com o título de especialista em informação e documentação,

já que minhas tarefas envolvem o manejo do acervo documental do IICA e a edição de publicações, além da área de informação pública.

Sou, pois, a decana do Escritório. Nesses 24 anos de atuação acompanhei seu crescimento desde aquele pequenino núcleo na Rua Paissandu, depois na Rua Senador Vergueiro e finalmente na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, passando pela mudança para Brasília onde hoje o Escritório está localizado.

Às vezes me fazem estas perguntas: O que a levou a ficar tanto tempo na mesma instituição? O que tem de especial o IICA? Respondo que tenho várias razões para amar esta instituição.

Em primeiro lugar eu colocaria a qualidade humana das pessoas que trabalharam e continuam a trabalhar no IICA. O nível geral de educação, de respeito e cordialidade dessas pessoas e, sem sombra de dúvida, de competência intelectual e técnica, faz com que se esteja sempre aprendendo e crescendo.

Em segundo lugar, um motivo forte que me prende ao Instituto é a causa pela qual ele trabalha, a melhoria da qualidade de vida daquele que é responsável pela sustentação de grande parte da nossa economia, o homem do campo. O IICA, ao cooperar com as instituições nacionais, ajuda a aumentar a produção e a produtividade do pequeno produtor rural e, conseqüentemente, a sua renda.

Uma terceira razão prende-se ao fato de que no IICA sempre senti um grande apoio dos meus superiores, a começar pelos próprios diretores-gerais, com vários dos quais tive oportunidade de conviver e aprender. Recordo-me de que, em 1967, o Dr. Carlos Madrid, colombiano, então Diretor-Geral interino, convidou-me a conhecer outros Escritórios do IICA na América Latina, para que eu pudesse sentir um pouco a dimensão continental do Instituto e sua forma de trabalho. Assim, visitei os escritórios do IICA no Peru e na Colômbia, e a própria Sede Central em São José da Costa Rica. Pude constatar que há nesses escritórios o mesmo interesse pela causa final, isto é, o desenvolvimento rural e o bem-estar do homem do campo e sua família, e também existe a mesma cordialidade e simplicidade na atuação do pessoal, a mesma atitude despojada e entusiasta.

O ambiente democrático e propício ao progresso individual

dos técnicos e funcionários é uma constante no IICA. Aqui no Brasil há funcionários como João Carlos Figueiredo, que nele ingressou aos 14 anos de idade como mensageiro e hoje é chefe de uma seção na Contabilidade. Por sua vez, Alzeny Araújo Correia e Maria da Penha Pessoa Verdi começaram como secretárias e atualmente são chefes de setor.

Finalmente, uma razão do entusiasmo que me leva a ficar no IICA é que se trata de uma instituição que aceita desafios cada vez mais complexos e inovadores. Quando começamos no Rio de Janeiro, praticamente apoiávamos uma única instituição, o Ministério da Agricultura. Com o passar dos anos, novas demandas surgiram, não só dos diversos órgãos do próprio Ministério da Agricultura, como dos Ministérios do Interior, da Educação, da Irrigação e até da Saúde.

O IICA foi chamado a atuar também nos estados, em quase todas as regiões do país. Mesmo com um orçamento limitado, o Instituto procura trazer ao Brasil experientes técnicos internacionais para trabalharem lado a lado com seus colegas brasileiros, num intercâmbio que facilita o crescimento de uns e outros, fazendo com que juntos consigam resultados positivos em prol do desenvolvimento agrícola e do bem-estar rural.

Aliás, não estou falando somente do que ocorre no Brasil. Nas minhas funções de tradutora e atualmente de assistente de idiomas, nas reuniões da Junta Interamericana de Agricultura e nas do Comitê Executivo do IICA, acompanho os debates entre os delegados dos Estados membros e posso constatar a atuação do IICA em nível hemisférico.

Quanto tempo ainda estarei no IICA, eu não saberia dizer. Mas ao vê-lo renascer sempre, em função das perspectivas que surgem a cada dia, eu sinto uma renovada disposição para o trabalho. Isso me dá forças para prosseguir com a mesma vontade de colaborar e continuar aprendendo. Eu acredito que a causa nobre pela qual trabalhamos não morrerá nunca: sempre haverá muito a fazer pelo homem de campo e sua família; sempre o IICA estará pronto a atender à demanda dos países. Por essa razão eu penso que continuarei nele enquanto minhas forças físicas permitirem.

Capítulo 3

POLÍTICAS PARA UMA AGRICULTURA DINÂMICA

O planejamento agrícola no Brasil tem-se desenvolvido com base na execução das seguintes linhas de ação:

1. Políticas adequadas, organização e administração do setor público agrícola;
2. Diferenciação regional para adequar os programas de desenvolvimento agrícola ao amplo e variado potencial das regiões do país, a saber: (a) regiões de elevado potencial imediato; (b) regiões de elevado potencial futuro; (c) regiões de baixo potencial para o desenvolvimento;
3. Infra-estrutura rural moderna (centros agrícolas de serviços, estradas vicinais, mercados, extensionistas locais, agências locais de crédito, etc.);
4. Pesquisa agrícola continuada, regionalizada e de amplo espectro;
5. Educação e capacitação de técnicos agrícolas;
6. Produção e distribuição de insumos e equipamentos agrícolas, de alcance capilar;
7. Conservação e melhoramento do solo.

O primeiro item desta lista influi decisivamente nos demais. Sua ausência se manifesta numa série de carências, entre as quais tem destaque as seguintes:

- falta de um diagnóstico preciso das características dos recursos naturais e dos sistemas de produção nas várias regiões do país, bem como de critérios para a avaliação dos dados porventura disponíveis sobre a realidade;
- falta de definição das características desejáveis da estrutura agrária e dos sistemas de produção;
- falta de modelos alternativos de desenvolvimento agrícola aplicáveis às diferentes regiões e produtos;

- falta de conhecimento sobre a influência dos incentivos e ao investimento na modernização tecnológica da agricultura;
- conhecimento insuficiente dos mercados regionais e mundiais e de sua relação com a agricultura nacional, inclusive no tocante às possibilidades de cooperação e intercâmbio.

Quando o Brasil se tornou membro do IICA, várias das carências mencionadas já eram percebidas pelas autoridades nacionais, que começavam a pôr em prática medidas no sentido de dotar o País de um mecanismo de formulação de políticas para o desenvolvimento de sua agricultura. O IICA teve o privilégio de participar desse grande esforço. Neste capítulo, três técnicos do IICA descrevem sucintamente parte da sua experiência de cooperação nessa área essencial.

Alguns Problemas do Setor Agrícola quando o Brasil se tornou Membro do IICA *

Para hierarquizar os problemas, eu mencionaria em primeiro lugar a falta de uma política mais consistente orientada para o desenvolvimento agrícola. O Ministério da Agricultura, na década de 60, carecia de respaldo político e de recursos humanos; havia uma descoordenação do sistema institucional de apoio à agricultura, tudo isso contribuindo, no conjunto, para que os programas e projetos orientados para o desenvolvimento da agricultura fossem relativamente fracos, em termos de poder de impacto.

Um segundo problema muito importante, falando de modo genérico, era a falta de consciência, por parte do produtor rural e da população rural como um todo, dos seus problemas e da potencialidade da agricultura. Isso repercutia na fraqueza dos sistemas organizativos dos agricultores e trabalhadores rurais, de modo geral, como poder de pressão e como força capaz de lutar por melhores políticas, pela dotação de maiores recursos, pela disponibilidade de programas mais consistentes.

* Por Pedro Merçon Vieira, engenheiro agrônomo, ex-Representante (interino) do IICA no Brasil.

Um terceiro problema, até certo ponto corolário dos dois já mencionados, compreendia a pobreza de recursos alocados ao desenvolvimento agrícola e a defasagem entre a magnitude dos problemas e os recursos destinados à sua solução. Poder-se-ia interpretar tal pobreza como um reflexo claro da falta de decisão política, por parte do Estado como um todo, no sentido de conjugar esforços para a solução da problemática global do desenvolvimento agropecuário.

Outro problema, que se tornou crônico – data de décadas e persiste até hoje –, diz respeito à estrutura fundiária como fator de estrangulamento no processo de desenvolvimento sócio-econômico do país e particularmente da população rural.

Em termos gerais, pode-se mencionar, sob o aspecto institucional, o problema da fraqueza dos processos de geração e transferência de tecnologia, em que a pesquisa era insuficiente e a integração inadequada – porque também débil – entre a pesquisa e todos os mecanismos de transferência, a começar pela própria extensão rural.

Valeria a pena mencionar, na análise dos problemas da época, as ações do Poder Público na linha da irrigação. O Governo como um todo despendia enormes verbas e recursos humanos na irrigação, praticamente sem produzir impacto algum em termos de área, produção agrícola, etc., devido em parte à legislação inadequada e a projetos dissociados da realidade, pois a contratação destes era mais um fim do que um meio de definição racional da alocação de recursos. Havia também uma descoordenação entre as instituições de irrigação, especialmente no Nordeste.

Que fez o Brasil então para solucionar esses problemas? Tenhamos presente que o mais grave deles era a inexistência de uma política consistente para o desenvolvimento da agricultura.

Através de um convênio entre o Ministério da Agricultura, a FAO e o IICA, desenvolveu-se um ambicioso programa de montagem, no Ministério, de uma estrutura ampla de estudos, formulação de projetos e delineamento de diretrizes que pudesse apoiar as autoridades do setor em todo o processo de formulação da política agrícola. Organizou-se o sistema geral de planejamento, configurado na criação da Subsecretaria de Planejamento (SUPLAN)

e na implantação das Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs), para colaborar no esforço tanto de aprimoramento da política agrícola como de coordenação institucional. O IICA contribuiu de maneira relevante para a melhoria dessa área mediante a colaboração de técnicos como Arnaldo Veras, brasileiro, e Norberto Passini, argentino, que na época eram assessores da SUPLAN.

Em termos do Projeto de Reforma Agrária, o Brasil se encontrava então na fase inicial de implantação do chamado Estatuto da Terra, lei promulgada em 1964. O IICA participou dos estudos levados a efeito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) em apoio ao processo de reforma agrária, contribuindo com três técnicos de nível internacional. A implantação do Estatuto, no entanto, dissociou-se desde o início da realidade rural. Os sistemas de cadastro rural, tributação e reivindicação de terras foram desenvolvidos de maneira excessivamente burocrática e pesada, alheios a uma prática que a experiência mostra ser fundamental, a de ir-se ao cerne do problema da reforma agrária que consiste em reduzir os latifúndios improdutivos. Ao invés disso, iniciou-se um processo de colonização com projetos pequenos, de características paternalistas, privilegiando um grupo mínimo de beneficiários, em detrimento da grande maioria.

Na área da pesquisa, caracterizada pela pouca integração dos processos de geração e transferência de tecnologia, podem ser mencionadas duas iniciativas importantes do Governo, ambas com o apoio direto do IICA. A primeira foi a implantação da EMBRAPA, iniciada no correr de 1972, com o Ministro Luiz Fernando Cime Lima, e consolidada com o Ministro Alysson Paulinelli que o sucedeu, num processo que contou com o apoio direto do IICA desde os primeiros passos: o grupo de trabalho para a criação da EMBRAPA foi coordenado pelo IICA. Desenvolveu-se, a partir daí, todo o processo de implantação da Empresa, que teve na sua primeira diretoria dois técnicos do IICA – o presidente e um dos diretores –, assim como equipes de consultores de alto nível procedentes dos quadros do Instituto.

Na segunda iniciativa, de implantação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), repetiu-se mais ou menos o método adotado na criação da EMBRAPA. A

proposta preliminar da sua concepção, do seu modelo, contou com a participação do IICA no grupo de trabalho designado pelo Ministro Paulinelli. O IICA colaborou no processo de transferência do acervo do Sistema ABCAR, que na época empregava cerca de 7.000 técnicos e funcionários, para o futuro Sistema EMBRATER. Evitou-se a fragmentação e dispersão dos recursos humanos, com o conseqüente desmoroamento do Sistema, ante uma séria ameaça de que tal acontecesse. O IICA contribuiu para a consolidação de todo esse acervo, principalmente dos recursos humanos do Sistema EMBRATER, e sua colaboração continuou com a participação de um técnico do IICA na diretoria da nova empresa.

Na área do crédito rural havia uma situação muito interessante: de um lado, já se demonstrara claramente a importância da associação entre crédito, assistência técnica e extensão rural, derivada da experiência do Sistema ABCAR. De outro lado, o universo de beneficiários em que se podia associar crédito e assistência técnica era muito pequeno. Então o esforço na época, que contou com a colaboração do IICA, foi no sentido de romper esse estrangulamento. De que maneira? Com mecanismos que permitissem aumentar o número dos beneficiários do crédito simultaneamente apoiados pelos serviços de extensão e de assistência técnica. Nessa linha o IICA colaborou com o Banco Central assessorando sua Unidade de Capacitação em Crédito Rural. Através dessa colaboração foram criados instrumentos normativos destinados a assegurar a associação entre crédito e assistência técnica.

Na área da irrigação o Ministério do Interior criou o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), que desde o seu estabelecimento contou com a cooperação ampla do IICA.

Diagnósticos e Políticas de Desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Sul *

O Estado do Rio Grande do Sul realizou, no período 1965-1972, dois importantes projetos orientados para o desenvolvimento

* Por Tomas Backer Ecos González, economista, especialista em planejamento agrícola do Escritório do IICA no Brasil.

regional: um diagnóstico amplo da situação da agricultura e da vida rural e um estudo sobre políticas alternativas de desenvolvimento. O IICA teve oportunidade de participar ativamente desses dois projetos, sucintamente descritos a seguir.

O Projeto ACIIRS

O Acordo de Cooperação Técnica IICA-RS (Projeto ACIIRS) originou-se do fato de o Estado de Rio Grande do Sul ter sido declarado prioritário para o Projeto de Reforma Agrária. Embora fosse um dos estados mais desenvolvidos do país, o Rio Grande do Sul defrontava sérias limitações em matéria de expansão da sua fronteira agrícola, praticamente esgotada.

A única forma de incrementar sua agricultura seria através da produtividade, do melhor aproveitamento do solo e de uma nova organização da produção. O governo estadual assinou então um convênio com o IICA, cujo objetivo principal era a realização de um diagnóstico com um enfoque integrado – tecnológico, social, econômico e de recursos naturais – para conhecer as implicações que teriam, para o desenvolvimento da agricultura, o clima e o solo, a tecnologia disponível, a organização produtiva e outros fatores concretos.

Procedeu-se então a um diagnóstico amplo para identificar os grandes problemas do Estado, dentre os quais o minifúndio se destacava como um dos mais sérios. A equipe levou em conta a baixa absorção da mão-de-obra excedente; a subutilização, pela pecuária de corte, de solos com grande aptidão para a agricultura, porém mal desenvolvidos tecnologicamente e pouco rendosos. Por parte do IICA participaram do diagnóstico José Barrios, chileno, Antonio Giles e Víctor Palma, peruanos, e os consultores brasileiros Amaldo Veras, Edmundo Gastal e Samuel Miragem, que mais tarde ingressaram nos quadros do IICA. A equipe do diagnóstico contou também com técnicos do Estado do Rio Grande do Sul.

O Programa de Investimentos Integrados (PIIRS)

Uma vez concluído o diagnóstico com a colaboração do IICA, suas conclusões levaram as autoridades a refletirem sobre o futuro do Estado em termos das alternativas de desenvolvimento agrícola, caso permanecessem imutáveis a situação e os latifúndios.

O diagnóstico praticamente exigia uma segunda etapa que gerasse uma visão prospectiva das alternativas de política adequadas à solução dos problemas identificados. As autoridades solicitaram ao IICA um novo convênio para identificar essas alternativas.

Foi então assinado, em 1972, um convênio com o Ministério da Agricultura e as Secretarias da Agricultura e do Planejamento. Um técnico do IICA foi nomeado coordenador técnico. O governo do Estado facilitou o recrutamento de técnicos das diversas instituições estaduais, sendo possível conjugar os esforços de algumas instituições federais como o INCRA, do Ministério da Agricultura, e estaduais, como o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), da Secretaria da Agricultura, entre outras.

Partiu-se da análise e atualização do diagnóstico do ACIIRS, pois os dados eram de 1965, e até 1972 uma série de modificações ocorrera na estrutura produtiva do Estado. Havia começado, por exemplo, o fenômeno da soja, cujos dados complementaram a informação disponível. Assim, foi feito um trabalho de regionalização agrícola, que considerou as variáveis de clima e de solo e incluiu tanto as culturas tradicionais como as que começavam a penetrar e as que poderiam constituir-se em alternativas para o futuro.

Foi organizada uma equipe de climatólogos, pedólogos e agrônomos, sendo o Estado dividido em regiões preferenciais para o cultivo de determinados produtos, regiões com mais restrições, regiões com menos restrições, bem como regiões impróprias do ponto de vista climatológico.

Posteriormente, com base no mapa dos solos, fez-se o cruzamento clima-solo para definir, dentro das regiões que apresentavam clima preferencial para determinada cultura, se nelas haviam solos aptos para tal fim. Daí surgiu um mapa completo de zoneamento agroclimático. Este foi depois encaixado dentro de um mapa de regionalização, no qual entravam tanto variáveis econômicas e sociais como variáveis edafoclimatológicas.

Tudo isso levou à definição das zonas de planejamento. Depois, outro estudo, destinado a preparar o programa de investimentos integrados, pesquisou os sistemas de produção, a fim de determinar a tecnologia em uso. Foi feito um levantamento em todo o Estado, que incluiu entrevistas com técnicos, dirigentes de

cooperativas e agricultores selecionados, e definido o perfil tecnológico real. Ao mesmo tempo, fez-se a projeção do perfil da tecnologia mais desenvolvida, saída dos centros experimentais e adotada por alguns poucos agricultores progressistas.

Definiu-se, para fins do programa, o que constituiria o ano básico, em termos de planejamento para a agricultura tradicional, tendo presentes os fatores de rentabilidade e mercado e qual seria a tecnologia indicada, em termos do desenvolvimento tecnológico mais adequado, emanado da pesquisa e testado no campo. Foi feito um estudo do mercado, pois de nada serve planejar conhecendo-se a disponibilidade de solo, clima e mão-de-obra, se não se souber onde está o mercado. Procedeu-se a um estudo profundo do mercado regional do Estado, do mercado nacional e do mercado externo. Foram feitas projeções da oferta e demanda, bem como dos seus déficits em nível regional, nacional e internacional, atendendo para o fato de que o Rio Grande do Sul já era um exportador tradicional de carne e soja, e estudadas algumas alternativas de produtos com potencial no mercado externo.

Com base nesse diagnóstico atualizado e complementado com tão importante informação, começou-se a delinear as alternativas de política que poderiam ser provadas por meio de simulação – para definir as mais adequadas em termos financeiros, econômicos, sociais e políticos. Em função dessa análise traçou-se a estratégia de alternativas de desenvolvimento dotada das melhores vantagens e condições.

Partiu-se de duas hipóteses fundamentais. Primeiro, a hipótese em escala zero, segundo a qual o desenvolvimento da agricultura seguiria a tendência histórica, sem a introdução de qualquer variável capaz de provocar mudanças. Era a hipótese mais pessimista. A segunda hipótese, com 100 pontos na escala de 1 para 100, partia da premissa de que não haveria restrições institucionais, financeiras ou políticas, ou seja, de que seria possível fazer uma reforma agrária total. Mesmo sabendo que do ponto de vista político esse resultado não era viável, tal hipótese serviria de quadro de referência para aquilatar o potencial do Estado caso não existissem restrições. Esta era a hipótese mais otimista.

Trabalhou-se ainda com estas duas alternativas intermediárias: o que ocorreria no Estado se fossem mantidas as

condições vigentes e se fosse intensamente introduzida a tecnologia adequada, através da extensão, da assistência técnica e do crédito, entre outros meios. Esta última seria a alternativa tecnocrática mais viável. A equipe fazia simulação com um computador que na época era o último modelo da IBM.

Numa terceira hipótese – a mais interessante e desejável no entender da equipe – nas regiões com mão-de-obra excedente, devido à grande incidência de minifúndios, buscava-se uma nova organização social da produção; por sua vez, naquelas em que predominavam as grandes propriedades, promovia-se uma reforma agrária parcial das áreas subutilizadas, de solos classe 1, 2 ou 3, ocupadas por bovinos de corte e tidas como latifúndios em alguns casos, segundo a classificação do INCRA.

Foi testada esta quarta hipótese: procurava-se reorganizar a produção dentro dos minifúndios e procedia-se à reforma agrária nas zonas de latifúndios.

Os resultados foram muito interessantes. Chegou-se, por exemplo, à conclusão de que, mesmo na alternativa mais otimista, se o Estado fosse uma grande fazenda e se fizesse o planejamento sem nenhuma restrição, ainda assim ele não teria como absorver a mão-de-obra excedente, daí o êxodo desta para a Amazônia, o Paraguai e outros lugares. Se nessa alternativa já se produziam excedentes de mão-de-obra nos minifúndios, onde sua concentração é alta, não havia como resolver o problema de absorvê-la.

Nas outras duas alternativas intermediárias a situação era pior. Então o que se fez – depois de analisadas as quatro hipóteses e tendo muito presentes os aspectos sociais, econômicos e financeiros, por determinação do próprio Estado – foi proceder ao detalhamento da terceira hipótese, de reforma agrária parcial. Traçou-se uma estratégia para a implementação de tal programa, tendo em vista a melhor forma de conseguir tanto a absorção de grande parte – não a totalidade – da mão-de-obra como mudanças no perfil tecnológico da agricultura gaúcha e mudanças na estrutura produtiva. Esta, na época, baseava-se no binômio trigo-soja, a soja no verão e o trigo no inverno. Em consequência, a agricultura estava-se orientando quase que exclusivamente para a soja e criando o problema de um estado dependente de um só produto.

Nessas condições, qualquer dificuldade com a sua produção afetava toda a economia estadual.

Vale a pena mencionar, entre algumas conseqüências importantes do PIIRS, o mapeamento agroclimático. Outro aspecto que permanece é o da tecnologia. Embora já se tenham passado 10 anos, grande parte do perfil tecnológico moderno, formulado para o Estado do Rio Grande do Sul pela equipe de pesquisa, ainda é válido.

Depois de alguns anos de implementação deste programa, em 1981 o IICA foi chamado a participar na execução de projetos já localizados em regiões de minifúndio identificadas como as mais problemáticas. Esses projetos seriam financiados pelo BID. O mesmo técnico que havia coordenado o PIIRS voltou ao Rio Grande do Sul para coordenar o Projeto Pró-Renda, orientado especificamente para os pequenos produtores e um subproduto do PIIRS, pois foram identificadas as áreas com as piores condições e que estavam a exigir a intervenção do governo estadual para uma mudança na estrutura produtiva. Aproveitando o material do programa anterior, foram feitas algumas adaptações, atendendo ao fato de o projeto destinar-se a minimizar os problemas de pobreza e de falta de emprego, entre outros, nas regiões de minifúndio. O projeto foi apresentado ao BID, mas por falta de prioridade não se concretizou.

Aconteceu, porém, algo importante. Já na época do Programa de Investimentos Integrados se discutia a necessidade de o Estado dispor de um mecanismo financeiro, o chamado Fundo de Terras, que permitisse o acesso dos minifundiários ao financiamento de oito ou dez hectares. No Projeto Pró-Renda foi aprofundada a proposta do Fundo de Terras, a qual foi discutida com autoridades e parlamentares. Defendia-se o seguinte ponto de vista: na impossibilidade de comprometer-se a pagar determinado preço, o produtor, ao invés de pagar com dinheiro, pagaria com produto. Um percentual da produção de milho ou feijão iria para o Fundo, que se encarregaria de comercializá-la. Pois bem, hoje o Rio Grande do Sul é o único Estado da União que dispõe de um fundo que lhe permite alocar recursos do seu orçamento para minimizar o problema dos agricultores sem terra. A idéia do fundo nasceu na época do PIIRS e foi aprofundada no Pró-Renda.

Um importante produto adicional da cooperação do IICA no ACIIRS, no PIIRS e no Pró-Renda, foi o processo de capacitação de pessoal nacional, já que uma das preocupações do coordenador desses projetos era a de que toda a metodologia de trabalho fosse discutida com os técnicos estaduais participantes. Por exemplo, os modelos matemáticos elaborados para simulação eram postos em discussão, em benefício dos profissionais jovens, nos seminários quinzenais de avaliação do trabalho. Vários participantes dos projetos citados ocupam hoje cargos públicos de alta responsabilidade, em nível estadual e federal, assim como na iniciativa privada.

Planejamento da Política Agrícola *

O Ministério da Agricultura, no período de 1974 a 1979, desenvolveu considerável esforço no sentido de modernizar a máquina do setor público agrícola e de cumprir com a disposição governamental de implementar, em nível do setor, um sistema nacional de planejamento agrícola que se articulasse com o sistema geral de planejamento coordenado pelo IPEAS. Esse esforço consistiu numa abordagem em três níveis de atuação: a estruturação de um sistema descentralizado, conformado por um grupo central no nível da Subsecretaria de Planejamento (SUPLAN); a extensão de ramificações nos estados, através das Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs), e a implantação de núcleos regionais nas superintendências de desenvolvimento regional, tais como SUDAM, SUDENE, SUDESUL e posteriormente SUDECO. Esse esforço inicial permitiu a organização de grupos nos níveis nacional, regional e estadual.

A etapa seguinte constou da preparação dos recursos humanos. Nesse sentido foram realizados vários cursos em Brasília, nos estados e nas sedes regionais.

Para apoiar o Ministério da Agricultura, dois organismos internacionais colaboraram ativamente: a FAO, que manteve uma equipe permanente de assessores em um projeto específico, e, a

* Por Amaldo Veras, economista agrícola, atualmente Representante do IICA no Uruguai.

partir de 1975, o IICA, que foi convidado a participar do esforço da cooperação técnica mediante um convênio.

A principal função desenvolvida pelo IICA constou do apoio à SUPLAN na coordenação técnica dos trabalhos em nível central. O IICA destacou dois técnicos para a SUPLAN – Arnaldo Veras, encarregado da coordenação técnica geral, e um especialista na área de mecanização e insumos agrícolas – Norberto Pasini –, bem como alguns consultores temporários para aspectos específicos.

O programa de capacitação levado a efeito pelo Ministério tinha dois objetivos. Primeiro, preparar rapidamente profissionais para atividades específicas, sobretudo na elaboração de instrumentos para acompanhamento da conjuntura, preparação de projetos e proposta de programas, identificação de prioridades para o setor e formulação de políticas agrícolas. Segundo, capacitar profissionais mais profundamente, através de um curso de pós-graduação desenvolvido mediante convênio do Ministério da Agricultura com a Fundação Getúlio Vargas, em nível de mestrado, orientado para a formação de especialistas em desenvolvimento rural. Este curso formou quatro ou cinco turmas. Após essa etapa, com o término do programa do Ministério da Agricultura, o curso foi absorvido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Outro trabalho muito intensivo tinha a ver com o desenvolvimento da metodologia de planejamento. A experiência brasileira foi bastante original, uma vez que é escassa em nível mundial a experiência com sistemas de planejamento descentralizado e adaptado à economia de mercado. Por esse motivo, foi necessário um esforço criativo muito grande para estabelecer uma sistemática e uma metodologia de trabalho que permitissem, ao mesmo tempo, trabalhar centralizadamente e envolver as peculiaridades regionais e estaduais através das CEPAs e coordenações regionais.

Outra área de atuação do Ministério de Agricultura buscava a modernização administrativa. Para tanto foi criada, dentro do Ministério, uma unidade de modernização administrativa que, além de analisar toda a estrutura ministerial, também se responsabilizava pelo processo de capacitação dos recursos humanos. No final da administração, esta unidade propôs uma reforma administrativa do Ministério da Agricultura que foi então implantada.

A idéia central desse trabalho foi dotar o Governo, especialmente o setor agrícola, de um instrumento que permitisse a revisão permanente das políticas agrícolas. Nesse sentido, profissionais trabalhando nos níveis nacional, regional e estadual, seguindo metodologias mais ou menos uniformes, realizaram vários estudos básicos que tiveram conseqüências importantes. Um deles, de homogeneização de todos os estudos de solos existentes no Brasil, contou com um consultor da FAO que apoiou um grupo nacional para reestruturar e complementar os estudos sobre a aptidão agrícola dos solos, seguindo a mesma metodologia. Foram publicados novos mapeamentos, dentro de uma classificação funcional das terras agrícolas do país, inclusive os tipos de tecnologias que poderiam ser utilizados por classe de uso. Esse foi um dos trabalhos importantes desenvolvidos pela SUPLAN em conjunto com a EMBRAPA.

Outro trabalho relevante refere-se a uma análise, abrangendo todo o país, dos sistemas de produção agrícola. Por meio de uma metodologia uniforme foi possível identificar, em todos os estados da Federação, os sistemas de produção predominantes, com seus respectivos coeficientes técnicos. Esse trabalho também deu origem a uma publicação sobre os sistemas de produção agrícola, Pretendia-se que essa informação básica servisse para desenvolver um modelo econométrico como instrumento eficaz para manipular e analisar um volume muito grande de informações, importante no caso do Brasil pela dimensão do país e pela quantidade de produtos agrícolas. Essa etapa não foi totalmente cumprida. O modelo foi desenvolvido nas suas linhas gerais, porém não foi possível concluir a etapa de operacionalização.

Outro esforço visou à formulação de políticas agrícolas, a fim de identificar os estrangulamentos e dificuldades relativamente às diretrizes existentes, de modo que o setor agrícola adquirisse maior dinamismo. Foram feitas análises exaustivas do processo de mecanização e de utilização de insumos modernos na agricultura brasileira, bem como comparações entre a oferta e a demanda de insumos. Nessas duas áreas desenvolveu-se um trabalho muito articulado com a iniciativa privada, e foi possível adquirir uma noção bem precisa do nível de tecnicidade da agricultura.

Com relação aos pequenos produtores de baixa renda, para complementar e analisar seu nível tecnológico foram estudadas outras variáveis, tais como renda e tamanho da família, além de variáveis relacionadas com o padrão de vida predominante. Foi possível identificar cerca de dois milhões de pequenos produtores de baixa renda, para os quais se propôs um programa especial de promoção. Esse trabalho representa uma contribuição no sentido de caracterizar melhor tais produtores e de distinguir o produtor de baixa renda daquele pequeno produtor dotado de certa capacidade para tornar-se um produtor comercial, apto, portanto, a receber tecnologias mais desenvolvidas.

Foi realizado ainda um importante estudo básico sobre o mercado internacional dos 20 principais produtos brasileiros. Nele tratou-se de identificar oportunidades de mercado para produtos nacionais. O trabalho foi levado a cabo numa articulação entre a SUPLAN, o IPEA e o Ministério das Relações Exteriores.

O papel do IICA em todos esses trabalhos consistiu em participar da coordenação técnica. A ação do Instituto esteve associada à definição de critérios metodológicos, bem como ao acompanhamento e à supervisão dos trabalhos. Um dos especialistas do IICA assessorava diretamente o Subsecretário de Planejamento em tudo que se referia à coordenação técnica da equipe da SUPLAN. Outro técnico do IICA, especialista em maquinária e insumos agrícolas, atendia a esses dois importantes aspectos da política agrícola brasileira.

O produto final mais direto do trabalho então levado a efeito consubstanciou-se em vários documentos intitulados "Subsídios a diretrizes para a política agrícola do Brasil". Como havia uma série de estudos básicos, foi possível produzir um documento-síntese da problemática global da agricultura brasileira. Em função dessa problemática foram elaboradas propostas de políticas orientadas para a solução dos problemas mais críticos identificados. Tais políticas incidiram nas áreas de recursos naturais e desenvolvimento tecnológico, comercialização, promoção de produtores de baixa renda, política externa e comércio interior.

Em resumo, a cooperação do IICA concentrou-se no apoio aos aspectos conceituais, metodológicos e de critérios técnicos, no

amplo e complexo processo de planejamento da política agrícola nacional liderado pela SUPLAN.

Cooperação em Agroenergia

O IICA começou a colaborar com os países no tema da agroenergia a partir de 1981. Nesse ano, a VIII Conferência Interamericana de Agricultura, realizada em Santiago do Chile, determinou que o Instituto se preocupasse com a questão da energia alternativa, em virtude da crise do petróleo e das conseqüentes dificuldades para o setor agrícola. Antes disso o IICA já vinha desenvolvendo uma experiência piloto no país, iniciada em 1980. O Brasil foi pioneiro na tarefa de produzir energia alternativa. Várias instituições – EMBRAPA, EMBRATER e outras ligadas ao Ministério da Indústria e Comércio – participaram desse esforço. O grande impulso dado ao PROALCOOL também criou condições para que se começasse a pensar na utilização da energia derivada da biomassa.

A colaboração com o Ministério da Agricultura contribuiu para a criação de uma coordenadoria para a agroenergia, incumbida de articular tanto a ação do Ministério nesse campo como suas relações com os demais organismos atuantes. Essa coordenadoria exerceu uma função catalisadora junto às unidades operacionais do Ministério e de coordenação das relações com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), mais especificamente com o Fundo de Mobilização Energética. Nesse sentido, o IICA colaborou na preparação de uma metodologia de promoção e análise de projetos agroenergéticos que possibilitou um processo de seleção e alocação de recursos do próprio Ministério e da SEPLAN.



Capítulo 4

OS MÚLTIPLOS COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO RURAL

O Desenvolvimento Rural é produto dos efeitos combinados de uma série de fatores e processos que o tornam mais complexo ainda do que o Desenvolvimento Agrícola, este limitado à modernização tecnológica da agricultura e ao incremento da produção e da produtividade.

Com efeito, além dos requisitos do Desenvolvimento Agrícola, o Desenvolvimento Rural – e especialmente o Desenvolvimento Rural Integrado – requer ainda a ação coordenada de áreas multissetoriais (educação, saúde, transporte, agroindústria, etc.) e, sobretudo, a participação ativa da população organizada.

A complexidade desse processo é acentuada, no caso do Brasil, pela magnitude e diversidade regional do seu território. O País, entretanto, tem envidado esforços ingentes em todas as áreas das quais dependem tanto o Desenvolvimento Agrícola como o Desenvolvimento Rural global. De fato:

- modernizou seus sistemas de geração e transferência de tecnologia;
- multiplicou as oportunidades de acesso ao crédito rural;
- desenvolveu a infra-estrutura de transporte, armazenagem e comercialização dos produtos agrícolas;
- apoiou o desenvolvimento de cooperativas;
- organizou o acesso dos produtores aos centros de abastecimento das cidades;
- estabeleceu uma política nacional de irrigação;
- fomentou a organização tanto dos produtores como dos trabalhadores agrícolas;
- esforçou-se por integrar a mulher rural no processo de desenvolvimento;
- testou vários esquemas de Desenvolvimento Regional;

- levou a cabo experiências de Desenvolvimento Rural Integrado;
- procurou a coordenação institucional do setor público agrícola e ocupou-se de muitos outros empreendimentos.

O IICA teve o privilégio de participar de quase todas essas importantes atividades. Neste capítulo são sintetizados os seus trabalhos conjuntos com instituições nacionais em algumas das áreas componentes do processo de Desenvolvimento Rural.

Desenvolvimento Regional na Zona Cacaueira da Bahia

A cooperação do IICA com a CEPLAC na área do desenvolvimento regional teve origem no convênio já existente entre as duas instituições para apoio à pesquisa do cacau. Em consequência de uma série de problemas que a região cacaueira da Bahia enfrentava, relacionados principalmente com a diversificação da produção agrícola e com a possível incorporação da região no programa nacional de industrialização, a CEPLAC solicitou ao IICA que aplicasse na região cacaueira a mesma metodologia utilizada na experiência do diagnóstico e planejamento de alternativas de desenvolvimento no Rio Grande do Sul (projetos ACIIRS e PIIRS), para, numa primeira instância, conhecer os recursos naturais, sócio-econômicos, institucionais, etc., e, posteriormente, elaborar alguns programas estratégicos de desenvolvimento regional. O IICA destacou então uma equipe técnica para a CEPLAC, dirigida pelo sociólogo brasileiro, Levy Cruz, do seu quadro técnico. Essa equipe, trabalhando em conjunto com o pessoal da CEPLAC, procedeu a um diagnóstico que levou algum tempo para ser completado, dado o grau de detalhamento que cumpria observar para sua utilização no planejamento regional.

Concluído esse trabalho, a CEPLAC solicitou ao IICA que se encarregasse de coordenar a formulação de programas de desenvolvimento regional. Naquele momento, tão grande era a importância da CEPLAC como instituição de desenvolvimento que da sua estrutura orgânica fazia parte uma Direção de Desenvolvimento Regional. Sob a coordenação do economista

Tomas Backer Ecos González, o convênio CEPLAC-IICA preparou uma proposta que incluía alguns programas prioritários e os requisitos para elaborá-los, em matéria tanto de recursos humanos e financeiros como de apoio logístico. Foram contratados quatro técnicos internacionais sediados na própria CEPLAC e elaborados os seguintes programas de desenvolvimento regional:

1. Diversificação da Agricultura da Zona Cacaueira da Bahia

Este programa tinha por objetivo introduzir ou consolidar na região determinadas culturas dotadas de alto valor comercial e expressivo valor de produção. Não se pretendia que elas concorressem com o cacau, mas, sim, que servissem de produto suplementar, em termos de receita, principalmente para os pequenos produtores.

2. Desenvolvimento Agroindustrial

Sua finalidade era aproveitar a matéria-prima existente na zona cacaueira da Bahia e propor alguns perfis de agroindústrias, o que subentendia o seguinte: o estudo da oferta de matéria-prima regional e de suas possibilidades de agroindustrialização; o desenho da parte de engenharia e a elaboração de todos os cálculos econômicos; a busca de mercados alternativos, e a proposta de uma estratégia para a implementação dos projetos agroindustriais. Um aspecto importante era a identificação das instituições que participariam no programa e do papel da CEPLAC junto às mesmas.

3. Vias de Penetração

Embora para o IICA não se tratasse de uma área típica de cooperação técnica, havia um problema muito sério representado pela necessidade de vias de penetração na região cacaueira. Não se elaborou um programa detalhado, senão um que apontava as estratégias que cumpria utilizar para chegar-se a um projeto de engenharia que definisse o trajeto, o tipo, a localização, etc., dessas vias. O trabalho desenvolvido foi metódico e cobriu os passos a serem dados até a contratação de uma empresa consultora para fazer o respectivo projeto de engenharia.

4. Desenvolvimento da Pecuária

Havia na região, em nível de município e de fazenda, áreas não cultivadas com cacau e tampouco aptas para outras culturas, porém aproveitáveis para a pecuária. Foi feito, a partir de dados secundários, o zoneamento das áreas em que se poderia incentivar a introdução de gado. Além da equipe técnica permanente do IICA, constituída principalmente por planejadores e contrapartes da CEPLAC, consultores especializados foram contratados para cada programa. Assim, no caso do programa de pecuária, foram contratados zootecnistas e gerado o perfil dos rebanhos e de seu comportamento nas propriedades de diferentes tamanhos. Chegou-se ao cálculo dos custos, em termos de arame, postes, etc., e à definição dos requisitos técnicos do programa, ou seja, o tipo de alimentação e de rebanho introduzido, os insumos, os sistemas de pastoreio, o manejo dos animais. Foram identificadas as instituições que deveriam participar da estratégia de assistência técnica, melhoramento e comercialização, bem como de outros aspectos do programa.

Cooperação com a SUDENE

A cooperação técnica do IICA com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) iniciou-se em 1971 com o apoio a projetos de irrigação no Nordeste, mediante uma ação centrada no treinamento de técnicos nacionais. Essa atividade foi realizada em Petrolina, Pernambuco, onde funcionava o Centro de Capacitação.

Nesses 18 anos de cooperação, o IICA expandiu sua área de atuação, passando a participar de diversos programas de desenvolvimento rural executados no Nordeste sob a coordenação da SUDENE, como, por exemplo, o Projeto Sertanejo e o Programa de Capacitação.

Em 1984 a SUDENE optou pela implantação de uma política integrada de desenvolvimento da região a médio prazo. Surgiu então o Projeto Nordeste, concebido para atuar em estreita articulação com os programas regionais. Um destes, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), foi criado com o objetivo

de propiciar a elevação dos níveis de emprego e renda dos pequenos produtores rurais mediante o aumento da produção e da produtividade.

O IICA coopera com o PAPP desde os seus primórdios, na elaboração dos planos estaduais do programa. Essa assistência é prestada nos termos do atual convênio SUDENE-IICA assinado em 1986.

O Dr. Paulo Ganem Souto, então Superintendente da SUDENE, assim sintetiza a longa associação da SUDENE com o IICA nos programas de desenvolvimento da Região Nordeste:

“A colaboração prestada pelo IICA à SUDENE e a órgãos de sua área de influência data do início da década de 70. Para melhor compreensão, pode-se considerar a assessoria técnica do IICA nestes dois períodos distintos: antes e depois do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP.

1. Antes do PAPP

As ações antes do PAPP se orientavam para a realização de programas de treinamento de pessoal em Petrolina, onde foram capacitados, em 10 anos, aproximadamente 1.500 técnicos de nível superior e 1.000 de nível médio, além de agricultores.

Saliente-se que desde 1978 o IICA conta com uma equipe de especialistas na SUDENE, no Recife, em caráter permanente. Inicialmente a equipe apoiou a execução do Projeto Sertanejo, sobretudo nas atividades de acompanhamento e avaliação, e assessorou o Grupo de Irrigação que posteriormente deu lugar à formação da Coordenadoria de Recursos Hídricos. Como ação importante nesse período destaca-se a participação do IICA na elaboração dos seguintes documentos: “Diagnóstico do Programa de Irrigação do Nordeste” e “Uma Proposta para a Promoção da Irrigação Privada no Nordeste”.

2. Assessoria ao PAPP

Desde 1984 até o presente a cooperação técnica do IICA destina-se a apoiar o PAPP, procurando aproveitar métodos e procedimentos de planejamento e avaliação do Projeto Sertanejo. No início do projeto a cooperação do IICA centrava-se nestas duas áreas de enorme interesse para a SUDENE: estrutura de

administração técnica do PAPP e desenvolvimento de recursos hídricos. A partir de 1986 a cooperação estendeu-se aos segmentos da ação fundiária orientada para a pequena produção. O trabalho da equipe do IICA tem procurado colaborar com a diretoria do PAPP e os departamentos acima indicados no sentido do aperfeiçoamento de um sistema de trabalho que contribua para a obtenção do impacto desejado.

Uma avaliação da cooperação técnica prestada pelo IICA à SUDENE permite-nos afirmar que ela tem contribuído bastante para a dinamização do PAPP, principalmente nas áreas de administração, capacitação de pessoal e recursos hídricos. Ressalte-se que também tem sido importante a cooperação técnica em termos de documentos gerados, metodologias empregadas, desenvolvimento de sistemas automatizados de administração, planejamento e avaliação de projetos de irrigação”.

Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste, mais conhecido como **Projeto Sertanejo**, tinha por finalidade fortalecer as unidades de produção agropecuária, especialmente as médias e pequenas, do sertão semi-árido nordestino, tomando-as mais resistentes aos efeitos da seca mediante a implantação de núcleos de prestação de serviços e assistência técnica.

Especialistas do IICA cooperaram com as equipes técnicas do projeto nas atividades de planejamento, monitoração e avaliação até o ano de 1985, quando as ações do Projeto Sertanejo foram absorvidas pelo PAPP. Como resultado dessa cooperação, foram elaborados manuais de programação e acompanhamento e capacitados técnicos estaduais nessas áreas.

• O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP

O Instituto vem desenvolvendo, no contexto do seu convênio de cooperação com o PAPP, um trabalho de apoio ao crédito rural que pretende beneficiar em oito anos mil agricultores e suas organizações, com recursos em tomo de meio bilhão de dólares.

O PAPP encerra vários componentes importantes: recursos

hídricos, assistência técnica, ação fundiária, comercialização e abastecimento, desenvolvimento comunitário e crédito rural. Especialistas do IICA cooperam com a diretoria do Programa e seus técnicos, para atingir três objetivos básicos:

- orientar os empréstimos para investimentos de caráter produtivo dotados de vantagens comparativas que permitam consolidar, financeira e economicamente, as unidades familiares de produção;
- difundir o uso do crédito entre os pequenos produtores como ferramenta válida para o desenvolvimento da empresa, convertendo o montante emprestado em cesta de produtos de valor equivalente e cobrando as prestações segundo os preços vigentes no momento da amortização;
- transferir o controle do crédito para os órgãos executores do programa.

Na execução do PAPP, a cooperação do IICA se deu em dois níveis: regional, apoiando as equipes da SUDENE nas suas atividades de coordenação e acompanhamento, e estadual, junto às unidades executoras do PAPP nos estados.

No nível regional, os especialistas do IICA cooperaram principalmente com os departamentos de recursos hídricos e de apoio à produção, nas seguintes áreas: irrigação pública estadual, geração e difusão controlada da tecnologia, crédito e apoio às pequenas comunidades rurais. A equipe regional de cooperação também tem procurado desenvolver ações integradas em nível de campo, tendo em vista desenvolver e testar métodos de trabalho e capacitar pessoal técnico dos estados.

No nível estadual, a cooperação do IICA tem-se concentrado no segmento da irrigação pública, particularmente na monitoração dos estudos de viabilidade e na formulação e implantação de projetos. Contudo, na medida do possível, a cooperação vai-se estendendo também a outros componentes essenciais para o sucesso da irrigação, tais como a assistência técnica, a organização e o gerenciamento, o crédito, a comercialização e a agroindústria.

Ações Estaduais de Desenvolvimento Rural

O Estado do Amazonas solicitou cooperação técnica do IICA na formulação e implementação de um projeto de desenvolvimento rural integrado. Os especialistas do IICA apoiaram as equipes estaduais nas suas atividades de planejamento físico, definição de formas associativas de exploração nos assentamentos, capacitação dos produtores e apoio às suas organizações.

Vários governos estaduais do Nordeste implementaram projetos de desenvolvimento rural, inicialmente no contexto do Programa POLONORDESTE e mais tarde como parte do PAPP, projetos esses que contaram com a colaboração do IICA.

Assim, por exemplo, no Estado do Ceará, especialistas do IICA contribuíram para a formação do Grupo Interinstitucional de Apoio à Organização dos Trabalhadores Rurais. Este elaborou uma metodologia para ajustar as ações do projeto no Estado a uma estratégia geral, definida com base na organização e participação dos pequenos produtores. O grupo promoveu a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Associativo e coordenou a sua operação no sentido de fortalecer os processos organizacionais.

No Estado da Bahia, desde 1980 o IICA vem assessorando a coordenação das ações de desenvolvimento rural em nível regional, mediante convênio assinado com a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC) do governo estadual. Um dos principais objetivos dessa cooperação é o fortalecimento da capacidade técnica e operacional da SEPLANTEC e órgãos vinculados, notadamente a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) na execução dos programas de desenvolvimento regional, mediante o emprego de metodologias apropriadas nas fases de formulação, implantação, implementação e avaliação de programas e projetos de desenvolvimento rural.

Essa cooperação também se estende aos programas e projetos de irrigação e de levantamento e aproveitamento dos recursos naturais renováveis. Cerca de 400 técnicos receberam treinamento em serviço e aproximadamente 900 participaram de cursos, seminários e reuniões.

Uma participação marcante do IICA no convênio com a SEPLANTEC foi o assessoramento na elaboração dos projetos

Itapera, no Lago Sobradinho, e Tatauí I, com ênfase nos aspectos técnicos e econômicos, de organização dos produtores e de administração do projeto.

Política de Crédito Rural

Na área do crédito rural, a cooperação técnica do IICA com o Ministério da Agricultura teve por objetivo apoiar o Ministério na compatibilização da política agrária com a política creditícia, de modo que esse órgão público tivesse acesso às grandes linhas decisórias na distribuição do crédito e pudesse levá-las em conta na sua programação. Com esse fim, o IICA colaborou, no período 1968-69, no planejamento e execução do Diagnóstico da Situação do Crédito Rural no Brasil, cujos resultados foram oportunamente publicados.

De outro lado, no contexto de um convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o IICA contribuiu para a capacitação do pessoal técnico dos estados e de entidades financeiras na identificação e elaboração de projetos associativos de produção.

Saúde Animal e Sanidade Vegetal

Os agricultores e criadores brasileiros sustentam uma luta titânica contra as pragas e doenças que atacam suas lavouras e seus animais. Para apoiá-los nessa luta, o Ministério da Agricultura estabeleceu a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, com duas secretarias, a de Defesa Sanitária Animal e a de Defesa Sanitária Vegetal. Ambas tem contado com a cooperação técnica do IICA, graças aos convênios que o Ministério mantém com o Instituto e ao que este organismo mantém com a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF).

O coordenador das ações do IICA no Brasil, tanto no campo da sanidade vegetal como no da saúde animal, é o médico veterinário Michael Bedoya, mexicano, que assim se expressa:

Avanços Brasileiros nas Áreas de Saúde Animal e Sanidade Vegetal

O ano de 1978 foi muito crítico para a saúde animal: a peste suína africana penetrou na República Dominicana, no Haiti e no Brasil. No caso brasileiro, a contaminação se deu através de restos de alimentos servidos a bordo de aviões, episódio assim descrito pelo Dr. Silvino Carlos Horn, do Ministério da Agricultura:

“No início de maio de 1978, foi observada uma grande epizootia num rebanho suíno no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. Nessa época, dos 2.000 porcos existentes na granja, morreram 150 na primeira semana. O proprietário a princípio pensou que se tratava de algum problema relacionado com a ração comercial que vinha utilizando. Preocupado com o problema, o veterinário da fábrica de rações levou um suíno recém-morto para o Dr. Carlos Tokamia, que o necropsiou na EMBRAPA, no Km 47. Diante do quadro necrótico e do histórico da doença na propriedade, Tokamia levantou a suspeita de peste suína africana. Nesse mesmo dia a suspeita foi reforçada pela constatação in loco de que a granja recebia restos de comida servida em aeronaves intercontinentais e retirados da Ilha do Governador”.

Foi uma sorte que o “foco índice” da doença fosse o próprio “foco inicial”. O Brasil, entretanto, não estava preparado para uma emergência dessa natureza, e tampouco o continente, já que se tratava de uma doença que não fazia parte do esquema dos organismos existentes, haja vista que a própria Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) se dedica mais a doenças transmissíveis ao homem, as zoonoses. A FAO tentou agir, mas tampouco tinha estrutura para isso.

Constatou-se então a necessidade de um organismo dedicado à saúde animal. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos queria ajudar e possuía recursos; os canadenses também, mas não havia como coordenar o trabalho. Assim sendo, os países e organizações que desejavam colaborar buscaram um meio de criar um organismo de saúde animal, e o Diretor-Geral do IICA decidiu que podia inserir no Instituto um programa de saúde animal. Sendo a idéia muito bem aceita começou-se a canalizar

recursos para ajudar a República Dominicana, o Haiti e o Brasil através do IICA.

Em 1980 já funcionava o Programa de Saúde Animal no IICA. Contratou-se pessoal com experiência; vários veterinários trabalhavam. Na América do Sul foi contratado o Dr. Ruben Lombardo, o primeiro especialista a vir para o Cone Sul. O Dr. Lombardo estabeleceu-se no Escritório do IICA no Brasil e imediatamente começou a apoiar o Governo brasileiro na erradicação da peste suína africana. Para isso, trouxe consultores e adquiriu equipamentos. A Dra. Tânia Lira era a chefe da campanha de erradicação da peste suína africana no Ministério da Agricultura. O Dr. Lombardo, que também assistia os demais países do Cone Sul, conseguiu estabelecer um programa de saúde animal em toda a região, apesar do grande espaço geográfico a ser coberto.

Finalmente, em 1983, o Brasil acabou com o problema da peste suína e foi oficialmente declarado livre da doença em 1985. Esse fato foi importante para o Instituto porque, embora a vitória sobre a doença não fosse mérito exclusivo seu, mas fruto sobretudo da vontade do país de erradicá-la, concretamente o Brasil e o continente se haviam livrado de uma grave ameaça e o IICA havia participado de maneira ativa nessa luta.

A atuação do IICA no Brasil na área da saúde animal começou, pois, com o seu apoio a essa campanha, que acompanhou até a total erradicação da doença.

Nessa época já se havia iniciado a construção de um laboratório central de saúde animal no Brasil, em Pedro Leopoldo (MG). O IICA também apoiou o seu desenvolvimento, bem como a criação da Rede LANARA (Laboratório Nacional de Referência Animal). Coube ao Dr. Lombardo essa tarefa. Todavia, como a região do Cone Sul é muito grande, ela foi dividida e em substituição ao Dr. Lombardo, que foi para a Argentina, o Dr. Roberto Goic tomou-se responsável pelo atendimento ao Brasil e ao Uruguai.

O Dr. Goic, também possuidor de ampla experiência de trabalho no Brasil, passou a apoiar o desenvolvimento de laboratórios no país. O IICA participou ativamente dos trâmites para a compra de equipamentos, do treinamento de pessoal e de outras atividades necessárias. Pode-se então dizer que outra contribuição

prestada pelo IICA ao Brasil foi o desenvolvimento da sua rede de laboratórios de referência em saúde animal.

Em 1985 realizou-se em Brasília a II Reunião da Comissão Interamericana de Saúde Animal, ou COINSA II, organizada pelos diretores de saúde animal dos Estados membros com o apoio do IICA. A COINSA promove ações de integração regional, uma vez que congrega todos os países.

Foi a segunda oportunidade que os responsáveis pela saúde animal dos países latino-americanos tiveram de definir as áreas em que, no seu entender, era importante que o IICA trabalhasse. Na ocasião foi aprovado um documento-base contendo as metas até o ano 2000 para os programas de saúde animal em todo o continente. Essa providência foi e é muito importante porque, para levar a cabo a cooperação técnica, primeiro os países devem definir o que desejam e como o desejam. Com base nessa definição temos trabalhado desde 1985.

As Áreas Prioritárias

No convênio que assinamos com o Ministério da Agricultura do Brasil, definimos estas cinco áreas prioritárias para o fortalecimento dos seus serviços:

1. Defesa sanitária;
2. Laboratórios de referência;
3. Vigilância de doenças;
4. Integração regional;
5. Emergências sanitárias.

São essas as áreas apoiadas pelo IICA, quer com recursos próprios, quer com recursos do Ministério. Desde 1985 apoiamos a preparação de um projeto de fortalecimento de todos esses serviços, que foi apresentado ao Banco Mundial e aprovado em 1987. Suas atividades começaram efetivamente em princípios de 1988, tendo o IICA apoiado desde o início a sua implementação, inclusive trazendo consultores de alto nível, como o Dr. Frank Mulhern, ex-diretor do Programa de Saúde Animal do IICA.

Dentro da ação de fortalecimento das estruturas na área da saúde animal, uma atividade importante é a da capacitação de pessoal. No Brasil, nessa área, cerca de 2.000 veterinários de Campo trabalham cumprindo metas assinaladas pelo projeto do Banco

Mundial e que incluem, por exemplo, a erradicação da febre aftosa no sul do país, o controle e erradicação da peste suína clássica e o controle das doenças parasitárias. A esse respeito, o Dr. Silvino Carlos Horn, então Secretário da Defesa Sanitária Animal, assim se expressa: “Nessa guerra permanente contra as doenças dos animais o Brasil tem contado com a cooperação do IICA, dado o seu caráter de organismo regional, A cooperação do IICA tem sido especialmente útil no apoio ágil à importação oportuna de insumos, sobretudo hormônios não existentes no país e necessários em algumas emergências.”

O IICA também colaborou na organização de um curso de formação básica para que o treinamento dos veterinários tenha fundamentos mais sólidos e eles recebam a informação de que necessitam para saber por que usam determinados instrumentos e técnicas. Tendo presentes os erros cometidos em outros países, o IICA sugeriu ao Ministério que, ao invés de organizar cursos específicos sobre as áreas de controle, oferecesse um curso ampliado de formação básica para dar a esse pessoal capacitação mais formal e definitiva e nele criar a mística profissional indispensável a esse tipo de trabalho.

Também apoiamos o Registro de Produtos Veterinários do Brasil. Por se tratar de um país tão grande – apenas no Estado de São Paulo há mais de 2.000 distribuidores de produtos veterinários, um sem-número de laboratórios e os produtos registrados passam de 2.000 –, o controle e o registro desses produtos são muito complexos. Embora a Defesa já dispusesse de um sistema, este era muito antigo, de operação manual e dotado de arquivos precários, o que criava sérios problemas para as empresas que pretendiam registrar seus produtos e não conseguiam fazê-lo. Costumava tardar um ano para que o Ministério aprovasse ou não um registro. Tudo isso era motivo de grande confusão no mercado. Conseguimos informatizar o serviço de registro no Ministério da Agricultura, a ponto de hoje ser possível recuperar os dados em pouquíssimo tempo e registrar rapidamente um produto. Este só tem que passar as provas técnicas de laboratório, enquanto a renovação é praticamente automática.

Outro trabalho que iniciamos foi a avaliação dos serviços regionais de saúde animal: fizemos um levantamento para definir a

situação sanitária nos estados. Já que o Ministério da Agricultura atua como órgão normativo e não como executor direto, é muito importante que ele conheça a situação dos seus serviços nos estados, para programar os trabalhos de campo, liberar verbas, etc.

Outra área de cooperação compreende o fortalecimento de laboratórios, dentro do projeto do Banco Mundial, o que implica instalações e treinamento, entre outros recursos. Na realidade, os laboratórios já existiam, mas muitos estavam incompletos, além de faltar treinamento. Pretende-se que, com os recursos do projeto, seja montada uma estrutura física e humana sólida e capaz de manter todo o serviço de referência em saúde animal. Isso é importante porque todos os testes de vacinas lançadas no mercado tem que ser feitos nos laboratórios, e o Brasil é um grande produtor de vacinas (só no caso da vacina contra a febre aftosa o País produz mais de 300 milhões de doses por ano e lidera a produção mundial). Os lotes tem que ser testados, um por um, mediante a inoculação de animais, para constatar se a vacina é eficaz. É preciso que se faça isso porque o sucesso de uma campanha de vacinação depende da qualidade da vacina. Estamos apoiando esse trabalho, juntamente com o treinamento que o acompanha. Um consultor contratado por nós traçou um esquema para o treinamento em cinco anos de todo o pessoal da rede LANARA.

Paralelamente, estamos trabalhando na avaliação desses laboratórios, única forma de fazer o planejamento racional dos recursos. O diagnóstico da situação dos seus serviços inclui todos os aspectos: técnicas disponíveis, tipos de doenças diagnosticadas, nível e experiência do pessoal, tipo de instalações existentes, inventário dos equipamentos, quantidade destes efetivamente usada, etc. Acredito que estamos começando a romper uma barreira que sempre existiu e que consiste em dar treinamento só por dar e em comprar equipamento e material pelo simples fato de haver recursos disponíveis, tendo por base decisões improvisadas e de emergência. Procuramos atualizar o diagnóstico todos os anos e racionalizar cada vez mais o trabalho.

O IICA também tem um projeto multinacional, a Rede Interamericana de Laboratórios de Saúde Animal, que está colaborando no sentido de integrar todos os laboratórios e de promover o intercâmbio horizontal entre eles.

A vigilância de doenças é outra atividade importante que estamos desenvolvendo desde fins de 1986. Conjuntamente com o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa montamos um esquema de vigilância das pestes suínas, tanto a clássica como a africana. Recebemos semanalmente, via telex, telefone, etc., informações dos países do continente sobre a situação da doença. Para localizar geográfica e espacialmente a sua incidência, dividimos os países em quadrantes. Agora podemos precisar exatamente o quadrante em que está ocorrendo um surto da doença em determinado país. Após dois anos de experiência com esse serviço, comprovamos que a doença é mais freqüente em certos quadrantes, isto é, tende todos os anos a manifestar-se nos mesmos lugares. Os países mantêm-se permanentemente informados, de modo que se um deles quiser importar suínos de outro, semanalmente dispõe da informação pertinente. Como o Brasil possui 67% do rebanho da América do Sul, essa comunicação permanente é muito importante.

Finalmente, outra área de cooperação compreende as emergências sanitárias, como a ocorrida no caso da peste suína, que o Brasil conseguiu superar. Todos os países devem estar preparados para enfrentar emergências. Está provado que o custo de preparar um plano de mobilização em casos de emergência e de treinar pessoal para tais circunstâncias se justifica, pois desse modo se reduz o tempo necessário para a reação ao problema e se aprimoram as ações diretas. Por conseguinte, desde o começo da nossa atuação no Brasil temos trabalhado no desenvolvimento desse sistema. Foi criado oficialmente o Grupo de Erradicação de Doenças Exóticas (GEDE), e colaboramos no treinamento de veterinários de campo mediante exercícios de simulação da entrada de uma doença no país. Dividimos os participantes em grupos e lhes damos a oportunidade de atuarem numa emergência, ainda que simulada, para se conscientizarem da importância desse tipo de trabalho e se prepararem para ele. Montamos material visual e de computação para tais simulações, temos um programa que gera dados sobre a entrada de uma doença, e cada grupo trabalha em cima deles. Fizemos também simulações com a Argentina, porque às vezes é preciso a ação conjunta de vários países.

A Dra. Tânia Maria de Paula Lyra, da Secretaria de Defesa Sanitária Animal, destaca a utilidade do novo programa de

treinamento iniciado pelo Ministério da Agricultura com a colaboração do IICA: "O programa oferece cursos nos diferentes estados brasileiros, inclusive exercícios de simulação de surtos de doenças exóticas. O Ministério e o IICA estão agora estudando uma proposta de curso de formação básica em saúde animal".

Aproveitando a estrutura do CENAGRI – Centro Nacional de Informação Documental Agrícola, do Ministério da Agricultura, compilamos um arquivo bibliográfico de aproximadamente 50.000 referências de trabalhos sobre doenças exóticas. Essas referências estão armazenadas no computador central do CENAGRI e as estamos passando para um microcomputador. Temos condições de enviar microfichas pelo correio, a um custo muito baixo, a qualquer país que as solicitar. Mantemos as secretarias de defesa animal informadas sobre a situação das doenças no mundo, com base nos boletins mensais e extraordinários que recebemos.

A Junta Interamericana de Agricultura, órgão superior do IICA, autorizou a criação de um Fundo de Emergência, que prevê a possibilidade de os países reagirem rapidamente numa crise, já que é mais importante o que se faz nas duas primeiras semanas de uma situação crítica do que tudo quanto se venha a fazer depois. E para atuar rapidamente são necessários recursos facilmente acessíveis. O fundo de contingências está ao alcance de todos os países que venham a necessitá-lo.

Sanidade Vegetal

Na área da sanidade vegetal, o programa de cooperação com o Governo brasileiro é muito novo, embora já há algum tempo houvesse sido solicitado pela Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura. Desde 1985 um consultor do quadro do IICA, o Dr. García Escobar, à semelhança do Dr. Lombardo para a saúde animal, vinha atendendo à área da sanidade vegetal, tendo, porém, sua sede na Argentina e sendo responsável pela assistência a todos os países do Cone Sul, em vista do que somente podia visitar o Brasil uma ou duas vezes por ano.

Mais recentemente, a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) interessou-se em apoiar esse programa. Assim, mediante um convênio, pudemos contratar um profissional brasileiro, o Dr. Maçao Tadano, que apóia diretamente a Secretaria

de Defesa Sanitária Vegetal. O Dr. García Escobar havia preparado um pré-documento, juntamente com consultores nacionais, e o Dr. Tadano, baseando-se nele e na colaboração de outros especialistas, está preparando um projeto final para ser apresentado ao Banco Mundial ou a outras agências financeiras. Isso permitirá a elaboração racional de programas na área da sanidade vegetal para os próximos anos.

Também estamos apoiando a informatização do Registro de Produtos Fitossanitários, pois era absurdo controlar, por meio de um sistema arcaico, os produtos de indústrias dotadas de alta tecnologia, amplamente informatizadas e de muito dinamismo.

Outra ação do IICA que cumpre destacar é o apoio aos esforços da Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal para reestruturar o Sistema de Defesa Vegetal em nível nacional. Em 1988 foi feito um diagnóstico da situação da defesa sanitária vegetal no país, através de reuniões regionais envolvendo delegacias do Ministério, secretarias de agricultura, universidades, centros de pesquisas, etc. O Escritório do IICA no Brasil contou, mais uma vez, com a assessoria do Dr. Alfonso García Escobar, mexicano. Posteriormente, com fundamento nesse diagnóstico e em informações da Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal, foi elaborada o Perfil de Projeto para o Controle da Sanidade Vegetal no Brasil, com a ajuda de outro consultor, o Dr. Jorge Caro, chileno. Com base nos dois trabalhos mencionados, o Ministério está elaborando um projeto de reestruturação do Sistema Nacional de Defesa Sanitária Vegetal, que coordenaria o trabalho do Ministério e suas delegacias, das secretarias de agricultura, dos centros de pesquisas, dos serviços de extensão rural, das universidades e das empresas.

Em 1989 foram assinados em Montevidéu os documentos para a criação do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (COSAVE), do qual o Brasil faz parte.

Um problema que surgiu recentemente foi o da mosca-oriental-das-frutas, *Dacus dorsalis*. Esta se manifestou no Suriname e criou uma situação ameaçadora para o Brasil, na sua qualidade de importante exportador de cítricos. O IICA coordenou, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura do Brasil, os trabalhos no sentido de resolver o problema. Assim,

através dessa cooperação, esteve recentemente no Suriname um especialista da Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal para prestar assessoria técnica, com a colaboração do Escritório do IICA naquele país. O Escritório do IICA no Brasil continua a desenvolver esforços para apoiar o Governo brasileiro na adoção de medidas tendentes a evitar a entrada da **Dacus dorsalis** no país.

A respeito da cooperação técnica prestada pelo IICA, assim resume o engenheiro agrônomo Pedro Carlos da Silva Neto, então diretor da Divisão de Vigilância Fitossanitária da Secretaria de Defesa Vegetal:

“A cooperação do IICA facilitou um entrosamento mais efetivo com os colegas dos demais países, através de reuniões bilaterais ou regionais. Quando apareceu o **bicudo do algodão**, por exemplo, o IICA promoveu reuniões com a Argentina e o Paraguai. No caso da **mosca-oriental-das-frutas**, no Suriname, o Instituto coordenou o intercâmbio entre o Brasil e aquele país”.

Cooperação com a Superintendência para o Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA)

A SUDHEVEA solicitou a cooperação técnica do IICA em duas grandes áreas: Crédito e Programas Sociais.

Na primeira área, o IICA assessorou o chamado Programa da Borracha (PROBOR). O produto mais importante dessa assistência foi a criação de um mecanismo de atualização dos créditos contratados, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, que permitiu aos agricultores terem o valor dos seus créditos automaticamente atualizado em função do processo inflacionário. Graças a essa medida eles podem cobrir os custos reais de produção.

Na área de Programas Sociais, a colaboração mais significativa do IICA, prestada através do trabalho do engenheiro agrônomo Pedro Merçon Vieira, constou da promoção de mais de 60 organizações de seringueiros, congregando número superior a 1.200 produtores. As associações de seringueiros tinham múltiplos propósitos, entre os quais os seguintes:

- a) abastecimento;

- b) melhoria da educação e da saúde;
- c) beneficiamento coletivo do látex por meio de miniusinas, para permitir aos seringueiros produzir a "folha fumada", evitando-se o problema da cegueira causada pelos métodos de beneficiamento anteriormente usados.

A Associação de Seringueiros foi concebida como centro de ação do componente social da SUDHEVEA. A cooperação SUDHEVEA-IICA pode ser considerada como um exemplo expressivo da abordagem pragmática dos aspectos sociais da atuação do Poder Público na Amazônia.

Trabalhos com a Família e a Mulher Rural

Os programas mais recentes do IICA dirigidos à mulher rural tiveram sua origem no apelo feito a todos os organismos internacionais, numa conferência realizada no México em 1975, no sentido de que apoiassem a participação da mulher na gestão e nos benefícios do desenvolvimento. Em resposta, no ano de 1979 o IICA aprovava uma verba de 360 mil dólares para a implementação de projetos-piloto de apoio à mulher em diversas regiões da América Latina. Tais projetos possuíam caráter multinacional, já que atendiam a vários países ao mesmo tempo. A mulher rural, como objeto de atenção, entretanto, tinha seu lugar no IICA muito antes de 1979. Com efeito, já em 1963 existia em La Estanzuela, no Uruguai, um programa de capacitação de economistas domésticas dos serviços de extensão rural dos países da região.

O Projeto Família e Mulher Rural no Brasil

No Brasil, a instituição que trabalhava de forma mais organizada e consistente com projetos dirigidos à mulher rural era o Sistema EMBRATER. Convencido da conveniência de iniciar a cooperação com esse Sistema mediante um projeto demonstrativo em nível estadual, o IICA articulou-se com a EMATER de Pernambuco. Nesse Estado, pessoal do Instituto já trabalhava com a SUDENE nas áreas de planejamento e irrigação, havendo também um projeto cooperativo de educação rural com a Secretaria da Educação.

Em 1980 iniciou-se na EMATER-PE, sob a coordenação de Mabel Cordini, uruguaia, especialista do IICA em organização rural feminina, um diagnóstico participativo sobre a situação da mulher em cinco municípios do Agreste Setentrional. A partir dos seus resultados, discutiu-se a direção futura dos projetos da EMATER-PE na área social. Os principais problemas que as mulheres defrontavam eram anotados e mais tarde analisados com a ajuda de um guia metodológico elaborado para o Programa Família e Mulher Rural. O guia dividia a participação da mulher em quatro áreas: as tarefas agrícolas; as tarefas normais da mulher mais ligadas ao âmbito doméstico; o uso do crédito, e a participação nas associações.

O diagnóstico mostrou que as mulheres não tinham acesso à terra, à água e ao crédito e que gostariam de dispor de recursos, mesmo escassos, que fossem por elas próprias administrados. A partir desses dados procurou-se identificar fontes de financiamento para os projetos. A SUDENE aplicou cerca de 10 mil dólares da sua Coordenadoria de Emprego e Mão-de-Obra para levar a cabo pequenos projetos de produção de caráter associativo. Os grupos organizados de mulheres rurais criavam pequenos projetos para atender a necessidades da produção ou da comunidade, enquanto a EMATER se responsabilizava pelo repasse do dinheiro. Alguns anos depois o Projeto Nordeste passou a adotar a estratégia desses projetos de produção associativa.

O sucesso do diagnóstico participativo e dos pequenos projetos associativos inspirou a criação e difusão de um sistema de capacitação em que se discutiam os problemas dos agricultores e as dificuldades dos extensionistas para equacioná-los e dar-lhes solução. Nesse sentido, periodicamente eram visitados todos os escritórios que participavam do processo de capacitação e neles se discutiam os problemas com a ajuda dos conceitos formulados nos instrumentos de auto-instrução previamente enviados. As visitas eram feitas pela técnica da EMATER responsável pelo projeto de apoio à mulher rural, juntamente com a especialista do IICA.

Uma das contribuições do Projeto Família e Mulher Rural foi a inclusão da mulher na clientela do técnico agrícola. Com efeito, a EMATER trabalhava com as mulheres como se elas não tivessem uma participação significativa nas tarefas agrícolas. Assim, quando o

agrônomo ia ensinar uma técnica – por exemplo, semear em curvas de nível ou aplicar um fertilizante na plantação de milho –, a mulher não era convidada. Esse problema não era exclusivo da EMATER-PE; também a CODEVASF e as instituições de desenvolvimento rural em geral atribuíam ao homem a tarefa de manejar a terra, presumindo que tudo que lhe fosse ensinado seria por ele transmitido à mulher. Observou-se, entretanto, que a tomada de decisões na família rural era muito mais rápida e adequada quando o treinamento era dado de forma conjunta.

CODEVASF, SUDENE e as Universidades.

O Projeto Família e Mulher Rural apoiava também várias ações da CODEVASF, em cujo âmbito foi realizado um diagnóstico sobre a participação da mulher em três perímetros irrigados – Barreiras, Petrolina e Janaúba.

Esse diagnóstico fazia parte do Programa Nacional de Produção de Alimentos, que não visava exclusivamente à produção de alimentos, mas também à sua transformação. Por intermédio do Projeto Família e Mulher Rural foi ministrado treinamento diversificado e se produziu uma publicação sobre tecnologias de conservação recomendadas para queijos, lingüiças, compotas, conservas salgadas, pickles, etc. O conhecimento dessas técnicas foi de grande valia quando houve uma superprodução de repolhos num perímetro irrigado, pois lá já se dispunha de receitas para o aproveitamento do produto. Também foram instaladas padarias onde estas não existiam. Embora fossem certamente muito rústicas, elas eram úteis às pessoas ao permitir-lhes fabricar o próprio pão, ao invés de comprá-lo fora da comunidade.

Na SUDENE, junto com a Coordenadoria de Emprego e Mão-de-Obra, foi realizado em 1983 um seminário sobre pequenos projetos associativos com a participação de 360 pessoas, inclusive os prefeitos de alguns municípios do interior. Como referência usou-se o documento que o IICA havia apresentado ao Banco Mundial, com idéias sobre a importância dos pequenos projetos associativos como eixo do desenvolvimento da mulher rural.

O Projeto Família e Mulher Rural também trabalhou junto a universidades que atuam no meio rural, como, por exemplo, as de Pelotas, Pernambuco, Ceará e Viçosa. A Universidade Federal de

Pelotas apoiou projetos do IICA sobre tecnologia de alimentos no Paraguai e no Uruguai. Além disso, algumas instituições brasileiras que atuavam no desenvolvimento rural, como as EMATERs de Pernambuco, Paraná e Minas Gerais, as cooperativas minerais e outras, recebiam técnicos do Paraguai e do Uruguai e mandavam assessores para prestar apoio a esses países.

O Uso do Vídeo

O IICA participou, juntamente com o Ministério da Saúde, da elaboração de vídeos baseados em entrevistas com mulheres do campo, nas quais estas expunham livremente a sua problemática.

Por exemplo, uma entrevista com uma mulher de Pendobinha serviu para a produção de um vídeo que foi utilizado pelo Ministério da Saúde em todo o Brasil, pois, além de referir-se à sua experiência em projetos associativos, a entrevista falou sobre questões de saúde importantes para as mulheres do meio rural. Desse modo, o IICA, em alguns trabalhos da Divisão Nacional de Educação em Saúde, prestou uma contribuição pioneira, com o uso do vídeo.

Capítulo 5

INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS NA PESQUISA AGROPECUÁRIA

Quando se analisa a ação do IICA na pesquisa agropecuária latino-americana, é oportuno recordar que o nome original da instituição era **Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas**, o que significa que ela nasceu com o mandato de promover o crescimento das ciências em benefício da agricultura e, por conseguinte, do agricultor. Nos seus primórdios a sede do IICA se localizava no Centro de Ensino e Pesquisa (CEI) de Turrialba, hoje Centro Agrônômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE).

O IICA, entretanto, teria ficado aquém da sua missão como organismo internacional caso se houvesse dedicado apenas a empreender suas próprias pesquisas e a difundir os respectivos resultados. Cabe-lhe também apoiar os Estados membros no desenvolvimento dos seus sistemas de geração de tecnologia e facilitar o intercâmbio e a cooperação recíproca.

É verdade que o IICA, nas suas primeiras etapas como instituição, se concentrou especialmente na capacitação e especialização profissional dos pesquisadores. De fato, através dos cursos de pós-graduação do CEI, em Turrialba, e do Centro de Pesquisa e Ensino da Zona Temperada, estabelecido em 1962 no Centro de Investigaciones Agrícolas "Alberto Boerger" (La Estanzuela), no Uruguai, o IICA capacitou centenas de pesquisadores, muitos dos quais se tomaram dirigentes das instituições de pesquisa nos seus respectivos países. Além disso, através do apoio prestado à Associação Latino-Americana de Fitotecnia (ALAF), mais tarde chamada Associação Latino-Americana de Ciências Agrícolas (ALCA), o Instituto continuou a fomentar o intercâmbio pessoal entre os pesquisadores do continente. Em etapas posteriores, no entanto, o IICA passou a apoiar diretamente estes dois processos mais amplos:

- a modernização e fortalecimento dos sistemas nacionais de pesquisa;

- a cooperação regional entre os sistemas de pesquisa agropecuária dos países.

Com efeito, no início da década de 70 o IICA começou a apoiar o fortalecimento institucional dos sistemas nacionais de pesquisa. Com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram apoiados os Programas Integrados de Pesquisa Agropecuária, entre os quais se destacaram o PIDAP, no Paraguai, e o PIDAGRO, na República Dominicana. Outro exemplo da influência do Instituto nos sistemas nacionais de pesquisa foi a reestruturação do sistema de pesquisa da Secretaria de Recursos Naturais de Honduras, feita através do CATIE.

No fortalecimento dos sistemas nacionais, o IICA levou em conta dois aspectos às vezes insuficientemente desenvolvidos:

- a organização e administração dos sistemas de pesquisa;
- a complementação da pesquisa biológica com a pesquisa sócio-econômica.

Com relação ao segundo aspecto, o IICA introduziu um novo enfoque, o intercâmbio de conhecimentos entre os sistemas nacionais, uma abordagem que tinha antecedentes na participação ativa do IICA em vários programas regionais, tais como o Programa Centro-Americano para o Melhoramento das Culturas Alimentícias (PCMCA) e o Programa de Pesquisa de Leguminosas de Grão.

Em 1980 o Instituto colaborou com os países do Cone Sul no estabelecimento do Programa Cooperativo de Pesquisa Agrícola no Cone Sul (PROCISUR) e, com base no sucesso que este alcançou, apoiou em 1985 a criação do PROCIANDINO, para os países andinos. No momento colabora na criação do PROCICENTRAL, do PROCICARIBE e do PROCITROPICOS, respectivamente para os países da América Central, do Caribe e os da América do Sul com áreas tropicais.

Neste capítulo é feita a descrição sumária da participação do IICA na criação e fortalecimento de duas importantes instituições brasileiras de pesquisa: o Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

O IICA e a CEPLAC, uma Velha Amizade *

O IICA iniciou sua assistência técnica às atividades cacauceiras do Brasil no começo da década de 50. Nessa época, no Centro de Ensino e Pesquisa, em Turrialba, Costa Rica, o Programa Interamericano do Cacau desenvolvia atividades de pesquisa e ensino da cacauicultura.

O Centro de Turrialba era o principal pólo, na América Latina, de pesquisa e capacitação em cacau e outras culturas tropicais. Na década de 50 o Centro contava com especialistas de grande renome, como os drs. Luís Siller, Jurgen Hansen e Rodrigo Orellana, em Fitopatologia; Paul Oesly, em Agronomia do Cacau; Gordon Havord e Frederick Hardy, em Solos; Paulo de Tarso Alvim, Eduardo Jiménez e Marcial Machicado, em Fisiologia Vegetal; F. G. Bowman, Francisco García e Alfredo Paredes, em Horticultura, e Jorge Soria, em Fitomelhoramento. Como parte de suas atividades de pesquisa, esses especialistas iam aos países conhecer a experiência de cada um deles nas suas respectivas áreas.

As atividades de ensino consistiam em estudos em nível de pós-graduação (mestrado) nas áreas de Fitotecnia, Solos, Zootecnia e Dasonomia. Também eram organizados cursos de nível pós-graduado em áreas-problema específicas. Um dos cursos mais importantes e concorridos era o do cacau, que anualmente reunia os especialistas no ramo, procedentes da América Latina e do Caribe. O Programa do Cacau tinha ainda a seu cargo a secretaria executiva do Programa Interamericano do Cacau e a tarefa de organizar as conferências interamericanas sobre o cacau. Até 1958 haviam sido realizadas sete dessas conferências e cinco cursos internacionais sobre o cacau. A V Conferência se realizou no Centro de Turrialba, em 1954, e a VI em Salvador, Bahia, no ano de 1958. Nelas, tanto os técnicos do IICA como os do Instituto do Cacau da Bahia (ICB) tiveram oportunidade de conhecer o que ambos os grupos desenvolviam em matéria de cacau.

O Programa de Pesquisa do Cacau no Centro de Turrialba mantinha projetos cujos resultados, especialmente em

* Por José Irineu Cabral, com base no livro *CEPLAC.Cacau.Ano 25.Desenvolvimento e Participação*.1982.IICA.Brasília, Brasil. (Série Desenvolvimento Institucional, nº 16). 142 p.

melhoramento e horticultura, tiveram grande transcendência. Em Turrialba havia uma valiosa coleção de cacauzeiros originários da Amazônia e de clones híbridos, que constituíam o material genético para os trabalhos de melhoramento do cacauzeiro.

Dezenas de técnicos brasileiros que trabalhavam no Instituto do Cacau da Bahia estudaram no Centro de Turrialba e participaram de vários cursos internacionais sobre o cacau ou de conferências especializadas.

Um convênio celebrado com a OEA permitiu ao IICA, em 1955, nomear alguns dos seus especialistas para programas de apoio a grupos de países latino-americanos. Nesse ano o IICA estabeleceu a Direção Regional para a Zona Andina, com sede em Lima, na qual foram lotados vários dos seus especialistas, entre os quais o secretário do Programa Interamericano do Cacau, Dr. Paulo de Tarso Alvim, responsável pela organização de conferências e cursos interamericanos sobre o cacau e pelo apoio à cacauicultura em países do continente, particularmente no Brasil.

Antes da criação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), o IICA, através principalmente da assessoria técnica de Paulo Alvim, prestou importantes serviços, sob a forma de recomendações e estudos básicos, para o fortalecimento inicial da Estação Experimental de Uruçuca e a capacitação de técnicos que atuavam no sudeste da Bahia. Dos estudos e observações sobre o estado da tecnologia do cacau na época, pode-se concluir que a maior parte das explorações era bastante rudimentar e contava com mais de 50 anos de existência, o rendimento das culturas era comprovadamente baixo e havia pouca resistência a pragas e doenças. As novas lavouras que se iam formando partiam do mesmo material botânico, e registravam, portanto, baixos índices de rendimento econômico.

Era possível observar, por outro lado, que as condições das estações experimentais de Uruçuca e Cruz das Almas e de outros campos experimentais nem eram adequadas nem contavam com recursos suficientes para produzir a necessária tecnologia e proceder à recuperação das lavouras cacaueiras. Sugeriu-se, então, o estabelecimento de uma moderna estação experimental nas imediações de Itabuna. A idéia básica seria a implantação de um

centro que tivesse algumas características dos trabalhos que se realizavam em Turrialba.

Ao ser criada a CEPLAC, o IICA contava com um acervo técnico-científico e gerencial na área da cacauicultura que podia, em boa parte, ser aproveitado pelos países. Atendendo às solicitações do Governo brasileiro, Paulo Alvim pôde dedicar grande parte do seu tempo ao trabalho com a CEPLAC. Por outro lado, vários profissionais brasileiros, ao retomarem dos cursos de Turrialba, engajaram-se nas atividades de implantação da CEPLAC em Itabuna já com mais preparo acadêmico e científico para o desenvolvimento da cacauicultura no Brasil.

Nessa época, o Instituto começava a definir sua estratégia de cooperação com os Estados membros no fortalecimento de instituições nacionais que viriam a desempenhar papel importante na introdução de mudanças na agricultura e no setor rural, em áreas em que o IICA se sentia capaz de permutar experiências bem sucedidas entre os seus Estados membros. O propósito do IICA era, além de colaborar na criação e implementação de uma instituição nacional que promovesse mudanças na cacauicultura brasileira, estender e testar, fora de Turrialba, os resultados das pesquisas e estudos realizados no Centro.

Vários técnicos do IICA viajaram a Itabuna e contribuíram com seus conhecimentos para a orientação dos programas técnicos da CEPLAC. O Dr. Frederick Hardy, por exemplo, autor de um estudo pioneiro sobre os solos de cacau da Bahia, recomendou a utilização do método Hardy-Bazán de testes rápidos da fertilidade do solo, um processo que foi empregado pela CEPLAC no inventário da fertilidade dos solos da região sudeste do Estado. O Dr. Gordon Havord participou dessa tarefa. André Helfenberger, por sua vez, estudou os problemas da fermentação e secagem do cacau, enquanto Jorge Soria se dedicou à área de fitomelhoramento.

Para o IICA, nessa época, a relação que se estava estabelecendo com a CEPLAC representava a primeira experiência séria no manejo de recursos de fontes externas destinados a fortalecer programas com instituições nacionais.

Em fins de 1962 foi definido entre o American Cocoa Research Institute (ACRI), a CEPLAC e o IICA o tipo de cooperação que permitiria a este último colaborar com a CEPLAC e o Governo

do Brasil na criação e desenvolvimento de uma organização destinada a promover profundas mudanças na atividade cacauceira e na região sudeste da Bahia.

O primeiro convênio de cooperação entre o IICA e a CEPLAC, com a participação do ACRI, foi celebrado em junho de 1963. Contudo, antes dessa data, o Instituto, com seus próprios recursos, já designara Paulo Alvim para colaborar nos estudos para a seleção da área onde se localizaria o Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC) e delinear os primeiros programas de atividades técnicas dessa instituição. Com recursos do convênio, três técnicos do IICA foram lotados em Itabuna, trabalhando em regime de dedicação exclusiva (Paulo Alvim, Jorge Soria e Eduardo Jiménez). Foi ampliado o programa de bolsas de estudo para capacitação de técnicos da CEPLAC em Turrialba e organizadas diversas atividades adicionais de treinamento e estudos com a CEPLAC.

Os técnicos do IICA legaram à CEPLAC toda a experiência adquirida em mais de 15 anos de trabalho em pesquisa e ensino sobre cacau e em funções de direção técnica nos próprios países membros. Incorporaram-se integralmente à CEPLAC, participando de todo o penoso processo de legitimação da entidade no seu papel institucional e técnico. A presença de técnicos do IICA na CEPLAC, além da contribuição específica que cada um deu na sua respectiva área, permitiu que muitos dos técnicos nacionais (alguns ex-alunos de Turrialba) desenvolvessem melhor suas aptidões científicas e gerenciais. Por outro lado, possibilitou a consolidação de grupos de trabalho com métodos e disciplinas comuns.

A nosso ver, esses foram fatores importantes na estruturação e implantação da organização técnica da CEPLAC, como a participação do Banco do Brasil o foi na organização administrativa. Foram igualmente importantes no rigor científico com que se programaram, controlaram e avaliaram as atividades técnicas; na introdução no Brasil de metodologias para melhorar a produção de híbridos e na seleção e teste destes; no desenvolvimento e adoção de melhores práticas de manejo (redução do sombreamento, aplicação de fertilizantes, controle de pragas, etc.). O IICA ainda mantém convênio de cooperação com a CEPLAC em áreas técnicas requeridas pelo CEPEC. A velha amizade continua.

A seguir, o economista Carlos Brandão, ex-secretário-geral

da CEPLAC, dá o seu depoimento pessoal sobre a assistência técnica prestada pelo IICA à cacauicultura brasileira.

A Contribuição do IICA para a Pesquisa em Cacau *

O IICA desempenhou uma função importante no início do programa da CEPLAC, tanto de maneira direta como indireta. Vou explicar por quê.

Quando eu comecei a organizar, no sul da Bahia, o programa para a recuperação da lavoura cacauera, tomei conhecimento do diagnóstico que um técnico do IICA havia feito sobre a problemática dessa lavoura. Além de fazer um diagnóstico muito objetivo dos problemas que estavam afetando a cacauicultura, esse técnico indicava, de maneira sucinta, as medidas mais eficazes para superá-los e recuperar a lavoura.

Na época em que tomei conhecimento desse estudo, nós estávamos pensando em organizar, no âmbito da própria CEPLAC, um trabalho de pesquisa e assistência técnica, mas nos deparávamos com um problema sério: a escassez de pessoal técnico de alto nível para desenvolver um trabalho do porte que a lavoura cacauera requeria. Surgira a idéia de organizar-se um centro de pesquisa moderno, porém não contávamos com uma pessoa com as qualificações desejadas para ocupar-se disso. Tratamos de examinar os técnicos de gabarito de que dispúnhamos aqui no Brasil, nas várias especialidades, que teriam o perfil desejado para um trabalho de tamanha responsabilidade, mas, realmente, mesmo com todo o nosso interesse, as pessoas disponíveis não se enquadravam no perfil que desejávamos e não tinham nenhum trabalho específico de abrangência sobre o próprio cacau.

O técnico que havia feito o diagnóstico a que me referi, para o IICA, então Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, chamava-se Paulo Alvim, que eu não conhecia pessoalmente. Na época fizemos um ofício ao IICA a fim de saber se este o cederia para dar início ao nosso trabalho. Recebemos uma resposta muito amável do IICA explicando que o técnico era brasileiro e que, segundo as normas - corretas - do Instituto, não podia ser cedido

* Por Carlos Brandão, economista, primeiro Secretário-geral da CEPLAC.

para o seu país natal em caráter permanente, já que a filosofia do Instituto é colocar os técnicos em países que não os de sua origem. Eu entendi esse argumento como uma posição muito correta do Instituto, mas, infelizmente para o nosso trabalho, eu não via outra pessoa. Cheguei a pedir a mediação do governador da Bahia na época, Juracy Magalhães, para pleitear que o IICA, além dos três meses em que podia colocar o técnico à nossa disposição, o deixasse conosco por mais tempo. Pedimos também a ajuda do secretário-geral da OEA para o mesmo fim, porém “regulamento é regulamento”. O IICA se dispunha a colocar outros técnicos a nossa disposição, mas Paulo Alvim, por ser brasileiro, só ficaria conosco por um período de três meses.

Quando já estávamos com o programa definido e com os profissionais brasileiros de maior renome no país prontos para nos ajudarem a escolher tecnicamente o lugar para o centro de pesquisa do cacau, eu soube, na véspera de uma reunião com esse pessoal, que Paulo Alvim se encontrava no Sul, em Ubá, Minas Gerais, passando o carnaval. Liguei para ele e perguntei se na quarta-feira de cinzas poderia vir à Bahia. Paulo Alvim respondeu que estava voltando para o Peru na quinta-feira. Eu insisti: “olha, preciso conversar com voce”. Aí eu fui um pouco ousado: sem lhe dizer nada, tirei uma passagem em seu nome, para ele ir comigo, depois do carnaval, para o sul da Bahia. Fiz isso porque eu achava que, se tínhamos de escolher uma área para o centro de pesquisa, não podíamos prescindir da ajuda do Paulo Alvim. E na quarta-feira, com passagem emitida para a quinta-feira, ele respondeu que tinha de estar nesse dia no Peru.

Eu prometi mandar um telex justificando a sua demora. Ele acabou indo e se encantando com a região. Com a sua ajuda escolhemos o local para o centro de pesquisas em Itabuna.

Para contornar o problema da permanência de Alvim na Bahia nós celebramos um convênio com a instituição dos chocolateiros americanos, o ACRI (American Cocoa Research Institute), que tinha um convênio com o IICA, de modo que o Instituto cedeu Paulo Alvim para o ACRI, sem ferir o seu regulamento, porque o estava cedendo a outra organização internacional.

O mais relevante, porém, não foi a forma de contornar o

regulamento, mas o fato de que Alvim usou toda a estrutura do IICA para começar a formar gente e trouxe pessoal do IICA cuja cooperação com o tempo foi fundamental, inclusive, para os programas de pós-graduação, os trabalhos de genética, etc. Se não fosse o IICA e Paulo Alvim o representando, se não fosse o poder de penetração desse técnico na sua própria instituição e em outros foros internacionais, se não fosse tudo isso a CEPLAC não teria avançado do modo como o fez em matéria de pesquisa e experimentação e de assistência técnica, viabilizando a reversão total da lavoura cacauera do país, a ponto de ser ela hoje uma das mais modernas do mundo.

Resumindo, o que eu posso dizer é que, olhando para o passado, se não fosse essa contribuição, nós não teríamos tido condições de fazer esse trabalho com os resultados muito positivos que obtivemos graças ao Paulo Alvim, à sua visão global da pesquisa e experimentação na agricultura.

Eu penso que nós acertamos, e o IICA também, ao permitir essa contribuição. No período em que eu estive na CEPLAC, de 1962 a 1969, ano em que deixei a Comissão, o trabalho levado a efeito em pesquisa e experimentação, tanto nos laboratórios como no campo, foi algo extraordinário. Não creio que posteriormente se tenha produzido mais do que naquela época, uma época de entusiasmo e dedicação vivida por vários técnicos de alto nível do IICA – entre os quais Jorge Soria na parte genética – que realmente deram uma contribuição extraordinária aos programas.

A Criação da EMBRAPA

Entre as principais ações de cooperação técnica levadas a efeito pelo IICA no Brasil, a sua participação na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) se destaca como uma das mais significativas.

O problema que o País enfrentava, no final dos anos 60 e na década de 70, era a necessidade imperiosa de que a política agropecuária se fundamentasse em instrumentos e mecanismos capazes de induzir o crescimento da atividade rural e da produtividade, bem como a ocupação racional da fronteira agrícola

disponível. Com efeito, cumpria ajustar a política de desenvolvimento agropecuário nacional às metas de exportação e geração de divisas, assim como atender ao grande consumo interno de uma população em acelerado processo de crescimento.

Nesse contexto, era imperativo recuperar para a produção as grandes extensões de "cerrados", especialmente na Região Centro-Oeste, de terras tropicais úmidas na Amazônia e de terras áridas irrigáveis no Nordeste. Foi então que, motivada por essa necessidade de expansão da fronteira agrícola e de incremento da capacidade produtiva da agricultura, nasceu a determinação de modernizar os mecanismos de ciência e tecnologia, bem como de assistência técnica, existentes no setor agrícola. Tal decisão, entretanto, tropeçava no fracasso das tentativas anteriores de reforma das instituições de pesquisa agrícola de nível federal, apesar das experiências bem sucedidas em São Paulo e em algumas universidades. Esta a razão por que o setor de pesquisa era tido como prioritário para uma reforma radical.

Foi a partir desses antecedentes que o então Ministro da Agricultura, engenheiro agrônomo Luiz Fernando Cime Lima, resolveu criar um grupo de trabalho do qual participaram o pesquisador do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA) do Ministério da Agricultura, Dr. Otto Lyra Schrader, e o Representante do IICA no Brasil, economista José Irineu Cabral. O grupo de trabalho foi orientado no sentido de coletar todas as informações necessárias, consultar autoridades e conseguir a cooperação internacional que julgasse oportuna.

Além de autorizar seu representante no Brasil a fazer parte do grupo, o IICA também destacou outro técnico, o Dr. Edmundo Gastal, brasileiro (falecido recentemente) para colaborar em caráter permanente com o grupo, e trouxe ao Brasil o Dr. Eduardo Bello (também falecido), que era funcionário do IICA na Estação Experimental "La Estanzuela", no Uruguai, para transmitir ao grupo a sua experiência como diretor de um importante centro experimental. O grupo contou ainda com o assessoramento de dois técnicos brasileiros, o economista Mário Olinto Campos de Araújo, do Ministério da Agricultura, e o médico veterinário Francisco Arinos da Costa e Silva, então funcionário do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A primeira atividade do grupo, afora a de compilar uma bibliografia sobre a organização da pesquisa agrícola, foi proceder a um diagnóstico amplo da situação da pesquisa agropecuária no Brasil. A partir deste, constataram-se, junto com aspectos positivos, o estado de geral ineficiência da pesquisa agrícola, a estagnação da produtividade na maioria das culturas importantes, a falta de uma política de planejamento de projetos prioritários, o insatisfatório nível de capacitação da maioria dos pesquisadores, as débeis relações com o setor privado, tudo isso agravado pela exiguidade do investimento público no setor da pesquisa agropecuária. Em contraposição, a extensão rural, conduzida por uma sociedade civil com certo grau de independência e autonomia, evidenciava um dinamismo publicamente reconhecido e elogiado.

Uma vez completado o diagnóstico, o grupo fez consultas com vários especialistas nacionais e do IICA, com outros organismos internacionais, com autoridades de ministérios e organismos públicos e privados, até que finalmente formulou uma proposta de organização institucional da pesquisa para ser submetida ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura.

A proposta compreendia, entre outras, as seguintes inovações institucionais:

1. Criação de uma empresa pública de nível federal, com autonomia de decisão, incumbida de realizar e promover a pesquisa agropecuária em todo o país, como parte do sistema nacional de ciência e tecnologia;
2. Adoção da pesquisa por produtos ou por ecossistemas, de caráter interdisciplinar e sistêmico, baseada nas necessidades reais dos produtores e nas prioridades econômicas nacionais;
3. Estabelecimento de centros especializados na pesquisa de determinados produtos e áreas ecológicas, nas regiões mais adequadas do país;
4. Inclusão da difusão tecnológica como função orgânica da empresa, em estreita articulação com as instituições encarregadas dos serviços de extensão e assistência técnica aos produtores;
5. Estabelecimento de mecanismos ágeis de planejamento, acompanhamento e avaliação dos projetos de pesquisa, para adequá-los às necessidades dos produtores e às prioridades nacionais, com um mínimo de burocracia;

6. Desenvolvimento de uma política de capacitação de pessoal, tanto no país como no estrangeiro, em nível de pós-graduação;
7. Estabelecimento de um plano de remuneração e promoção do pessoal, baseado na avaliação permanente de sua competência e produtividade;
8. Definição de uma base permanente de dotação de recursos para o adequado funcionamento das operações da empresa.

A proposta foi apresentada às autoridades brasileiras com a ajuda de auxílios visuais elaborados pelo IICA, que também criou o símbolo e o logotipo adotados pela empresa. O anteprojeto foi enviado ao Congresso, que em 30 dias aprovou a lei que criava a EMBRAPA.

Transcorreu assim a etapa preliminar de "implementação", que compreendeu o período de 1972 a 1979, seguindo-se a etapa de "consolidação", de 1979 até hoje. Em ambas a colaboração do IICA foi intensa e fundamental, tendo o Instituto mobilizado técnicos do mais alto nível, do Escritório no Rio de Janeiro, da Sede Central em São José da Costa Rica e de outras regiões do continente.

Uma lista parcial das equipes de cooperação técnica que o IICA colocou à disposição da EMBRAPA no esforço concentrado no sentido da sua implementação e consolidação inclui as seguintes pessoas:

a) Na Etapa de Implementação:

A pedido do Ministro da Agricultura, o Diretor-Geral do IICA, Dr. José Emílio G. Araújo, autorizou a cessão temporária do Representante no Brasil, economista José Irineu Cabral, para ocupar o cargo de primeiro Presidente da EMBRAPA, e do Dr. Edmundo Gastal, especialista lotado na Direção Regional para a Zona Sul, em Montevidéu, para ocupar um dos dois cargos de diretor na nova empresa. A EMBRAPA comprometeu-se a reembolsar os salários pagos pelo IICA aos dois funcionários cedidos.

Nessa etapa inicial, foram estas as missões de cooperação do IICA:

1. Coordenação geral da cooperação do IICA: Pedro Merçon Vieira;

2. Planejamento e modelo institucional: Ubaldo García, Hernan Chaverra, Ernani Fiori;
3. Recursos Humanos: Angel Marzocca, Alfonso Castronovo, Emilio Montero;
4. Documentação e Informação: Maria Dolores Malugani;
5. Informática: Gilberto Páez.

As equipes do IICA trabalharam com técnicos nacionais de contrapartida, tais como Ivan Cajueiro, Maurício Cantalice de Medeiros, Almiro Blumenschein, Marcílio de Reis Junqueira e outros.

b) Na etapa de Consolidação

Em 1974 foi assinado o contrato entre a EMBRAPA e o IICA mediante o qual o Instituto passava a ser o executor dos projetos que, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, através da FINEP, e pelo Banco Mundial, cobriam as atividades de capacitação externa de recursos humanos, contratação de consultores internacionais e aquisição de equipamentos e materiais de fontes externas.

Os sucessivos coordenadores do Contrato EMBRAPA-IICA foram os seguintes: Angel Marzocca, argentino, de março de 1974 a março 1976; Gilberto Páez (interino), paraguaio, de abril de 1976 a janeiro de 1977; Juan Carlos Scarsi (interino), uruguaio, de fevereiro de 1977 a fevereiro de 1978; Jorge Soria, equatoriano, de fevereiro de 1978 a dezembro de 1980; Juan Carlos Scarsi, de janeiro de 1981 a abril de 1984; Elmar Wagner, brasileiro, de maio de 1984 a março de 1986; Daniel Gustafson, norte-americano, de abril de 1986 a agosto de 1986; Miguel Paulette, peruano, de setembro de 1986 a março de 1987; Horacio Stagno, argentino, de abril de 1987 a dezembro de 1989, e Rufo Bazán (interino), a partir de janeiro de 1990.

O IICA cedeu à EMBRAPA os serviços do Dr. Gilberto Páez, paraguaio, para coordenar o desenho e implantação do sistema de computação da Empresa. Por sua vez, o Dr. Finn Dantoff, canadense, foi cedido pelo Instituto para organizar os sistemas de documentação e informação.

O Escritório do IICA no Rio de Janeiro, utilizando parte do "overhead" do contrato com a EMBRAPA e tendo a aprovação da

Empresa, ofereceu cursos sobre pesquisa em sistemas a professores de 14 instituições brasileiras de educação agrícola superior, a fim de introduzir as aplicações da Teoria Geral dos Sistemas na pesquisa agrícola com vistas a substituir a tradicional abordagem por disciplinas pela abordagem sistêmica na formulação de projetos de pesquisa. Desse modo, os futuros pesquisadores sairiam das escolas com uma visão mais moderna da pesquisa agrícola. Para assegurar a qualidade desses cursos, coordenados pelo Dr. Juan Díaz Bordenave, o IICA trouxe ao Brasil especialistas em pesquisa de sistemas, do mais alto nível, da Argentina, Chile e Uruguai.

O Contrato EMBRAPA-IICA permitiu a realização de ações de cooperação técnica em escala pouco comum. Assim, no nível de mestrado foram capacitados 2.022 técnicos da EMBRAPA no país e 405 no exterior; no nível de doutorado (PhD) foram capacitados 288 técnicos no país e 527 no exterior, perfazendo o total de 3.242. Além disso, foram contratados 743 consultores, dos quais 93 eram brasileiros e os demais das seguintes nacionalidades: 242 estadunidenses, 16 canadenses, 9 mexicanos, 27 argentinos, 25 peruanos, 23 chilenos, 17 uruguaios, 57 britânicos, 27 franceses, 18 holandeses, 11 espanhóis, 10 alemães, 31 indianos, 23 australianos, 9 israelenses, 8 japoneses, 8 malásios e 5 neozelandeses. O Contrato EMBRAPA-IICA permitiu ainda a importação de equipamentos indispensáveis à pesquisa, os quais foram instalados nos centros da EMBRAPA distribuídos por todo o país.

Através do Contrato, o IICA apóia a especialização de pesquisadores da EMBRAPA, tanto em nível de mestrado como de doutorado e pós-doutorado. Cerca de 60 bolsistas se encontram no exterior realizando cursos em universidades das mais prestigiadas.

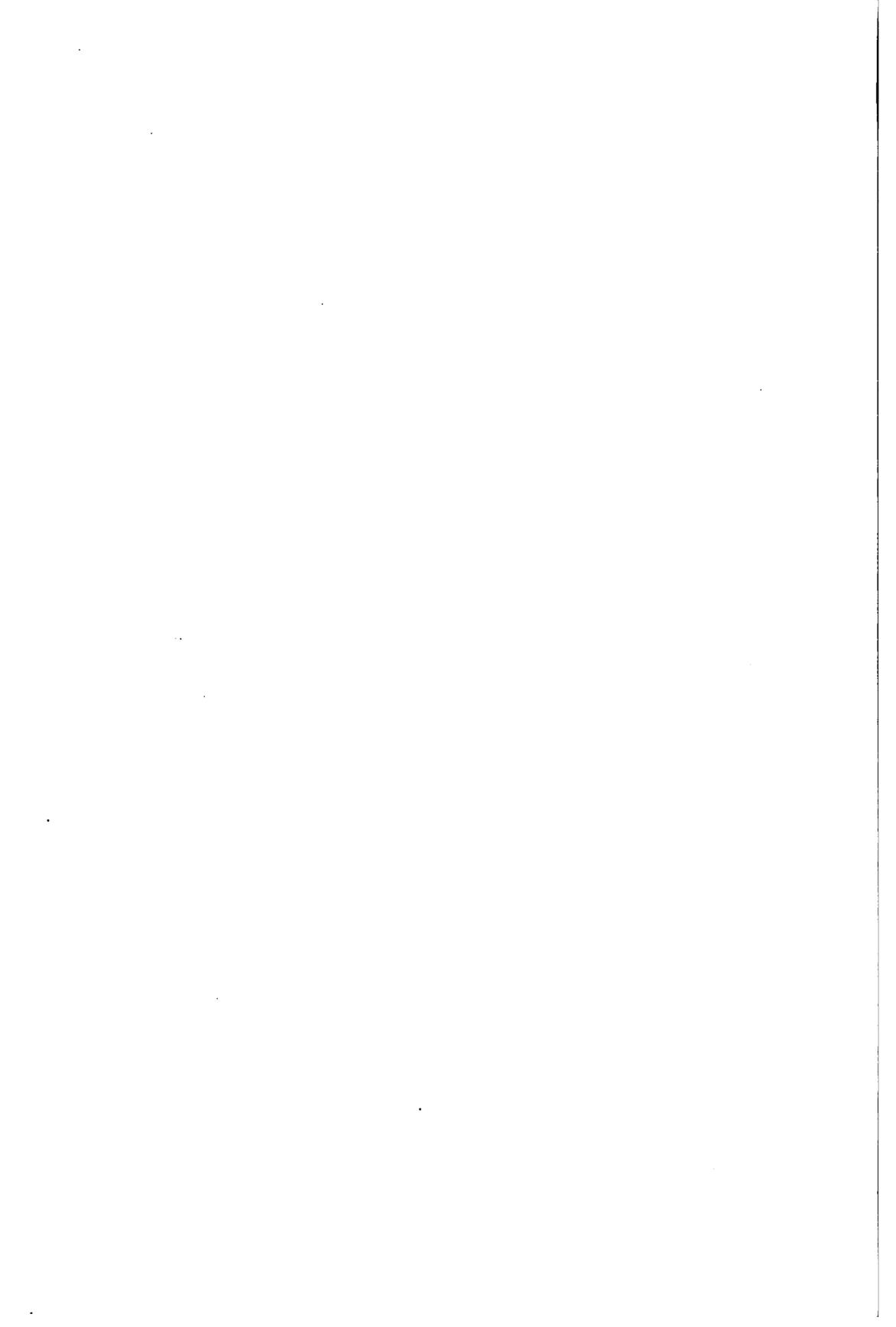
Também colabora com o programa de capacitação de curto prazo mantido pela EMBRAPA, orientando a participação de pesquisadores em cursos, seminários, reuniões e visitas de observação no exterior, especialmente no âmbito do Programa Cooperativo de Pesquisa Agrícola do Cone Sul (PROCISUR). Nos últimos dois anos, mais de 150 pesquisadores brasileiros participaram dessas atividades.

O Símbolo da EMBRAPA

A pedido do Representante do Instituto, José Irineu Cabral, o comunicador do Escritório do IICA no Brasil, Juan Díaz Bordenave, criou o símbolo que a EMBRAPA adotou e que figura em todos os seus centros, veículos e materiais.

A estrutura do símbolo baseia-se no conceito de “sistema aberto”:

- os INSUMOS – representados pelo braço inferior do § – são as necessidades tecnológicas dos agricultores e as demandas econômicas do país;
- os PRODUTOS – representados pelo braço superior do § – são os resultados da pesquisa que, através da difusão tecnológica, são comunicados aos produtores, seja pelos extensionistas, seja pelos meios de comunicação em geral;
- o PROCESSO – representado pelo matraz com uma plântula no seu interior – traduz os procedimentos de pesquisa pelos quais o conhecimento científico básico se transforma em tecnologia útil à produção.



Capítulo 6

PIONEIRISMO NA AGRICULTURA IRRIGADA

Na época em que o IICA estabeleceu o seu Escritório no Rio de Janeiro, o Brasil não possuía uma tradição de agricultura irrigada tal como a possuem países como o Chile e o Peru.

Embora se registrassem algumas experiências no Estado do Rio Grande do Sul, era no Nordeste que a irrigação evidenciava um potencial mais significativo. Mas mesmo ali a agricultura irrigada surgiu mais como um subproduto da luta contra as secas do que como uma estratégia deliberada de incremento produtivo e de desenvolvimento regional. Com efeito, a luta contra as secas, que teve início no princípio deste século, levou à construção de açudes públicos e privados, tendo a irrigação emergido com um aproveitamento adicional dos açudes para assegurar o abastecimento de água potável a cidades e povoados da região.

Foi assim que, em 1974, dos 11,4 bilhões de metros cúbicos de água armazenados nesses açudes, aproximadamente 2% eram utilizados para irrigar 10.000 hectares, distribuídos por 10 ou 20 projetos públicos em fase de implantação na época. Boa parte desses 10.000 hectares, entretanto, apresentava problemas de drenagem ou de salinização, ou de ambas, causados provavelmente pelo manejo ineficiente da água e pela falta de treinamento por parte dos irrigantes.

Uma das conseqüências dessa falta de tradição era a carência de pessoal capacitado em irrigação. Em um documento do IICA de 1974 lê-se o seguinte a respeito do treinamento em irrigação nas faculdades de Agronomia do Nordeste.

- a) O ensino agrícola em nível universitário, iniciado em fins do século passado, pautou-se pela escola francesa da época, que lhe deu o caráter de engenharia agrônômica;
- b) A filosofia do ensino orientava-se no sentido de capacitar o engenheiro agrônomo para ser um bom projetista, construtor

e administrador de grandes fazendas;

- c) As escolas de Agronomia estavam localizadas próximo das grandes cidades e em regiões ecologicamente favoráveis à agricultura. O ensino focalizava a adubação das culturas, a zootecnia, a agricultura geral e as construções rurais;
- d) Mais tarde, à medida que o governo se conscientizava da necessidade de assistir os agricultores das regiões afetadas pelas secas, a Agronomia foi-se complementando com as disciplinas de Hidráulica Agrícola e Topografia, que ensinam a projetar e construir açudes, canais condutores, encanamentos e medidores de vazão, obras que o agrônomo de fato projeta ou constrói. Conhecimentos mais práticos e necessários ao desenvolvimento da agricultura irrigada geralmente não são dados.

Outra consequência era a pobreza da pesquisa. Houve iniciativas valiosas, como a do Projeto de Irrigação São Gonçalo, no Instituto Agrônomo "Augusto Trindade", fundado em 1936 na Paraíba. Em 1965, entretanto, o equipamento do Instituto foi transferido para Campina Grande, não permanecendo resultados visíveis da pesquisa ali realizada.

A ausência de tradição refletia-se ainda na falta de coordenação entre as várias instituições interessadas por diferentes razões na irrigação, tais como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Superintendência do Vale do Rio São Francisco (SUVALE), a SUDENE e os ministérios da Agricultura e do Interior.

O documento do IICA de 1974 assim resume a situação na época:

- A luta contra as secas foi uma tarefa confiada à engenharia civil, sem a colaboração de agrônomos qualificados. Do ponto de vista da engenharia, a tarefa foi realizada com perfeição: até agora não há notícias de defeitos ou desabamentos nas barragens e nos canais construídos;
- Há uma subutilização das águas armazenadas devido principalmente à carência de estudos básicos dos solos e à carência de uma legislação que obrigue o beneficiário a usar o novo recurso e a pagar pelo



IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura, realizada de 29 de agosto a 2 de setembro de 1987, em Ottawa, Canadá.



Visita oficial do então Presidente da Costa Rica e Prêmio Nobel da Paz, Dr. Oscar Arias, à Sede Central do IICA em 19 de junho de 1986. A seu lado o Diretor de Relações Externas do IICA, Dr. Jorge Werthein.



Fachada do edifício da Sede Central do IICA, em São José da Costa Rica.



Funcionários do IICA no Brasil, em julho de 1968.



Reunião de Diretores do IICA em Suescum, Colômbia, abril de 1966.

Jefferson F. Rangel, Diretor do Escritório do IICA no Brasil, de 1964 a 1969.





Francisco Arinos (esquerda) e Dr. Juan Scarsi (direita), Diretor do Escritório do IICA no Brasil de 1984 a 1986.

José Emílio Gonçalves de Araujo, Diretor Geral do IICA de 1970 a 1982.





Francisco Morillo (esquerda), Diretor Geral do IICA de 1982 a 1986, Ministro Amaury Stabile (centro), e José Irineu Cabral, Diretor do IICA no Brasil de 1963 a 1964, 1971 a 1973 e 1979 a 1984.

José Irineu Cabral (esquerda) e José Haroldo de Castro Vieira, Secretário-Geral do CEPLAC.





O Diretor Geral do IICA Francisco Morillo entrega ao ex-Diretor Geral José Emílio Gonçalves de Araujo o diploma de Diretor Emérito do IICA.



Martin Piñeiro, atual Diretor Geral do IICA.



José Irineu Cabral, do IICA (esquerda), e Eliseu Alves, da EMBRAPA (centro), recebem a visita de técnicos do Centro Internacional da Batata, de Lima, Peru.



1980
Foto
G. M. F.
de M.
Quilã

Luis Tejero (centro, sentado) demonstrou como promover a organização dos agricultores, começando pela atenção a problemas técnicos de produção.



Horta comunitária, na EMATER do Piauí, onde a capacitação das mulheres é objeto de crescente atenção.



Prédio dos laboratórios do CNPGL — Centro Nacional de Pesquisa do Gado Leiteiro da EMBRAPA.



Irrigação por sulcos, potes ou por auto-propulsão, são alguns dos métodos experimentados na agricultura brasileira.



A comunicação rural tenta estabelecer um diálogo franco e aberto entre técnicos e produtores.

O progresso da agricultura depende em alto grau da transferência de tecnologia apropriada, como se vê nesse treinamento de manejo do solo.





A escola rural, busca a formação de um agricultor mais moderno e produtivo, através de suas "hortas-escolares".



A mulher rural, além de esposa, mãe e educadora, participa ativamente dos trabalhos agropecuários.



Moacyr Pereira Lima (direita) acompanhou a incorporação de novas idéias e metodologias de comunicação no trabalho de extensão-rural brasileira.



Equipamento para abertura de canais de irrigação, introduzido pelo IICA no Brasil.



A pesquisa básica, que gera novos conhecimentos, e a pesquisa aplicada, que cria novas tecnologias, são fundamentais para o desenvolvimento agrícola.

menos uma fração do custo da obra;

- Nas áreas que foram inicialmente irrigadas, é má a utilização da água, o que provocou o aparecimento de problemas de drenagem e de sais na superfície do solo, causados provavelmente pela aplicação excessiva de água de irrigação;
- Como resultado da experimentação mais recente, ficou demonstrada a potencialidade das terras irrigadas no Nordeste, cujos altos rendimentos permitem ativar a economia regional, produzir localmente os alimentos necessários e proporcionar empregos estimulados pelo Programa Plurianual de Irrigação (PPI) em 800 para cada 1.000 hectares irrigados.

O reconhecimento dessas deficiências, sobretudo a de pessoal treinado nas áreas de tecnologia, economia e administração da agricultura irrigada, fez com que o Ministério do Interior procurasse a colaboração de organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras (CIDIAT), da OEA, e o IICA, além de universidades nacionais, como a Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande, para a realização de cursos curtos de alcance operativo imediato. Foi assim que, através do desenvolvimento de recursos humanos, o IICA iniciou sua cooperação técnica com o Brasil no campo da agricultura irrigada.

A participação do IICA no grande movimento instaurado no Brasil a fim de incorporar a irrigação à sua agricultura começou na década de 60, no Rio Grande do Sul, quando da realização do Diagnóstico dos Recursos Econômicos e Sociais do Estado (Ver o Projeto ACIIRS, no Capítulo 3).

O engenheiro agrônomo José Barrios, chileno, relata a seguir a sua participação naquele projeto pioneiro.

Primeiros Passos com a Irrigação no Brasil

As primeiras atividades do IICA no Brasil, na área dos recursos naturais, começaram com um projeto que se denominou Banhado do Colégio, elaborado pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Esse Instituto queria aproveitar as terras saneadas graças à barragem de Arroio Duro, em Camacua, Rio Grande do Sul, onde alguns milhares de hectares foram programados para serem subdivididos em propriedades de pequeno porte. Para isso foi necessário estudar a drenagem da terra. Essa a razão da minha vinda para o Brasil – estudar a drenagem dessa zona – contratado pelo IICA.

O Projeto ACIIRS

Depois de concluído aquele projeto, convidaram-me para participar de outro de maior envergadura, envolvendo o relevamento dos recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Foi assim que de 1968 a 1970 residi em Porto Alegre e tive a honra de dirigir tecnicamente o Projeto ACIIRS (Acordo IICA-Rio Grande do Sul).

Esse relevamento dos recursos estaduais deveu-se ao fato de que tanto o IICA como as autoridades gaúchas achavam indispensável o conhecimento do que o Estado possuía, para poderem programar o seu desenvolvimento. Começou-se pelo relevamento dos recursos básicos, ou seja, um mapa dos solos, um mapa geológico, a aferição do uso atual e potencial da terra e um mapa hidrológico. Este último ficou sob a minha responsabilidade. Conseguimos definir, com base em parâmetros climatológicos e edáficos, algumas deficiências em matéria de umidade que agrupamos em três faixas, distinguindo aquelas áreas que definitivamente não requeriam irrigação, aquelas em que a irrigação era suplementar e aquelas em que a irrigação era indispensável. Naturalmente, o fato de nós mapearmos uma área como sendo de irrigação indispensável não significava necessariamente que toda a zona deveria ser irrigada; nela poderiam existir solos muito pouco profundos, não sendo nem lógico nem justo pensar em irrigá-los. Mas dessa forma se fazia uma generalização, sendo as singularidades estudadas depois.

Esse esquema foi complementado pelo estudo dos recursos sócio-econômicos – responsabilidade de outra equipe também apoiada pelo IICA – e dos recursos institucionais. Esta terceira fase foi talvez a mais débil do grupo. O trabalho foi publicado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

O Projeto PIIRS

Em decorrência do estudo dos recursos naturais, o IICA participou, numa segunda etapa, do Programa de Investimentos Integrados do Estado do Rio Grande do Sul (Projeto PIIRS). Nessa etapa foram definidos os perfis dos projetos agroindustriais exequíveis nas diversas áreas do Estado, com base nos recursos já caracterizados. Tal informação serviu e ainda serve de base para a programação do desenvolvimento estadual.

Finda essa etapa, foi realizado um seminário sobre os resultados até então alcançados na avaliação dos recursos naturais, seguido de um estudo sobre as alternativas de desenvolvimento agrícola. Foi interessante observar como o IICA chegou, com seus técnicos e seus métodos de trabalho, e todos nos integramos, tanto com os técnicos da Secretaria como com os do IGRA e depois do IBRA. Como ferramenta de trabalho, o uso da computação foi bastante pioneiro: lembro-me da contratação de 400 horas de computador. O computador de 1969 era uma máquina de dimensões respeitáveis que operava com cartões perfurados. Chegamos a usar 500.000 cartões. O estudo foi uma verdadeira escola: os técnicos nacionais e os do IICA aprendiam essas tecnologias – uns mais, outros menos – com a ajuda de equipamentos rudimentares.

Agricultura Irrigada

Uma ponte entre os recursos naturais e a irrigação é como se poderia caracterizar meu primeiro contato com o Vale do Rio São Francisco, em 1968. Em visita à região pude conhecer o programa do governo, o que se pretendia, os problemas e as limitações existentes, assim como as condições de trabalho oferecidas aos técnicos. Lembro-me de que naquela época tínhamos de dormir em cima de sacos cheios de palha de milho. As viagens eram feitas em aviões pequenos que nem sempre voavam horizontalmente.

Como resultado do relatório que fiz dessa viagem, fui convidado a transferir-me para o Rio de Janeiro. Assim, em janeiro de 1970 me encontrava lá, à disposição da SUVALE – Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Havia, em essência, um conjunto de projetos elaborados por diferentes organismos; amiúde eram empresas consultoras privadas que elaboravam os projetos e às vezes os construíam e executavam. De maneira específica, a SUVALE, quando nela cheguei, era assistida por uma missão do Bureau of Reclamation dos Estados Unidos, que havia elaborado uma programação hidroelétrica para todo o vale do Rio São Francisco. Realmente era impressionante o que seus técnicos haviam preparado, porque o Bureau é basicamente um escritório de engenharia. Assim, eles viram um rio e viram necessidades de energia; então elaboraram um projeto hidroelétrico. Os projetos agrícolas praticamente inexistiam, enquanto a SUVALE se achava um pouco confusa diante dos projetos propostos. Viam um programa muito importante, mas não sabiam até que ponto seria possível realizá-lo. A primeira intenção foi dar-me o papel de intermediário entre os projetos elaborados por organismos de fora do Governo brasileiro e as autoridades nacionais, tanto na parte tecnológica como na parte lingüística.

O Grupo Executivo de Irrigação

Minha atuação na SUVALE não durou muito tempo. Aparentemente o Bureau of Reclamation deu por terminado o seu trabalho, e o IICA, ao ser chamado a participar do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), atribuiu-me a responsabilidade dessa cooperação. Como todos sabemos, o desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil foi dinamizado pelo Ministério do Interior (MINTER), através da SUDENE. Em nível central o Ministério quis concentrar a sua ação nesse grupo de trabalho. O GEIDA começou a reunir antecedentes para uma política de irrigação racional no país, superando os projetos tradicionais.

Vale a pena lembrar que a irrigação começou no Nordeste no princípio do século, em pequenas áreas. Depois, os primeiros esforços para a introdução de tecnologia foram feitos no perímetro irrigado de São Gonçalo e se deveram ao conhecido agrônomo

Augusto Trindade. Infelizmente, essas iniciativas não avançaram muito; falharam sobretudo por deficiências na comunicação. Os técnicos demoravam dias e dias para chegar às suas sedes de trabalho, saindo do Recife. Era realmente difícil levar uma tecnologia até lugares tão remotos.

O GEIDA contratou os serviços de uma empresa internacional de consultoria para fazer estudos sobre irrigação em nível nacional. Conseguiu um assessor francês, custeado pela OEA, Monsieur Gaspar, que há anos prestava assistência técnica em irrigação. Também recebeu uma missão norte-americana do Bureau of Reclamation, e em seguida o IICA. O GEIDA concentrou toda essa gente e a pôs a trabalhar, sobretudo na análise de problemas. Minha impressão era a de que todo o grupo tinha por meta analisar os problemas das várias áreas para finalmente decidir-se pelo trabalho numa delas.

O Plano Plurianual de Irrigação resultou do trabalho da Tahal Sondotécnica, a consultora contratada pelo GEIDA para fazer o estudo de todo o país. O estudo, em nível de detalhamento (o projeto executivo) incluía fundamentalmente os projetos do Nordeste. Esta talvez tenha sido a principal recomendação da Tahal Sondotécnica. A recomendação da missão da OEA foi no sentido de superar-se a burocracia que tradicionalmente prevalecia nos projetos, sobretudo no Projeto Petrolândia, que para 50 colonos mantinha 60 funcionários. Eu, pessoalmente, ingressava numa zona que me era estranha. Meus relatórios apenas expunham a situação desses projetos que eu antes conhecera apenas por informação. Minha atuação no GEIDA fortaleceu o meu propósito de trabalhar na área da capacitação, porque, no meu entender, não era interessante entrar naquele momento em concorrência na área da engenharia. Eu sabia que, depois de levar a água ao terreno, seria preciso saber como utilizá-la.

Colaboração com a SUDENE

Assim foi a nossa chegada no Nordeste, onde fizemos um estudo preliminar sobre a formação de recursos humanos e ajudamos a SUDENE a criar um centro de capacitação que muita gente considerava modelar, pelas facilidades que possuía em matéria de salas de aula, laboratórios, proximidade das áreas de

Como resultado do relatório que fiz dessa viagem, fui convidado a transferir-me para o Rio de Janeiro. Assim, em janeiro de 1970 me encontrava lá, à disposição da SUVALE – Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Havia, em essência, um conjunto de projetos elaborados por diferentes organismos; amiúde eram empresas consultoras privadas que elaboravam os projetos e às vezes os construíam e executavam. De maneira específica, a SUVALE, quando nela cheguei, era assistida por uma missão do Bureau of Reclamation dos Estados Unidos, que havia elaborado uma programação hidroelétrica para todo o vale do Rio São Francisco. Realmente era impressionante o que seus técnicos haviam preparado, porque o Bureau é basicamente um escritório de engenharia. Assim, eles viram um rio e viram necessidades de energia; então elaboraram um projeto hidroelétrico. Os projetos agrícolas praticamente inexistiam, enquanto a SUVALE se achava um pouco confusa diante dos projetos propostos. Viam um programa muito importante, mas não sabiam até que ponto seria possível realizá-lo. A primeira intenção foi dar-me o papel de intermediário entre os projetos elaborados por organismos de fora do Governo brasileiro e as autoridades nacionais, tanto na parte tecnológica como na parte lingüística.

O Grupo Executivo de Irrigação

Minha atuação na SUVALE não durou muito tempo. Aparentemente o Bureau of Reclamation deu por terminado o seu trabalho, e o IICA, ao ser chamado a participar do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), atribuiu-me a responsabilidade dessa cooperação. Como todos sabemos, o desenvolvimento da agricultura irrigada no Brasil foi dinamizado pelo Ministério do Interior (MINTER), através da SUDENE. Em nível central o Ministério quis concentrar a sua ação nesse grupo de trabalho. O GEIDA começou a reunir antecedentes para uma política de irrigação racional no país, superando os projetos tradicionais.

Vale a pena lembrar que a irrigação começou no Nordeste no princípio do século, em pequenas áreas. Depois, os primeiros esforços para a introdução de tecnologia foram feitos no perímetro irrigado de São Gonçalo e se deveram ao conhecido agrônomo

Augusto Trindade. Infelizmente, essas iniciativas não avançaram muito; falharam sobretudo por deficiências na comunicação. Os técnicos demoravam dias e dias para chegar às suas sedes de trabalho, saindo do Recife. Era realmente difícil levar uma tecnologia até lugares tão remotos.

O GEIDA contratou os serviços de uma empresa internacional de consultoria para fazer estudos sobre irrigação em nível nacional. Conseguiu um assessor francês, custeado pela OEA, Monsieur Gaspar, que há anos prestava assistência técnica em irrigação. Também recebeu uma missão norte-americana do Bureau of Reclamation, e em seguida o IICA. O GEIDA concentrou toda essa gente e a pôs a trabalhar, sobretudo na análise de problemas. Minha impressão era a de que todo o grupo tinha por meta analisar os problemas das várias áreas para finalmente decidir-se pelo trabalho numa delas.

O Plano Plurianual de Irrigação resultou do trabalho da Tahal Sondotécnica, a consultora contratada pelo GEIDA para fazer o estudo de todo o país. O estudo, em nível de detalhamento (o projeto executivo) incluía fundamentalmente os projetos do Nordeste. Esta talvez tenha sido a principal recomendação da Tahal Sondotécnica. A recomendação da missão da OEA foi no sentido de superar-se a burocracia que tradicionalmente prevalecia nos projetos, sobretudo no Projeto Petrolândia, que para 50 colonos mantinha 60 funcionários. Eu, pessoalmente, ingressava numa zona que me era estranha. Meus relatórios apenas expunham a situação desses projetos que eu antes conhecera apenas por informação. Minha atuação no GEIDA fortaleceu o meu propósito de trabalhar na área da capacitação, porque, no meu entender, não era interessante entrar naquele momento em concorrência na área da engenharia. Eu sabia que, depois de levar a água ao terreno, seria preciso saber como utilizá-la.

Colaboração com a SUDENE

Assim foi a nossa chegada no Nordeste, onde fizemos um estudo preliminar sobre a formação de recursos humanos e ajudamos a SUDENE a criar um centro de capacitação que muita gente considerava modelar, pelas facilidades que possuía em matéria de salas de aula, laboratórios, proximidade das áreas de

desenvolvimento e capacidade operacional. O centro teve vida efêmera, de 1971 a 1976, porém formou várias centenas de técnicos; serviu de apoio às universidades, ajudando a modernizar o ensino da irrigação nas escolas de Agronomia do Nordeste, e abriu caminho para o que viria depois. Nossa intenção era que o centro fosse futuramente de ensino e de pesquisa para o Nordeste, mas tal não ocorreu; ele somente deu margem à implantação de um centro de pesquisa agrícola pela EMBRAPA, no qual a irrigação representou um dos temas básicos.

Irrigação no Campo

Chegamos assim à etapa de execução dos projetos de agricultura irrigada, já concluída a etapa de capacitação.

Entre os anos de 1975 e 1980 o País nos apresentava problemas específicos. Um deles era o aumento da produtividade da cana-de-açúcar no Norte Fluminense; outro, o lento desenvolvimento de alguns perímetros irrigados já construídos. Refiro-me especialmente ao de Barreiras, na Bahia. Quando o IICA lá chegou, em 2.000 hectares se iniciava o assentamento de 19 colonos. O IICA chegou a Barreiras, apoiado pelo Fundo Simón Bolívar, com três especialistas, um em administração, operação e manutenção de perímetros irrigados; outro em comercialização e o terceiro em organização dos produtores. A equipe equacionou bem o problema ali existente e obteve um resultado favorável. Outro problema apresentado ao IICA era o da seca aguda na zona de Caicó, onde o Fundo Simón Bolívar permitiu a montagem de um projeto de cooperação técnica com a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte para o desenvolvimento da pequena irrigação.

Com isso chegamos a 1979-80, período em que terminava minha estada no Brasil. Fui transferido pelo IICA para o Uruguai, deixando para o Dr. Agustín Millar continuar os trabalhos que havíamos iniciado juntos no Nordeste.

A Metodologia de Ação

Relembrando como as coisas se desenvolveram, o Brasil adotou em relação a nós uma metodologia que me parece adequada: "Vocês são técnicos: examinem o problema e

proponham soluções, lembrando que vocês mesmos se incumbirão da solução". Acho que essa continua sendo uma forma válida de entendimento entre as autoridades nacionais e o organismo internacional de cooperação. Da parte do IICA, também penso que foi uma boa estratégia colocar seus técnicos na área de trabalho. Não faz sentido instalar um centro de excelência em um escritório na capital, onde raramente os problemas chegam com a velocidade e o realismo observado quando se está no campo.

O IICA deveria talvez ter aprimorado a difusão das tecnologias ensaiadas e cujos resultados foram bons. É claro que em algumas partes se chegou a um diagnóstico acertado; definiu-se uma tecnologia que contribuiu para a solução de um problema. Essa solução, entretanto, não foi difundida; ficou restrita às propriedades que a aplicaram ou aos campos demonstrativos. Quero crer que, na época, ou não tomamos as medidas necessárias ou pensamos que a disseminação seria automática e natural. Não é assim que as coisas acontecem. O remédio tem que ser levado às zonas onde será aplicado mediante um trabalho de extensão. Essa tarefa é imprescindível, já que, se não a cumprimos, restringimos a influência da nossa solução.

Em 1971, o Ministério do Interior e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), dele dependente, solicitaram o apoio do IICA para a capacitação de técnicos nas áreas irrigadas do Nordeste, procedentes principalmente do quadro de pessoal dos órgãos executores do Programa de Irrigação do MINTER, isto é, o DNOCS e a SUVALE (mais tarde denominada CODEVASF).

Começa assim a longa associação do Governo brasileiro com o IICA no desenvolvimento da agricultura irrigada, numa evolução que, segundo o Dr. Agustín Millar, especialista chileno que a acompanhou pessoalmente, poderia dividir-se nas seguintes etapas, de acordo com as principais instituições que as cumpriram:

1. Etapa da SUDENE;
2. Etapa da EMBRAPA;
3. Etapa da CODEVASF.

Em todas elas a cooperação técnica do IICA orientou-se para a implementação de projetos de desenvolvimento rural que tinham a irrigação como instrumento básico, dadas as restrições

climáticas das respectivas regiões de atuação, principalmente no Nordeste. O Dr. Millar assim se expressa:

O Crescimento da Agricultura Irrigada

Em 18 de agosto de 1972, o Ministro do Interior, mediante a Portaria nº 1099, criou um grupo de trabalho formado pelo engenheiro agrônomo Miguel Martins Chaves, Secretário Executivo do GEIDA, pelo economista José Irineu Cabral, Representante do IICA, e pelo engenheiro agrônomo Renival Alves de Souza, do Departamento de Recursos Naturais da SUDENE. Cabia ao grupo propor a institucionalização de um sistema permanente de pesquisa e capacitação para a agricultura irrigada. Seu trabalho contou com a cooperação do IICA, sob a orientação do engenheiro agrônomo José Barrios, especialista em irrigação. O Dr. Barrios vinha trabalhando com o GEIDA, cuja vice-presidência era ocupada pelo Dr. Jader Fernandes de Carvalho.

Talvez uma das ações mais importantes do GEIDA tenha sido a definição das prioridades de desenvolvimento hidroagrícola do país, principalmente no Nordeste: através do Programa Plurianual de Irrigação foram definidos 57 projetos prioritários de desenvolvimento hidroagrícola; estes não eram especificamente de irrigação, mas, sim, projetos nos quais o instrumento básico de desenvolvimento era a irrigação. Daí começaram a despontar as necessidades de apoio a tal programa, captadas em nível regional pelas respectivas superintendências regionais. Seguiram-se os planos de desenvolvimento específicos de cada região.

Foi assim que, no caso da Região Nordeste, no IV Plano de Desenvolvimento, o IICA começou a apoiar diretamente a SUDENE, que já vinha empreendendo projetos-piloto de irrigação em regiões como Petrolina e Juazeiro. Os projetos, em 1972-1973, compreendiam apenas 2.000 hectares; hoje, são 85.000 hectares sob irrigação, inclusive com infra-estrutura agroindustrial para várias culturas hortícolas e frutícolas. Então, José Barrios, que tinha a seu cargo todo o trabalho do IICA na área de manejo e conservação de terras e águas, nas suas viagens pela Região Nordeste fez os

primeiros contatos e identificou, como dois grandes problemas da Região, a tecnologia e o treinamento de pessoal.

Por decisão conjunta do GEIDA e da SUDENE, o IICA assinou um convênio com o MINTER, em virtude do qual trabalhamos com o Departamento de Recursos Naturais da SUDENE, dirigido por Sylvio Campello. A própria SUDENE estendeu a ação do convênio às demais instituições do Nordeste, porque se cuidava de dar solução ao problema de treinamento do pessoal técnico, tanto de nível superior como médio, e também dos irrigantes.

Como se tratava de um programa de nível regional, financiado pelo MINTER, participavam da ação todas as instituições, tanto federais como estaduais. Estavam presentes a SUVALE, o DNOCS e, em nível estadual, a Secretaria da Agricultura e as universidades. Além disso, deu-se acesso, na ação do convênio MINTER-SUDENE/IICA, a firmas consultoras. Como na época não se dispunha de tecnologia em matéria de irrigação, o país aceitou que firmas binacionais participassem da implantação dos projetos. Em consequência, muitas das firmas nacionais que se estavam tecnicizando para assumir essa tarefa no desenvolvimento futuro da irrigação começaram a participar de toda a programação dos cursos do Convênio MINTER-SUDENE/IICA. E de tal modo se capacitaram que muitos funcionários das firmas nacionais que passaram pelos programas de treinamento mais tarde utilizaram toda a tecnologia e o domínio da parte operacional que haviam adquirido nos cursos. Especificamente, a empresa Moveterras do Brasil fez a sistematização das terras do Projeto São Gonçalo, depois de seu pessoal haver passado pelos cursos do Convênio MINTER-SUDENE/IICA.

O convênio, no início, teve praticamente esta conotação: desenvolver programas de treinamento e estudos básicos de solos e água. Por um lado, havia uma programação intensiva de cursos nessas áreas; por outro, eram realizados, com pessoal nacional e do convênio, no âmbito dos perímetros, estudos sobre os problemas de salinidade, operação, avaliação dos perímetros, etc. Eram promovidas reuniões técnicas para as quais se trazia pessoal de vários países, de modo que elas se converteram em verdadeiros

seminários intensivos dos quais se tiravam conclusões para o trabalho prático.

Esse programa continuou a expandir-se, pois a demanda era muito grande por parte das instituições do Nordeste. Seu ápice foi atingido em 1975, quando se chegou a promover 15 cursos no Centro da SUDENE em Petrolina, que era o seu núcleo técnico administrativo. A modalidade da programação era muito adequada: o programa não era imposto pela SUDENE, mas atendia às necessidades das instituições regionais.

Da discussão saía a programação para o ano, que daí em diante era a nossa bíblia. Publicava-se um boletim em que, com relação a cada curso, eram indicados o seu objetivo, o local onde seria realizado, o programa detalhado, as instituições participantes, a data, etc. Nossa base operacional era Petrolina, porém também usávamos outros locais quando era preciso reunir gente para determinadas tarefas. Um centro ao qual recorriamos com freqüência era o Centro de Treinamento do Projeto São Gonçalo, que continua a contar com todas as facilidades, pode alojar 60 pessoas, dispõe de hotel, salas de aula, laboratórios, etc.

Durante seis anos foi isso que se fez de forma muito intensiva. Permanece como uma das experiências raras no país o fato de que o programa conseguiu, com recursos do governo, reunir em Petrolina no mês das férias escolares, por três anos consecutivos, grupos de engenheiros agrônomos que se estavam formando em todas as faculdades de Agronomia do país, aos quais era ministrado um curso de irrigação para estudantes. No ano de 1975 montamos dois cursos para estudantes, tão grande foi a demanda. Eu tive a meu cargo o de São Gonçalo, e o Dr. Antônio José Simões, hoje diretor da CODEVASF, o de Petrolina. Tínhamos 30 estudantes em cada curso. O aprendizado era muito prático; todas as experiências eram feitas no campo. Tratava-se apenas de dar a esses jovens um verniz final sobre técnicas de irrigação, antes que fossem trabalhar como engenheiros agrônomos.

Como havia falta de profissionais de irrigação no país – eram pouquíssimos os que tinham formação em nível de mestrado e menos ainda no de doutorado –, com os recursos que o MINTER fornecia ao convênio administrado pelo IICA era possível trazer técnicos de alto nível de outros países. Assim, vieram até missões

completas, como a do Instituto Nacional de Investigación Agrícola, do Chile, que deu um curso sobre pesquisa para áreas irrigadas. Outros especialistas vieram da Argentina, da Venezuela (tínhamos um técnico venezuelano, Javier Lopez, que era do CIDIAT). Trouxemos gente da Holanda, do Centro de Drenagem (CENDRET) do Peru, e muitos colegas do IICA, do Escritório do Rio de Janeiro e da Direção Regional para a Zona Sul, em Montevidéu. Também tivemos a ajuda de técnicos da FAO, como o engenheiro Jesus Reyes Morquecho.

Irrigação em Campos-RJ

O caso do Norte Fluminense constitui um exemplo concreto de capacitação cujos resultados positivos foram amplamente reconhecidos no âmbito da região. Ali se deu treinamento a pessoal de nível superior e médio e também a irrigantes.

É verdade que as condições em Campos eram importantes para o IICA, pois, além de trabalhar com o governo, a Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana do Estado do Rio de Janeiro (COOPERPLAN), com 10.000 agricultores associados, facilitou a nossa penetração no sistema. No começo o programa não tinha como fim precípua o treinamento, mas, sim, o uso de projetos demonstrativos com vistas a introduzir novas tecnologias sobre o manejo de canais com irrigação. Mas, logicamente, esse projeto demonstrativo exigia capacitação.

A verdade é que era enorme o interesse em aumentar a produção e a produtividade da cana-de-açúcar no Norte Fluminense. Em primeiro lugar, havia usinas instaladas; em segundo lugar, a produtividade da cana oscilava em torno de 40-45 t/ha/ano, um nível muito baixo. Então, a idéia foi montar projetos demonstrativos nas próprias áreas dos agricultores cooperados e mostrar que era possível produzir bem mais do que 45 toneladas por hectare, desde que se introduzisse um projeto de irrigação simples e se fizesse o manejo adequado do canal, empregando bem os insumos e executando todas as operações agrícolas no devido tempo e de forma eficiente.

Foram, pois, implantados vários projetos, que não eram assim tão pequenos, já que havia projetos de 15, 20 e até 30 hectares. O mais interessante, porém, eram os resultados, porque se

chegou a obter 120 t/ha. Causou particular impressão o fato de que, com o aumento da produtividade, foi possível pagar a infra-estrutura de irrigação no primeiro ano. Fez-se a introdução da tecnologia peruana, com a colaboração do engenheiro agrônomo Julio Cesar Becerra de la Flor, contratado pelo Instituto através do Convênio MINTER-IICA.

O problema no começo foi encontrar agricultores que se dispusessem a implantar um projeto demonstrativo, já que isso implicava custo para eles. A título de incentivo, assegurava-se aos plantadores de cana que pelo menos as 45 toneladas por hectare seriam garantidas. Eles não perderiam nada, mas em troca deviam aceitar que o aumento da produtividade pagasse a infra-estrutura. Dessa maneira foram implantados os primeiros projetos.

Pouco depois o problema já era outro. No começo tínhamos capacidade técnica para montar determinado número de projetos. Mais tarde a demanda era tanta que não havia infra-estrutura técnica suficiente para a implantação de novos projetos. Aí surgiu o problema do crédito: quando os agricultores viram os resultados, correram para os bancos atrás de dinheiro emprestado para implantar projetos de 10-15 hectares. E os que haviam começado com 15 hectares partiram para expandir seus canaviais. Criaram-se então as condições para iniciar um programa de crédito.

Observa-se no caso da irrigação no Norte Fluminense a aplicação da função típica do IICA: apoiar as instituições a fim de catalisar ações que levem à adoção de certos programas. Neste caso criou-se a capacidade técnica, criou-se o programa de crédito e, mais ainda, deu-se condição para que fossem criadas pequenas empresas consultoras para a elaboração dos projetos de investimento.

Estávamos nessa etapa quando entramos com um programa forte de treinamento, necessário para ampliar a capacidade técnica e melhorar, no nível dos irrigantes, a absorção da tecnologia. Assim o ciclo ficava completo.

A Reunião de Três Marias

Em 1979, o Escritório do IICA no Brasil realizou uma reunião em Três Marias, Estado de Minas Gerais, à qual compareceram todos os técnicos do IICA da área da agricultura

irrigada e de outras afins, bem como convidados especiais do MINTER e do Ministério da Agricultura. No encontro foi feita uma análise exaustiva da situação da agricultura irrigada no país e definidas as necessidades e prioridades nacionais nesse campo. Isso nos permitiu, ao mesmo tempo, avaliar a nossa capacidade institucional e técnica para ver de que modo o IICA poderia ajudar a resolver os problemas identificados.

No documento emanado da reunião de Três Marias estão definidas as diretrizes para a atuação do IICA na área da agricultura irrigada, fundamentada na problemática existente no país. Com base nesse documento foram encaminhadas propostas, em 1979-80, tanto ao Ministério do Interior como ao Ministério da Agricultura. A idéia do IICA, na época, era chegar eventualmente a contar com uma coordenação interministerial, com a participação da SUPLAN (Subsecretaria de Planejamento), para que fossem discutidas em conjunto todas as ações até então executadas de forma isolada pelos dois ministérios, quer na política de irrigação, quer no exame conjunto dos programas e orçamentos.

A Organização dos Produtores

A assistência do Fundo Simón Bolívar, estabelecido pela Junta Diretora do IICA, começou no Brasil com o projeto São Desidério, de apoio à CODEVASF. O Fundo financiou três técnicos, um na área de administração, operação e manutenção de perímetros irrigados, Humberto Arrunátegui; outro, Luís Tejero, na parte de organização dos produtores; e o terceiro, Ramon Roldán, na área de comercialização. Começou-se a trabalhar nesse projeto quando foram assentados os primeiros 19 agricultores. O projeto São Desidério funcionou de 1977 a 1980.

O Fundo também financiou outro projeto, continuação do São Desidério, visando ao aumento da produção de alimentos e fibras na região do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, mediante a organização dos produtores e o uso de sistemas de pequena irrigação. Tínhamos uma missão técnica no interior, na cidade de Caicó, formada por Luís Tejero e Oswaldo Chavez, ambos peruanos.

Os dois projetos do Fundo Simón Bolívar adotaram uma metodologia inovadora, introduzida por Luís Tejero e aplicada em

outros projetos – Sobradinho, Irecê e os do PAPP, da SUDENE –, relativamente à utilização de assistência técnica específica como forma de motivar os agricultores no sentido de se organizarem.

A Estratégia Geral do IICA

Como se constata, até 1979 o IICA atuou diretamente junto aos órgãos executores do Programa de Irrigação, sobretudo na Região Nordeste, sem que houvesse, entretanto, qualquer articulação e coordenação da sua ação em nível regional.

A partir da promulgação da Lei nº 6.662, a chamada Lei da Irrigação, em 1979, teve início um serviço de assessoria do IICA ao Ministério do Interior e órgãos vinculados, com o objetivo de cooperar na identificação e solução de problemas decorrentes da aplicação da Lei. A ação do IICA foi dirigida para os aspectos legais, institucionais e tecnológicos do desenvolvimento da agricultura irrigada.

Desse período de assessoramento ao MINIER cabe destacar a elaboração da primeira versão do Plano Nacional de Irrigação e dos Planos Regionais de Irrigação, o anteprojeto para a regulamentação da Lei da Irrigação, o projeto para a criação do Conselho Nacional de Irrigação e Drenagem e o projeto para a criação de um centro de estudos avançados sobre agricultura irrigada.

Paralelamente, foram estabelecidos convênios com o Ministério da Agricultura e com vários estados para a colaboração em diferentes aspectos da agricultura irrigada. Destacam-se as atividades desenvolvidas na Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, no desenvolvimento dos programas estaduais de irrigação.

Nesses programas deu-se importância ao desenvolvimento de ações orientadas para a pequena e média irrigação. Com esse enfoque foi elaborado e implantado o Programa de Irrigação do Distrito Federal, em apoio aos esforços da Secretaria de Agricultura e Produção, através da Fundação Zoobotânica, o qual contou com a participação decisiva do engenheiro agrônomo Gustavo Lizárraga, peruano. Nessa mesma linha foi prestada cooperação técnica à elaboração e implementação de pequenos projetos no âmbito do Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis (PROVARZEAS), sob a

liderança do engenheiro agrônomo Enrique Matute, também peruano.

A partir de 1986, com a designação do Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação, a equipe técnica que vinha assessorando o MINTER, liderada pelo engenheiro agrônomo Jaime Marín Villegas, colombiano, passou a dar assistência ao Ministro Vicente Fialho e à sua equipe técnica na formulação e implementação do Programa Nacional de Irrigação.

Numa visão geral da ação do IICA no Brasil, eu diria que a estratégia básica de atuação do Instituto na agricultura irrigada se fundamentou na promoção da ação coordenada e articulada das instituições responsáveis pela formulação e implementação dos programas de agricultura irrigada no país. Constitui parte dessa estratégia a promoção e intensificação do aproveitamento agrícola dos recursos hídricos.

Outra característica da estratégia adotada tem sido a agrupação das atividades em blocos que apresentam solidez técnica e se caracterizam por serem:

- político-institucionais;
- formados por áreas técnicas específicas;
- tecnológico-demonstrativos.

No primeiro bloco estão inseridos projetos ou atividades tais como a definição e montagem de unidades técnico-administrativas para atender às diferentes fases do processo de desenvolvimento da agricultura irrigada, a formulação da Lei da Irrigação e os modelos de desenvolvimento da agricultura irrigada, e a preparação de programas e projetos.

No bloco formado por áreas técnicas específicas figuram atividades temáticas de apoio como, por exemplo, a elaboração de termos de referência para a licitação de obras, a operação e manutenção de determinado projeto, a avaliação do desempenho de um serviço de apoio à produção, etc.

O bloco de atividades tecnológico-demonstrativas compreende, por exemplo, as unidades de observação e demonstração, a definição de um sistema de multimeios para a transferência de tecnologia, os programas de capacitação, etc.

O Dr. Eliseu Roberto de Andrade Alves, ex-presidente da EMBRAPA e depois presidente da CODEVASF, que tem

acompanhado de perto a cooperação técnica prestada pelo IICA no Brasil, assim se manifesta:

A Decolagem da Agricultura Irrigada como Decisão Política no Brasil

A decolagem da agricultura irrigada teve, no meu modo de ver, três momentos no Brasil. O primeiro corresponde às experiências preliminares de irrigação conduzidas pela SUDENE no Nordeste, com o apoio do IICA. À época dessa experiência o Brasil já possuía uma boa tradição em irrigação, mas esta praticamente se concentrava no Rio Grande do Sul.

O segundo momento coincide com o período de criação da EMBRAPA, quando se gerou no país uma base tecnológica moderna, digamos assim, e mesmo do lado da iniciativa privada havia condições de atender aos requisitos tecnológicos da agricultura irrigada. Nesse segundo momento a agricultura irrigada começa a deixar o Rio Grande do Sul, expandindo-se por São Paulo. É nesse período que a irrigação de aspersão, com pivôs centrais, começa a penetrar profundamente no Brasil. Foi nessa época que se criou o Programa de Financiamento da Irrigação, o PROFIR, no tempo do Ministro Delfim Netto e do Presidente Figueiredo, já por forte inspiração da EMBRAPA, cujo pessoal batalhou junto ao Ministro Delfim Netto para concretizá-lo. Por outro lado, um pouco antes fora criado o PROVARZEAS, que também estava produzindo ótimos resultados.

No final da minha administração como Presidente da EMBRAPA, junto com um grupo de técnicos, entre os quais um consultor trazido ao Brasil pelo IICA, Waldo Espinoza, nós fizemos um trabalho para mostrar que o Brasil precisaria irrigar cinco milhões de hectares num período de 10 a 15 anos, sob pena de transformar-se em grande importador de alimentos. Mais tarde, eu pessoalmente aperfeiçoei esse trabalho, introduzindo alguns conceitos mais apurados sobre oferta e demanda de alimentos. Há um trabalho meu, intitulado "Oferta e Demanda de Alimentos", que chega exatamente às mesmas conclusões, só que em lugar de cinco

milhões de hectares o programa prevê 23.500.000 hectares num período de 10 anos.

Quando deixei a EMBRAPA, o Presidente Sarney, numa das suas primeiras visitas a Petrolina, me levou em sua companhia. Ele já havia tomado conhecimento da atuação da EMBRAPA e lido cuidadosamente os meus trabalhos. No avião o Presidente me perguntou se dava para fazer um programa de um milhão de hectares irrigados no Nordeste com base naquele trabalho. Eu respondi que isso devia ser feito. Então ele lançou lá em Petrolina, mais ou menos em maio de 1985, o programa de um milhão de hectares para o Nordeste.

Esse foi o marco decisivo da decolagem nacional do programa de irrigação. Logo depois a SUDENE foi convidada para trabalhar ativamente na execução do programa de desenvolvimento de um milhão de hectares. Quero destacar a participação de algumas pessoas que tiveram então um papel importante: o Ministro José Reinaldo Tavares, o Dr. José Ribamar Simas, que é o diretor-geral do DNOCS, e um outro técnico, Virgílio Marques da Rocha. O Simas e o Virgílio são hoje funcionários da CODEVASF, mas ambos estão trabalhando no DNOCS. Eles produziram um documento muito competente que mostrava como se devia desenvolver o programa de irrigação.

Posteriormente, o Presidente resolveu criar o Ministério da Irrigação e colocou o engenheiro Fialho como Ministro Extraordinário para a Irrigação. Coube a este o papel importantíssimo de dar dimensão nacional ao programa de irrigação. Na sua gestão foram apropriados recursos, houve um esforço muito grande junto à mídia nacional para mostrar a importância da irrigação e se criou também um programa nacional de irrigação para abranger todo o país, correspondendo um milhão de hectares ao Nordeste e mais 2,5 milhões ao restante do Brasil.

Também se mostrou nessa ocasião – foi um período muito fértil para a irrigação brasileira – que o modelo mais adequado à irrigação no país seria o modelo privado, devendo o modelo público de irrigação restringir-se ao Nordeste e neste ocupar apenas 20% da área irrigada, ou seja, no caso de um milhão de hectares, 800 mil corresponderiam à iniciativa privada e apenas 200 mil ao Poder Público. E basicamente o esforço foi feito nestas duas

direções fundamentais: na direção internacional, na busca de recursos; na direção nacional, no seguinte sentido: (1) a concessão de financiamento pelo governo e a compreensão, por parte da sociedade brasileira, da importância do programa, e (2) o aproveitamento de todo o conhecimento tecnológico da EMBRAPA, em termos do engajamento desta e de todas as instituições de pesquisa no programa de irrigação. Para mim esse é um esforço vitorioso, tanto que o próprio Congresso Nacional já tem hoje a irrigação como uma das prioridades da agricultura. É de admirar que se tenha feito tanto em tão curto espaço de tempo.

Evidentemente, como não há milagres, eu penso que essas coisas aconteceram porque o Brasil estava preparado para elas. Já tínhamos uma massa crítica de profissionais; a indústria brasileira estava preparada para ingressar na irrigação – esse é um fato muito importante – e a infra-estrutura de estradas e de eletricidade também estava pronta. Todos esses fatores deram uma contribuição muito importante para que as coisas acontecessem.

É possível que quem analisar esse período venha a atribuir às pessoas que viveram a experiência da irrigação aqui descrita mérito maior do que na realidade elas tiveram. Eu gostaria, entretanto, de destacar o seguinte: o IICA desempenhou um papel muito importante nesse processo. Sua atuação foi valiosa já na primeira e na segunda fase, que eu destaquei no começo – a fase da SUDENE e a fase da EMBRAPA –, graças ao apoio que deu a ambas. Depois, o IICA tem hoje uma importância muito grande porque é um forte aliado nosso; muitas das coisas que estamos fazendo têm a intermediação do IICA. E, certamente, o Banco Mundial desempenha um papel fundamental, e a FAO também tem prestado sua contribuição no caso da irrigação.

Em termos prospectivos, eu penso que uma instituição com o porte, a inteligência e a competência do IICA tem que pensar mais no que deve acontecer em determinado país, isto é, tomar a economia agrícola desse país e procurar saber o que acontecerá com ela. E tem que “adivinhar” – usando uma expressão pouco científica, a palavra adivinhar – o que é mais adequado à ação governamental na matéria e conceber um programa para “vender” às autoridades nacionais. O problema sério das instituições é que às vezes as pessoas que estão à sua frente não têm essa visão. Mas

acontece que é preciso ter gente desse tipo no IICA. O fato de um Martín Piñero só estar aparecendo agora é um erro grave cometido pelo IICA, porque esse tipo de gente já devia fazer parte da história do Instituto, que tem um papel a cumprir.



CAPÍTULO 7

O DESAFIO DO TRÓPICO ÚMIDO

Vários anos antes de generalizar-se a preocupação com a conservação dos recursos naturais renováveis da Amazônia, alguns governos latino-americanos e o IICA já estudavam formas de aproveitamento dos trópicos, sem prejuízo da sua ecologia.

Assim, promovida pelo Presidente do Peru, Fernando Belaunde, e organizada pela Direção Regional do IICA para a Zona Andina, realizou-se em Lima, em 1966, a Reunião sobre os Problemas dos Trópicos Úmidos, presidida pelo Governador do Estado do Pará, Coronel Alacid Nunes, chefe da delegação brasileira. Esse encontro foi uma das primeiras manifestações plurinacionais da já antiga preocupação com o destino dessa imensa região, que abrange áreas significativas de um grupo de países sul-americanos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Posteriormente à reunião de Lima, esses países sentiram a necessidade de dispor de um programa multinacional de apoio aos próprios esforços para desenvolver suas áreas tropicais. Em consequência, seus representantes na reunião da Junta Diretora do IICA realizada em Quito em abril de 1969 criaram o **PROGRAMA COOPERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRÓPICO AMERICANO**, mais tarde apelidado, para simplificar, de IICA-Trópicos.

O novo Programa foi financiado pelo IICA com recursos de cotas. O Brasil ofereceu uma base física na Escola de Agronomia da Amazônia (posteriormente chamada Faculdade de Ciências Agrárias do Pará) para servir de sede à secretaria executiva do IICA-Trópicos.

A orientação geral do Programa foi atribuída a uma comissão assessora composta de representantes dos governos dos

países participantes. Sua execução coube a um secretário-executivo designado pelo Diretor-Geral do IICA. Em cada país, o respectivo governo criou um comitê de coordenação nacional, formado por representantes das instituições nacionais vinculadas ao desenvolvimento de suas áreas tropicais.

O primeiro secretário executivo do IICA-Trópicos, Dr. Luís Montoya, peruano, assumiu suas funções em Belém do Pará em abril de 1971.

Objetivos e Estratégia

O Programa IICA-Trópicos propunha-se ao seguinte:

1. Criar uma consciência e uma mística em relação ao desenvolvimento dos trópicos e promover a procura de soluções para seus problemas;
2. Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos sobre os trópicos e elaborar uma metodologia para sua eficiente aplicação;
3. Empreender uma ação sistemática de estímulo e apoio às instituições nacionais, promovendo a coordenação e a integração, em nível nacional e internacional, dos esforços realizados nos diversos países, no sentido de criar, difundir e aplicar conhecimentos para o desenvolvimento dos trópicos e o uso racional de seus recursos naturais renováveis.

A estratégia escolhida para atingir tais objetivos incluía:

1. O fortalecimento das instituições nacionais através do melhoramento de sua infra-estrutura e da capacitação básica e aplicada de técnicos, professores e pesquisadores;
2. A execução de pesquisas básicas e aplicadas, ajustadas às realidades e interesses nacionais e regionais;
3. O aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento rural, através do planejamento, execução e avaliação de projetos de caráter regional;
4. A assistência sob a forma de assessoramento, consulta e intercâmbio de informações, metodologias e técnicas;
5. O intercâmbio de germoplasma e outros materiais genéticos úteis ao melhoramento dos empreendimentos agropecuários.

Evolução do Programa

As atividades do IICA-Trópicos evoluíram em três etapas. Na primeira, cobrindo o período 1971-1975, o Programa concentrou-se em ações nitidamente promocionais, de caráter multinacional, tais como:

- a) identificação das instituições nacionais incumbidas de promover o desenvolvimento agrícola e florestal;
- b) criação, junto com o IICA-CIDIA, da unidade de Documentação e Informação sobre Agricultura Tropical (UDIAT);
- c) diagnóstico dos conhecimentos disponíveis e elaboração de metodologias para o desenvolvimento agropecuário e florestal do trópico sul-americano, através de 15 reuniões técnicas internacionais sobre temas relacionados com recursos naturais renováveis e seu uso, assim como com sistemas de produção e colonização;
- d) serviços de assessoramento a instituições nacionais;
- e) capacitação de técnicos, professores, pesquisadores, bibliotecários e documentalistas da região, por meio de cursos multinacionais, bolsas de pós-graduação e treinamento em serviço.

Na segunda etapa, que se estendeu de 1975 a 1981, o Programa concentrou suas atividades nos países individualmente, integrando os projetos de desenvolvimento de seus trópicos aos Planos Nacionais de Ação do IICA no respectivo país. A assistência técnica às instituições nacionais apoiou principalmente a pesquisa agropecuária e florestal, o desenvolvimento regional e sua diversificação, a conservação e uso dos recursos da fauna nativa, o ensino agrícola superior, a capacitação de técnicos e o fortalecimento dos serviços de extensão rural.

Na terceira etapa, de 1981 a 1989, o Programa IICA-Trópicos incorporou dois novos países, a Guiana e o Suriname, incluindo assim todas as nações que haviam firmado o Tratado de Cooperação Amazônica em julho de 1978.

Nesse período o Programa ofereceu seu apoio ao Tratado, visto serem seus objetivos compatíveis no tocante ao aproveitamento dos recursos naturais renováveis no desenvolvimento da agricultura. De fato, a contribuição do

IICA-Trópicos seria mais eficaz se o Programa fosse oficialmente utilizado para assessorar a execução de determinadas atividades promovidas pelo Tratado, e para nelas participar da seguinte forma:

- mantendo um diagnóstico permanente do setor agrícola da região, através da consolidação da informação proveniente dos países;
- atuando como organismo de consultoria técnica para a elaboração e execução de estudos e projetos de interesse dos países;
- servindo de organismo de apoio e assistência no uso dos mecanismos de cooperação internacional existentes na região;
- cooperando na identificação de fontes de financiamento para investimentos no setor agrícola da Amazônia;
- administrando fundos para projetos de cooperação técnica, por solicitação dos países do Tratado;
- cooperando com os sistemas nacionais e internacionais de pesquisa em atividades principalmente de intercâmbio de material genético e de difusão de metodologias e resultados de pesquisas;
- organizando reuniões técnicas de interesse comum dos países amazônicos;
- organizando e implementando programas de capacitação de pessoal técnico;
- mantendo um serviço de intercâmbio de informação e de preparação de bibliografias, material didático e outros de interesse dos países e do Tratado; e
- organizando e implementando o intercâmbio de pessoal técnico entre os países, assim como de experiências relacionadas com o uso e manejo dos ecossistemas tropicais, particularmente na área de sistemas de produção.

Convém ressaltar que o IICA tem estado presente em todas as reuniões promovidas pelo Tratado, na qualidade de convidado observador, mantendo assim um contato institucional que poderá originar, no futuro, ações conjuntas de interesse para os países

amazônicos, dentro de um contexto de ação comum ao Tratado e ao próprio IICA. Uma primeira atitude positiva do Tratado para com o IICA registrou-se na reunião realizada em Belém de 13 a 18 de novembro de 1984. No item 1 da Recomendação nº. 6, dela emanada declara-se "...que as instituições nacionais dos países assinantes do Tratado, por convenção multilateral entre os países e com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, IICA, atribuam ao IICA a função de entidade articuladora e de secretaria executiva dos programas comuns de pesquisa que estabeleceram na Região Amazônica".

As Grandes Realizações

Não seria possível formar uma idéia justa do que significou a contribuição do Programa IICA-Trópicos sem o conhecimento das suas principais realizações nas etapas de sua evolução. Mencionamos a seguir algumas delas.

I – Documentação e Informação

Além de coletar informações sobre agricultura, pecuária e engenharia florestal do Trópico Americano, a Unidade de Documentação e Informação sobre Agricultura Tropical (UDIAT) publicou o boletim DESARROLLO DEL TROPICO AMERICANO, contendo notícias do Programa, informações sobre as instituições nacionais da região e os eventos importantes em outras áreas tropicais do mundo, uma seção dedicada à documentação bibliográfica, índices de publicações periódicas, etc. Também publicou os boletins do Serviço de Alerta, INFORMACIÓN AL DIA, atendendo em séries separadas às áreas de agricultura, pecuária e engenharia florestal com notícias sobre trabalhos desenvolvidos no mundo, de interesse para o Trópico Americano.

II – Reuniões Técnicas Internacionais

Em 15 grandes reuniões os representantes dos países membros do Programa IICA-Trópicos procuraram articular os mecanismos de cooperação indispensáveis ao desenvolvimento amazônico. A simples enumeração dessas reuniões dá uma idéia da amplitude dos temas tratados, todos eles de interesse prioritário para o desenvolvimento dos trópicos úmidos:

- Reunião de Reitores, Decanos e Diretores de Universidades, Faculdades e Escolas de Agronomia do Trópico Americano (Belém, maio de 1971);
- Reunião de Diretores de Pesquisa Agrícola do Trópico Americano (Itabuna, BA, abril de 1971);
- Simpósio Internacional sobre Plantas de Interesse Econômico da Flora Amazônica (Belém, maio-junho de 1972);
- Seminário Internacional sobre Ecologia Tropical (Itabuna, junho de 1972);
- Seminário sobre Sistemas de Colonização na Amazônia – Trópico Úmido (Belém e Altamira, novembro de 1972);
- Reunião Técnica de Programação sobre Desenvolvimento Florestal do Trópico Úmido (Medellin, Colômbia, fevereiro de 1973);
- Reunião Técnica sobre Pesquisas Ecológicas para o Trópico Americano (Maracaibo, Venezuela, abril de 1973);
- Simpósio Internacional sobre Fauna Silvestre e Pesca Fluvial e Lacustre Amazônica (Manaus, novembro-dezembro de 1973);
- Reunião Técnica de Programação sobre Desenvolvimento Pecuário do Trópico Úmido Americano (Guaiaquil, Equador, dezembro de 1973);
- Reunião Técnica de Programação sobre Desenvolvimento da Agricultura Perene no Trópico Úmido Americano (Tingo María, Peru, maio de 1974);
- Reunião Internacional sobre Sistemas de Produção para o Trópico Americano: Sistemas de Uso da Terra (Lima, Peru, junho de 1974);
- Reunião Internacional sobre Silvicultura de Matas Tropicais (Cali, Colômbia, dezembro de 1974);
- Reunião Internacional: Grupo de Trabalho sobre Diretrizes de Pesquisa em Sistemas de Produção para o Trópico Americano (Manaus, novembro de 1975);
- Seminário Internacional sobre Estratégias de Desenvolvimento Regional do Trópico Americano

(Belém, setembro-outubro de 1976);

- Reunião Internacional sobre Manejo de Unidades de Conservação na Região Amazônica (Santarém, novembro de 1976).

O IICA-Trópicos conseguiu ainda reunir os ministros da agricultura dos seis países membros em abril de 1975, no Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) em Palmira, Colômbia, com seus respectivos assessores. Desse encontro também participaram o Diretor-Geral do IICA e sete assessores, bem como representantes da FAO e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de membros do corpo diplomático sediado na Colômbia. Nessa reunião de alto nível estabeleceu-se uma base conceptual para o desenvolvimento do trópico americano, a fim de facilitar a execução das recomendações formuladas nas reuniões técnicas realizadas pelo Programa.

III – Capacitação do Pessoal Técnico

Além de conceder bolsas de estudo para pós-graduação a técnicos do trópico sul-americano, o Programa realizou cursos intensivos sobre vários assuntos prioritários:

- Planejamento da Pesquisa Agropecuária para a Região Amazônica (Belém, janeiro de 1973);
- Sistemas Integrados de Produção para a Amazônia (Manaus, Belém, Tomé-Açu e Altamira, maio de 1978);
- Silvicultura e Manejo de Matas Amazônicas (Centro de Pesquisa novembro de 1978);
- Silvicultura Amazônica (Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, 1980).

Além disso, o Programa financiou estágios de capacitação em serviço na produção de hortaliças (Venezuela, 1972), feijão (Costa Rica, 1973) e culturas alimentares em várzeas (Manaus, 1980), bem como na pesquisa de sistemas de produção (Turrialba, Costa Rica, e CIAT, Colômbia, 1976).

O Programa colaborou ainda na elaboração do currículo de vários cursos relacionados com as ciências agrícolas e florestais para os trópicos úmidos, em instituições de ensino agrícola superior.

IV – Assessoria Técnica

O IICA-Trópicos atendeu também a solicitações de apoio técnico das mais diversas instituições nacionais, tais como faculdades de ciências agrárias, centros de pesquisa, serviços de extensão, organismos de desenvolvimento regional, etc.

V – Elaboração de Projetos e Estudos Apoiados em Recursos Externos

O Programa IICA-Trópicos elaborou uma série de perfis de projetos e estudos prioritários para a região em condições de receberem financiamento externo para sua implementação. Uma lista parcial desses projetos inclui os seguintes:

1. Avaliação dos recursos naturais:
 - estudo das palmeiras nativas gregárias do trópico úmido sul-americano e do seu aproveitamento econômico.
2. Pesquisa em sistemas de produção:
 - estudo dos sistemas tradicionais de produção agrícola de comunidades nativas do trópico úmido sul-americano;
 - programa regional de apoio à pesquisa e difusão de sistemas agroflorestais de produção.
3. Produção de alimentos:
 - programa regional de difusão de tecnologia e de germoplasma para a produção de alimentos em terras de várzeas da Amazônia;
 - apoio aos programas de fomento de hortas familiares e comunitárias;
 - pesquisa de curto prazo para a difusão da cultura do abacate na Amazônia.
4. Sistemas de colonização:
 - estudo de casos de colonização na Bacia Amazônica.
5. Agroenergia:
 - cooperação regional para a difusão de biodigestores no meio rural amazônico.
6. Capacitação de recursos humanos:
 - programa regional de capacitação técnica e científica para o desenvolvimento agropecuário da Amazônia e

de outras áreas do trópico úmido sul-americano (atualização de professores, pesquisadores e extensionistas);

- programa regional de atualização de engenheiros florestais.

7. Documentação e informação técnica:

- criação de um terminal de informação e documentação agrícola para a Amazônia;
- publicação e difusão de um boletim informativo periódico sobre "desenvolvimento amazônico";
- criação de um centro amazônico de tecnologias apropriadas para pequenos produtores agrícolas.

Os Coordenadores do Programa

O primeiro secretário executivo do IICA-Trópicos, Dr. Luís Montoya, deixou a coordenação do Programa para assumir o cargo de Diretor do Escritório do IICA no Brasil. Foi substituído pelo Dr. Thomas A. MacKenzie, norte-americano. Depois, assumiram sucessivamente aquele cargo os drs. Pedro Ramírez Sánchez, colombiano, e Jean Dubois, belga. Desde a saída do Dr. Dubois, em janeiro de 1988, o Dr. Rufo Bazán, boliviano, incumbem-se de coordenar os trabalhos para a reformulação do Programa. A seguir, o Dr. Bazán discorre sobre as perspectivas do IICA-Trópicos.

A Reformulação do IICA-Trópicos

Desde fins de 1988 o Programa II do IICA, Geração e Transferência de Tecnologia, procede à revisão do Projeto IICA-Trópicos a fim de reajustá-lo e melhor adequá-lo à situação e às necessidades atuais dos países dele participantes, tendo presente o fato de que o processo de criação ou reorganização dos sistemas de pesquisa, que se iniciou na década de 50, permite hoje aos países contarem, muitas vezes, com uma adequada infra-estrutura física e de recursos humanos, bem como com um valioso inventário de tecnologias e conhecimentos técnico-científicos para a região.

As bases para essa reformulação foram estabelecidas pela missão técnica de consulta organizada pela Direção do Programa II.

A missão visitou os países compreendidos no Projeto IICA-Trópicos – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – entre 12 de abril e 24 de maio de 1989.

Dela tomaram parte o Dr. Jaime Navas, do Instituto Colombiano Agropecuário (ICA), o Dr. Benjamin Quijandría, do Centro de Estudos e Desenvolvimento Agrário, do Peru, e, pelo IICA, o Dr. Jorge Ardila e eu, técnicos do Programa II lotados na Colômbia e no Brasil, respectivamente.

Nos países, a missão entrevistou 177 pessoas de 47 instituições nacionais e internacionais, nas áreas de pesquisa, transferência de tecnologia, desenvolvimento e capacitação formal.

As consultas foram altamente positivas, uma vez que nos vários contatos mantidos com dirigentes e técnicos das instituições foi possível identificar aspectos positivos e negativos cujo saldo é francamente favorável quanto às possibilidades e à oportunidade de um esforço conjunto no sentido do desenvolvimento do trópico sul-americano.

A proposta apresentada pela missão técnica estabeleceu as bases para a implantação do Programa Cooperativo de Geração e Transferência de Tecnologia para os Trópicos Sul-Americanos (PROCITROPICOS), que em essência constitui uma reformulação do Projeto IICA-Trópicos, leva em consideração a experiência e os conhecimentos por este adquiridos durante a sua execução, ajusta-os a uma nova dimensão de acordo com a realidade, as necessidades e as intenções de desenvolvimento da região, tendo em vista estabelecer uma estratégia de desenvolvimento econômico em que o setor agropecuário desempenhe papel relevante na produção de alimentos, na captação de recursos externos via exportações e via substituição de importações, bem como na geração de empregos, mão-de-obra e incentivos que garantam a fixação e estabilidade dos produtores em áreas geográficas submetidas hoje em dia a pressões internas e externas no sentido da utilização racional dos recursos naturais renováveis e da conservação do meio ambiente.

O Programa pretende estabelecer um marco de cooperação interinstitucional e intra-regional no trópico sul-americano, especificamente nas sub-regiões do trópico úmido amazônico, dos **llanos** e cerrados tropicais e do pé-de-monte, em apoio direto aos

esforços nacionais para definir e executar ações destinadas ao desenvolvimento de uma agricultura sustentada e equilibrada, do ponto de vista ecológico, agrônômico, econômico e social.

Para tal fim, reconhece-se e leva-se em conta o fato de que os países participantes são suficientemente capazes de identificar prioridades, além de dotados de vontade política para desenvolver ações conjuntas tendentes ao aproveitamento máximo da capacidade institucional, de infra-estrutura e de recursos humanos disponíveis nos países.

De igual maneira, e de modo especial para o trópico úmido amazônico, leva-se em conta a preocupação externada pelos presidentes dos países na Declaração de Manaus (maio de 1989), ao manifestarem que “esperamos ver o surgimento de condições que permitam o livre acesso ao conhecimento científico e às tecnologias não poluidoras ou destinadas à preservação ambiental, e rechaçamos as tentativas de obter lucro comercial a pretexto de legítimas preocupações ecológicas”. Nesse sentido, o Programa promoverá ações voltadas para o desenvolvimento da região, mediante a preservação dos recursos naturais renováveis e o amparo aos sistemas de produção a serem desenvolvidos e utilizados.

Ao mesmo tempo, os organismos estatais e não-estatais participantes do Programa deverão aproveitar as oportunidades de cooperação com a empresa privada, os centros internacionais de pesquisa agropecuária e os organismos nacionais regionais e internacionais de cooperação técnica e financeira que facilitem a implementação de programas e projetos específicos em áreas prioritárias e nas condições definidas pelos países.

A cobertura geográfica do Programa é de extraordinária magnitude, com aproximadamente 10 milhões de quilômetros quadrados (73,7% da extensão territorial total dos oito países participantes). A cobertura ecológica abrange três ecossistemas de alto potencial agropecuário, embora com características ecofisiológicas diferentes que obrigarão a um tratamento também diferenciado, do ponto de vista técnico-científico. Esses ecossistemas são o trópico úmido amazônico, os **llanos** ou cerrados e o pé-de-monte.

Por um lado, o trópico úmido amazônico, por si só, tem

dimensão continental – cerca de 7 milhões de quilômetros quadrados –, sendo sem dúvida a sub-região que requer maior pesquisa básica e aplicada, em caráter de urgência, por estar sujeita à pressão da expansão desordenada da fronteira agrícola na maioria dos países, bem como a uma ocupação, igualmente desordenada, por assentamentos humanos. O aspecto da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis constitui o principal foco de uma forte pressão interna e externa exercida sobre os países, o que possivelmente tenderá a reduzir a prática da simples exploração dos recursos florestais e da abertura de novas glebas, valorizando as áreas já incorporadas e procurando aumentar e preservar uma produtividade sustentada.

Por outro lado, os llanos ou cerrados, com aproximadamente 2 milhões de quilômetros quadrados, e o pé-de-monte, com cerca de 238 mil quilômetros quadrados, apresentam características ecológicas menos drásticas e um acervo tecnológico maior do que o do trópico úmido, oferecem condições mais favoráveis para a imediata utilização no nível agropecuário e melhores oportunidades para a intensificação do processo de transferência tecnológica horizontal entre os países.

Além disso, as duas sub-regiões – pé-de-monte e cerrados – podem desempenhar um papel estratégico na preservação da Amazônia, uma vez que, com a intensificação da atividade agrícola produtiva em ambas, seria possível diminuir significativamente a pressão existente no sentido da ocupação do trópico úmido amazônico.

Dado que a problemática do desenvolvimento agrícola na região dos trópicos americanos apresenta maior complexidade do que em outras regiões ecológicas, fato que a caracteriza como um ecossistema frágil e suscetível de rápida deterioração, caso seus recursos naturais renováveis não sejam manejados adequadamente, o Programa estabelece certos critérios centrais como marco das estratégias que devem ser adotadas na implementação das ações. Tais critérios são: (i) a busca de equilíbrio entre a necessidade de expandir a fronteira agrícola dos países e a de usar racionalmente e conservar os recursos naturais, ou seja, o desenvolvimento agrícola com conservação; (ii) o desenvolvimento sustentado da região, que implica a procura de alternativas tecnológicas que proporcionem

uma visão produtiva de longo prazo dos sistemas melhorados de produção; (iii) o desenvolvimento endógeno, que subentende o desenvolvimento e crescimento de indústrias vinculadas ao desenvolvimento agrícola que proporcionem bens e serviços no setor agropecuário, tais como as dedicadas à produção e distribuição de fertilizantes, pesticidas, sementes melhoradas, implementos, ferramentas e equipamento agrícola mecanizado; (iv) a cooperação horizontal, com vistas a promover, apoiar e fortalecer os mecanismos de cooperação entre instituições, em nível de país e entre países; (v) a capacitação para o trópico do pessoal técnico nacional, a fim de criar um marco de conhecimentos e conceitos que orientem a formação de uma nova geração de profissionais para a região tropical; (vi) a participação do setor privado, apoiando os processos de geração e transferência de tecnologia e promovendo, no que tange a bens e serviços agropecuários, a incorporação do próprio setor no processo de desenvolvimento da região; e (vii) a busca e utilização de produtos não-tradicionais que contribuam para o desenvolvimento sustentado da região, de modo a proporcionar maior benefício da grande variabilidade e riqueza de espécies nativas alimentares, medicinais e industriais.

A implementação dessas ações se baseará na execução de projetos específicos dentro de áreas temáticas integrais relacionadas com a problemática da produção e da conservação na região. Uma das sugestões da missão foi no sentido de que numa primeira etapa se considerassem as áreas de manejo do solo, sistemas de produção sustentada e manejo e conservação dos recursos genéticos.

Do ponto de vista institucional e em nível de país, os organismos participantes serão principalmente os que exercem liderança, tais como as instituições de geração de tecnologia e desenvolvimento regional. Também deverão ser consideradas outras instituições vinculadas ao setor e responsáveis por ações na região tropical, bem como centros de apoio à pesquisa e de assistência técnica e financeira, de nível regional e internacional. O IICA seria o organismo promotor e facilitador da coordenação horizontal entre todas as instituições participantes e o elemento de ligação com os organismos financeiros.

Um aspecto a ser considerado é o das limitações ou

restrições de caráter institucional, tecnológico e sócio-econômico que foram apontadas. Destas destacam-se as seguintes:

- a falta ou insuficiência de políticas específicas para o desenvolvimento da região, em áreas tais como ciência e tecnologia, abastecimento interno, mercados e desenvolvimento rural integrado;
- a grande rotação do pessoal técnico e sua migração para a iniciativa privada ou para o exterior, em busca de horizontes profissionais mais promissores e mais rentáveis, do ponto de vista salarial, aspecto indicativo da forte restrição orçamentária a que estão sujeitas as instituições nacionais em geral;
- a falta de capacitação profissional com visão francamente "tropicalizada";
- a necessidade de ampliar os estudos e pesquisas em vários aspectos tecnológicos e de manejo dos sistemas de produção, tais como solos, sistemas de produção adequados ao meio e identificação e manejo dos recursos naturais em geral;
- a grande migração rural para os centros urbanos, as condições adversas para a saúde humana e os assentamentos mal dirigidos.

Todos os aspectos definidos nos países reforçam a necessidade declarada e o interesse expresso de apoiar a iniciativa do IICA no sentido de reativar ações na região tropical, atendendo às suas prioridades, dado o seu potencial para a economia dos países.

Espera-se que o IICA-Trópicos assim reformulado inicie suas ações no primeiro semestre de 1990, tão logo a proposta seja aprovada pelos países.

O engenheiro florestal Jean Dubois, ex-coordenador do IICA-Trópicos, dá o seu depoimento sobre esse importante Programa.

A Cooperação dos Países Amazônicos para Desenvolver o Trópico Úmido

A idéia da criação do IICA-Trópicos como um projeto dos países amazônicos brotou dos contatos entre as autoridades desses países e fortaleceu-se na oportunidade de uma importante reunião organizada em Lima, em 1966, pelo Governo peruano e pelo Governo brasileiro. Participou ativamente da organização dessa reunião um dos diretores do IICA, Enrique Blair, colombiano, juntamente com outros funcionários do Instituto.

Foi durante esse encontro que nasceu praticamente a idéia da cooperação entre os países amazônicos, no sentido de que, à medida que os países fossem organizando a penetração na Amazônia, os países tomassem consciência de que se tratava de uma área desconhecida e de que as tecnologias desenvolvidas fora dali não se aplicavam adequadamente à região. Em consequência, na primeira reunião da Junta Diretora do IICA foi formulado um pedido especial de cooperação que deslançou uma ação intensiva por parte do Instituto. Este coordenou um grupo de trabalho que apresentou uma proposta preliminar e organizou uma missão de campo para visitar todos os países amazônicos. Seus membros reuniram-se posteriormente no Rio de Janeiro, onde também se realizou a primeira reunião da comissão organizadora do futuro Programa IICA-Trópicos.

O IICA-Trópicos foi inicialmente concebido para atender à problemática tanto do trópico úmido como do trópico seco. Todavia, no processo de evolução do Programa, diante da imensidão dos problemas existentes, sua atividade se cingiu cada vez mais à problemática do trópico úmido. O Brasil, a essa altura, já desenvolvia um programa de pesquisas no Instituto Agrônomo do Norte, bem antes da criação da EMBRAPA, subordinado ao Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária do Ministério da Agricultura. Havia também alguma atividade de pesquisa no campo florestal e botânico, principalmente, e um pouco no da botânica aplicada, no Instituto de Pesquisas da Amazônia, em Manaus. Estes eram, antes do deslançamento dos programas de apoio do IICA e antes sobretudo da existência da EMBRAPA, os dois pólos de pesquisa na Amazônia. Fora deles, de vez em quando se fazia um

pequeno trabalho de pesquisa, porém sem muito impacto, à exceção, é claro, dos trabalhos da CEPLAC no Nordeste.

Quanto à colonização amazônica, naqueles anos o Pará era objeto de assentamentos por grupos de pequenos agricultores oriundos do Nordeste, os quais se concentraram principalmente na região entre Castanhal e o mar, em parte da região de Castanhal e em Bragantina. Essa região, que abrigava uma floresta nativa muito boa, com potencial econômico, foi quase totalmente arrasada pela agricultura migratória praticada por esses colonizadores. Os imigrantes japoneses, por sua vez, à época da Segunda Guerra Mundial, saíram de Belém do Pará e foram para Tomé-Açu, região cujo acesso se dava exclusivamente por via fluvial, onde começaram um programa de subsistência.

Finda a guerra, o Governo japonês apoiou com financiamento o trabalho das colônias nipônicas na região, e mais japoneses vieram, trazendo capital. Um deles chegou com sete mudas de pimenta-do-reino que havia colhido clandestinamente na Indonésia. De todas as mudas de **Piper nigrum** que trouxe, sete sobreviveram à viagem. Então, por via agâmica, a partir dessas mudas foi produzido todo o material que hoje constitui um dos pilares da plantação da colônia japonesa. Em tempos recentes, a EMBRAPA, no Centro de Pesquisa Agropecuária para o Trópico Úmido (CPATU), conseguiu produzir gemoplasma mais diversificado. Por isso, agora temos no Brasil, para a **Piper nigrum**, uma base genética mais ampla.

Ora, qual era o problema prioritário dos países que os motivava a apoiar o IICA-Trópicos, adquirir conhecimentos, formar pessoal ou colocar gente na Amazônia? Há tempos o Brasil tinha como objetivo a ocupação da Amazônia. Esta não era uma postura exclusivamente brasileira, pois no Peru, mais de 35 anos antes, vários programas experimentais foram organizados no sentido de deslocar para a Amazônia contingentes de população excedente dos Andes, e na Bolívia se fez a mesma coisa. No Equador o movimento foi menor, porque a população global do país não é numericamente expressiva. Já na Colômbia, a região ficou praticamente isenta dessa pressão até data mais recente, enquanto na Venezuela a política do governo procurava impedir a penetração de grupos colonizadores na Amazônia. Como não havia pressão

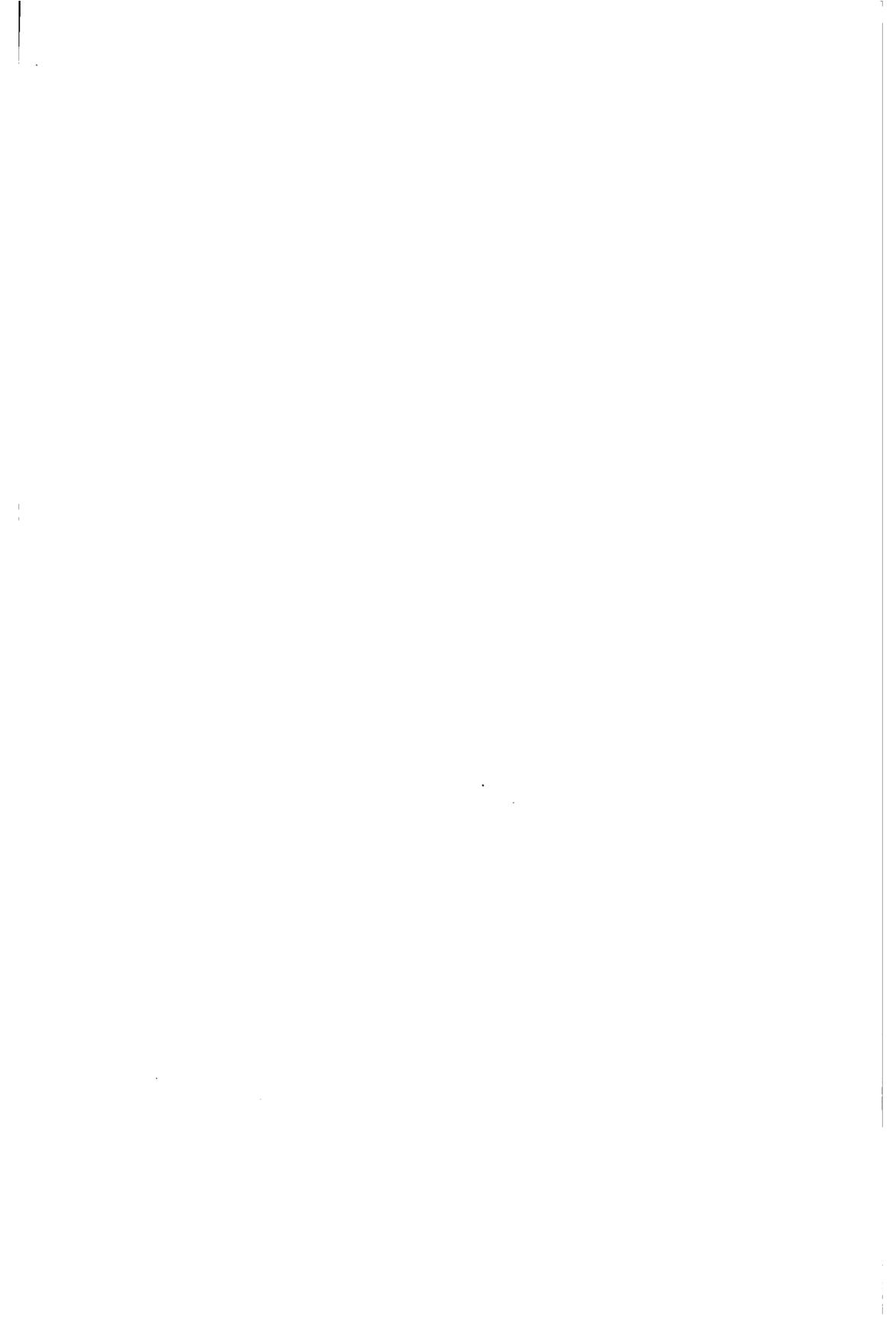
populacional, eles preferiam desenvolver, por exemplo, o delta do Orinoco, onde há hoje maior concentração de projetos.

As ações de maior relevo do Programa IICA-Trópicos, na minha opinião, foram as grandes reuniões que marcaram os primeiros anos do Programa, porque elas realmente criaram um excelente ambiente de cooperação entre os países. Além disso, dessas reuniões emanaram várias recomendações que foram incluídas, quase textualmente, em documentos usados na articulação do Tratado de Cooperação Amazônica. A Declaração de Belém, por exemplo, que foi redigida com muito cuidado, tem no seu texto segmentos quase irretocados de recomendações aprovadas em reuniões do Programa IICA-Trópicos.

Outro campo em que o IICA-Trópicos foi muito ativo na segunda etapa é o da capacitação de recursos humanos, através principalmente de cursos de caráter muito prático ministrados no campo, na área de sistemas de produção adaptados às condições da Amazônia e na área de manejo florestal e sistemas florestais de produção.

A terceira etapa, em que o IICA-Trópicos deveria servir de "clearing house" para os projetos, não foi alcançada. Houve tentativas nesse sentido, foram preparados vários projetos, mas nunca se chegou à fase de negociação com os financiadores.

A desaceleração do Projeto IICA-Trópicos deve-se a vários fatores. O principal deles tem a ver com o seguinte fato: no desenvolvimento normal da programação, que inicialmente previa a reunião de maiores informações sobre a região com vistas a formar quadros técnicos através de bolsas de estudo de pós-graduação e a contar, depois, com um apoio cada vez maior para os programas de pesquisa, o IICA-Trópicos deveria ter evoluído para uma etapa posterior, em que desempenharia praticamente o papel de "clearing house" para os projetos de desenvolvimento. O Programa não chegou a esse estágio porque, para isso, além de manter uma base instalada em Belém, deveria ter outra mais eficiente, de atuação política e de "lobby", fora de Belém e perto dos grupos de decisão. No Brasil, por exemplo, o lugar ideal para essa base teria sido Brasília. E se houvesse necessidade de transferir a base do Programa, ou pelo menos a liderança do "lobby", a escolha deveria recair em uma das capitais dos países que integravam o IICA-Trópicos.



Capítulo 8

A DIFUSÃO DOS CONHECIMENTOS E DAS TÉCNICAS

Desde a sua fundação, o IICA tem atribuído prioridade máxima ao acesso dos agricultores e dos técnicos agrícolas ao **saber** e ao **saber fazer**. Daí a sua grande dedicação a estas vertentes do processo de difusão de idéias e habilidades:

1. a educação;
2. a capacitação;
3. a comunicação rural;
4. a informação e a documentação.

Tais vertentes estão de fato incluídas em todos os trabalhos de cooperação do IICA com as instituições nacionais. Elas merecem, entretanto, tratamento em capítulo à parte, dada a sua representatividade na ação do IICA no Brasil.

1. Educação Agrícola e Rural

Os problemas que o Brasil enfrentava no setor educacional das áreas rurais, nos três níveis formais de instrução e na educação não-formal, eram enormes quando o país se tomou membro do IICA em 1964.

No nível básico, além do elevado índice de analfabetismo prevalecente, as escolas rurais defrontavam não só a carência de currículos adequados, de professores habilitados e de material didático, mas, sobretudo, de reconhecimento, por parte da população, do valor do ensino.

No nível médio, as escolas que formavam técnicos agropecuários, na época dependentes do Ministério da Agricultura, pouco mais eram do que reformatórios para jovens indisciplinados.

No nível superior, algumas poucas escolas de Agronomia e Veterinária produziam profissionais em número e qualidade inferiores às necessidades do país. As escolas quase nenhuma pesquisa faziam e seus métodos de ensino, de duvidosa eficácia

didática, pecavam pela excessiva teoria e pela escassa prática no meio local.

Côncio porém de que, sem uma massa crítica de agricultores competentes e de técnicos atualizados em ciência e tecnologia, a agricultura não se converterá em fator dinâmico do desenvolvimento, o Estado brasileiro tem envidado esforços gigantescos para elevar o nível educacional da sua população rural em todos os planos e setores. O IICA teve o privilégio de colaborar em algumas frentes prioritárias desse titânico empreendimento.

Começou-se pelo ensino superior. Mesmo antes de o Brasil tornar-se membro do IICA, a Direção Regional para a Zona Sul, com sede em Montevidéu, já havia colaborado com o Dr. Eurípedes Malavolta, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, na vinculação do Brasil com as universidades do Cone Sul da América Latina.

Mais tarde, em 1969, na reunião anual da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), na Universidade Federal de Santa Maria, o IICA ofereceu ao então Presidente da ABEAS, Professor Alysson Paulinelli, a sua colaboração. Esta consistiu na cessão de uma sala para alojar a secretaria executiva da ABEAS no Escritório do IICA no Rio de Janeiro e no apoio permanente de um especialista internacional em comunicação, o Dr. Juan Díaz Bordenave.

O Convênio ABEAS-IICA viveu então, sob a coordenação geral do engenheiro agrônomo Eduardo King Carr, secretário executivo da ABEAS, uma época de intensa atividade junto às instituições de ensino agrícola de nível universitário.

Colaborou-se com a Comissão de Especialistas em Ciências Agrárias (CECA) do MEC na realização de um diagnóstico da situação do ensino superior das ciências agrárias no Brasil. Organizaram-se seminários sobre currículos, apoio pedagógico e pós-graduação, bem como reuniões de professores de extensão rural, agrometeorologia e outras matérias de grande atualidade. As reuniões anuais da ABEAS, planejadas conjuntamente por essa Associação e pelo IICA e realizadas nas universidades filiadas, constituíam verdadeiros foros nacionais onde se discutiam os rumos e problemas da educação agrícola superior. A elas não só assistiam os diretores de todas as entidades de ensino filiadas à ABEAS, mas

também altas autoridades dos Ministérios da Agricultura, da Educação e do Interior, bem como dirigentes e técnicos dos órgãos a eles vinculados.

Fazia-se a publicação dos anais das reuniões anuais e de um boletim, ABEAS INFORMA, que mantinha as filiadas e os órgãos oficiais ao corrente dos avanços do ensino superior das ciências agrárias. Através dos contatos internacionais do IICA, os dirigentes universitários brasileiros fizeram visitas de observação a universidades de vários países latino-americanos e participaram de seminários regionais, trazendo novas idéias e disseminando em outros países suas próprias inovações.

O convênio com o IICA permitiu à ABEAS, além do próprio fortalecimento, uma cooperação muito significativa com suas filiadas. Assim, foi feito um trabalho intenso no sentido da atualização do ensino da extensão rural nas escolas, para cujo fim foi diagnosticada a situação dessa disciplina em todo o país. Um novo currículo, participativamente elaborado, foi experimentado e avaliado em várias filiadas. O Convênio ABEAS-IICA ofereceu mais de 20 cursos sobre metodologia de ensino para professores de ciências agrárias. Destes cursos surgiu um livro, "Estratégias de Ensino-Aprendizagem" (Editora Vozes, Petrópolis, 1980), escrito por Juan Díaz Bordenave e Adair Martins Pereira, que alcançou 12 edições e foi traduzido e editado pelo IICA em espanhol. Uma nova carreira na Universidade Federal de Pelotas, a Engenharia Agrícola, nasceu com o apoio do Convênio, que facilitou a vinda ao Brasil de consultores internacionais de alto gabarito.

No Rio Grande do Sul, o IICA destacou um especialista internacional, o Dr. Ludwig Müller, alemão, para ser o coordenador do **Programa Cooperativo de Ensino de Pós-Graduação do Rio Grande do Sul**, um ensaio pioneiro de cooperação interuniversitária para o desenvolvimento da pós-graduação em ciências agrárias.

Inclui-se a seguir o depoimento conjunto do Professor Edson Machado de Souza, titular da Secretaria de Educação Superior (SESU) do Ministério da Educação, e do Professor Paulo Roberto da Silva, secretário executivo da Comissão de Ciências Agrárias do MEC-SESU, sobre as contribuições do Convênio ABEAS-IICA.

O Convênio ABEAS-IICA e sua Influência no Desenvolvimento das Ciências Agrárias

A colaboração que o Convênio ABEAS-IICA, assinado em 1970, prestou ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU), como se chamava na época a atual Secretaria do Ensino Superior (SESU) do Ministério da Educação, só agora pode ser apreciada, numa visão retrospectiva, em toda a sua magnitude e importância.

Antes de tudo devemos lembrar a oportunidade do convênio. Na época o MEC buscava uma forma de superar os convênios de assistência bilateral, segundo os quais determinada universidade norte-americana ajudava determinada universidade brasileira. O fortalecimento da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), graças à cooperação do IICA, veio possibilitar o estabelecimento de programas amplos de melhoria do ensino agrícola superior no país.

Vale citar, por exemplo, a criação da Coordenação Nacional da Pós-Graduação em Ciências Agrárias, nascida em uma reunião no Rio de Janeiro em que estavam representados, além do DAU-MEC, na pessoa de Heitor Gurgulino de Souza, o IPEA, na pessoa de Edson Machado de Souza, e o IICA, com a presença do seu Representante no Brasil, José Irineu Cabral, e do comunicador Juan Díaz Bordenave. Também estavam presentes representantes da USAID e da Fundação Ford. Essa Coordenação teve marcante influência no extraordinário desenvolvimento da pós-graduação em ciências agrárias no Brasil.

Outra ação significativa foi a criação do Programa de Assistência Interuniversitária em Ciências Agrárias (PAICA), mediante o qual universidades brasileiras mais desenvolvidas, com cursos de pós-graduação, assistiam universidades menos desenvolvidas.

Deve ser lembrado ainda o valioso Estudo da Demanda de Pós-graduados em Ciências Agrárias, coordenado pelo Convênio ABEAS-IICA em 1973-74, que contou com a assessoria do Centro Nacional de Recursos Humanos e do DAU-MEC, bem como com o financiamento da USAID, e foi competentemente executado pelo Instituto de Desenvolvimento da Guanabara (IDEG). Os resultados desse diagnóstico-prognóstico não somente serviram para

fundamentar muitas das políticas do MEC na área das ciências agrárias, como também ofereceram subsídios para o planejamento de dois grandes programas: o Programa de Educação Agrícola Superior (PEAS) e o Programa de Desenvolvimento do Ensino das Ciências Agrárias (PRODECA), os quais contaram com 52 milhões de dólares do Empréstimo USAID e permitiram, entre 1974 e 1978, o fortalecimento de 12 instituições brasileiras de ensino agrícola superior.

Mais um exemplo do efeito multiplicador dos trabalhos do Convênio ABEAS-IICA é ilustrado pela idéia que o IICA fomentou, como complemento necessário dos cursos de metodologia de ensino que vinha oferecendo nas escolas de ciências agrárias desde 1969, de se estabelecerem Unidades de Apoio Pedagógico (UAPs) para dar continuidade ao processo de renovação metodológica do ensino. A pedido da ABEAS o DAU-MEC financiou esse projeto, sendo estabelecidas várias UAPs em escolas de todo o país.

Na época a idéia alcançou aparentemente resultados muito modestos. Ela, entretanto, inspirou a criação de um programa mais amplo, o Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (PADES). Dotado de recursos adequados, o PADES promoveu a modernização da docência em muitas universidades brasileiras.

A própria idéia da UAP está sendo retomada no momento, com grande vigor, pelo Programa de Apoio Pedagógico SESU-ABEAS. Este programa, além de estabelecer UAPs, dá treinamento a docentes em metodologia de ensino e avalia e acompanha a atualização dos currículos.

Finalmente, não podemos esquecer a profunda influência que tinham, na época, as reuniões anuais da ABEAS e a publicação de seus anais. As conclusões desses encontros, muito bem organizados e aos quais assistiam pessoas de elevado nível, serviam ao MEC para a formulação de suas próprias políticas para o setor.

Em síntese, como pessoas que participaram ativamente das atividades do Convênio ABEAS-IICA, expressamos a nossa convicção de que elas representaram uma contribuição real e significativa para o desenvolvimento das ciências agrárias no Brasil.

Ensino Agrícola de Nível Médio

Com relação ao ensino agrícola de nível médio, o Brasil

deu, na década de 70, passos importantes para sua modernização. Transferidas as 32 escolas subordinadas ao Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação, este criou um órgão, a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI) para responder pela sua administração e supervisão dessa área. O IICA colaborou com a COAGRI na definição do perfil profissional do técnico agropecuário e na promoção de melhor imagem para as escolas de nível médio em geral.

No Ceará, o Dr. Manuel Argumedo, argentino, do quadro do IICA, contribuiu para a administração das escolas agrotécnicas do Estado, participando dos seminários anuais sobre o tema e assessorando a equipe técnica da Secretaria de Educação.

Educação Básica Rural

Na educação rural de nível básico, na década de 80 o Brasil deu passos inovadores, cabendo ao IICA acompanhar o processo de inovação que as instituições nacionais desencadearam nessa área. Inicialmente sob a direção do Dr. Jorge Werthein, argentino, e mais tarde do Dr. Manuel Argumedo, a cooperação do IICA estendeu-se a vários estados. A seguir, o Dr. Argumedo faz um relato sucinto dessa colaboração do IICA com secretarias estaduais de educação.

Uma Nova Abordagem da Educação e da Capacitação para as Áreas Rurais

No começo da década de 80, especialmente no Nordeste, onde se concentrou a cooperação do IICA, havia uma preocupação muito grande em melhorar a qualidade da educação na área rural. Todas as secretarias de educação da Região tinham programas de apoio especial à educação no meio rural incluídos nos programas de desenvolvimento do setor. Contavam com verbas específicas ou com outros recursos financeiros do próprio país e de convênios com o Banco Mundial, destinados à educação, e tinham um interesse muito grande em aprimorar o ensino no meio rural. Isso porque se pensava que a educação básica era a estratégia mais adequada para superar a altíssima taxa de analfabetismo.

Por um lado, cuidava-se de atuar junto aos analfabetos com programas de alfabetização; por outro, de melhorar a qualidade da escola para não continuar a produzir mais analfabetos ou semi-analfabetos. Empreendia-se uma ação muito ampla nesta linha: construção de escolas, melhoramento dos currículos, capacitação dos professores, elaboração de material. Até certo ponto o problema que se apresentava às secretarias era o de como integrar as ações no campo da educação rural e como ligá-las mais estreitamente com os programas de desenvolvimento rural no nível da comunidade como um todo. Para atender a essa questão é que a colaboração do IICA foi solicitada.

O IICA apresentou como proposta a elaboração de planos de ação comunitária que fossem resultado de uma pesquisa participativa realizada com a comunidade. Dentro desse planejamento seria posteriormente definido um programa educativo com todas as ações pertinentes necessárias à realização do plano comunitário. Este era mais abrangente e incluía também questões de saúde. Por sua vez, o projeto educativo previa todas as ações no campo da educação necessárias à realização do plano traçado. Pretendia-se desse modo reunir a comunidade em torno da escola e transformar a escola no que se chamou de “centro de educação rural”. Essa estratégia foi delineada junto com os técnicos das secretarias de educação e por isso apresenta variantes em Pernambuco e no Ceará, por exemplo, conforme as características de cada Estado e os problemas neles levantados.

O IICA celebrou convênios principalmente com os seguintes estados: Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí e Rio de Janeiro. Em outros, como Bahia e Rio Grande do Norte, foram empreendidas ações menores, tais como a discussão da problemática da educação rural e a sugestão de linhas estratégicas então aplicadas em outros estados. Todavia, não se chegou a um trabalho continuado do IICA, mas, sim, a ações mais pontuais.

Para o grupo de estados referidos em primeiro lugar, foi contratado um especialista internacional que trabalhou, em alguns casos, com a equipe nacional e, em outros, com o pessoal dos órgãos envolvidos nos programas de desenvolvimento rural em nível de campo, na realização das “pesquisas participativas”, nos planos de ação comunitária e nos projetos educativos. Isso resultou

numa série de experiências sistematizadas em nível de campo que constituíram um pré-resultado. Há publicações sobre as experiências levadas a efeito no Ceará, Espírito Santo, Pernambuco e Piauí.

Num segundo nível, esse mesmo trabalho de campo, o contato com o pessoal das secretarias e a análise da inserção do trabalho de campo nas estruturas desses órgãos estaduais levaram a uma série de propostas, por parte da equipe mista de cooperação entre o pessoal das secretarias e do IICA, no sentido da modificação de tais estruturas. Em Manaus, por exemplo, a equipe de trabalho recomendou a criação do Instituto de Educação Rural do Amazonas (IERAM), que começou a funcionar dependendo em parte das secretarias da Educação e do Desenvolvimento.

Outro exemplo é o do assessoramento que foi dado às pesquisas de base necessárias para modificar alguns aspectos da educação no nível rural e à elaboração de programas de capacitação para professores, no nível das secretarias de educação como um todo. Esse trabalho foi feito principalmente junto às secretarias estaduais. Mas como os recursos tinham o aval do MEC e procediam de empréstimos internacionais ou da cota do salário-educação, esse Ministério participava da definição dos programas. Posteriormente, quando foi assinado um convênio no âmbito do MEC, prevaleceu a idéia de prosseguir com esse apoio aos estados, porém de uma forma mais coordenada em nível de Brasília.

Nessa altura despontou – não sei se para agravar as coisas – uma ideologia nova dentro do setor técnico educacional brasileiro, no sentido de que a educação rural não devia diferenciar-se em nada da educação urbana. Em consequência, passou-se a dar menos importância ao conteúdo dos programas de educação rural, limitando-se a ênfase a incidir nos recursos financeiros para a construção de escolas, a capacitação de professores, etc., porém uma capacitação que não levava em conta a especificidade da área rural. Isso tirou um pouco o IICA do campo da educação rural. Acredito que o IICA sustenta a opinião de que há uma especificidade na educação rural, o que não quer dizer que esta seja menos importante ou inferior, mas, sim, que é preciso respeitar

as particularidades do meio, do contexto em que a educação se insere. Acredito que esse critério continua válido.

Educação e Capacitação

Na área da capacitação, o Brasil defronta a necessidade de formar técnicos que tracem, executem, acompanhem e avaliem os projetos de desenvolvimento rural em nível de campo. As falhas maiores ocorrem nesse nível. Não se trata de elaborar programas de desenvolvimento para vários estados, mas de fazer um projeto de desenvolvimento de âmbito local que seja viável, economicamente financiável, bem estruturado e conte com a participação dos próprios agricultores.

É difícil encontrar gente que compreenda essas coisas. O Brasil sabe que se trata de uma área muito difícil e por isso procura nela empreender ações diversificadas. Por exemplo, na questão da reforma agrária, para programar a produção nos assentamentos; nos programas de outras entidades de apoio financeiro aos produtores, como o BNDES; nos projetos de irrigação – o programa São Vicente. Nessa linha o IICA colaborou com o Ceará e a Bahia na capacitação de técnicos em serviço, formulando e acompanhando projetos associativos de produção.

Convém caracterizar com clareza a proposta do IICA. Ela está voltada sobretudo para a elaboração de projetos globais com a participação comunitária e para os processos de formulação, gestão e avaliação dos projetos. Isso difere daquela outra atividade que, para distinguir da capacitação, eu chamaria de “treinamento ou adestramento”, e que consiste em desenvolver habilidades específicas, tais como manejar um trator ou um sistema de irrigação, aprender um tipo de cultivo ou como vacinar o gado, o que implica adquirir habilidades e destrezas relativamente simples. Esse treinamento, que pode ser dividido em fases, utiliza muito a psicologia condutista da aprendizagem.

Eu não quero dizer que esse trabalho não deva ser feito; penso que ele também é importante. O IICA fez muito na área de treinamento e todos os projetos incluem esse tipo de atividade. O Instituto tem dado a sua colaboração, quer diretamente quer fazendo parte de equipes nacionais, como no caso, por exemplo, da que trabalhou com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem

Rural) na elaboração de instruções sobre como manejar uma bomba e como limpar um canal. Há, inclusive, uma série do SENAR na área do PROVARZEAS preparada com a colaboração da equipe internacional do IICA que trabalhava nesse Programa.

O Professor Jacobo Waiselfisz, argentino, descreve os trabalhos de cooperação do IICA com o Ministério da Educação, na formulação de políticas educacionais.

A Cooperação do IICA com o Ministério da Educação em Políticas de Educação Básica

Na década de 80, o IICA teve oportunidade de cooperar com as secretarias de educação de vários estados do Brasil, tais como Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo, o que demonstra que, na qualidade de instituição internacional, o Instituto se preocupou com a educação básica do meio rural brasileiro. Chegou, inclusive, a publicar vários livros contendo resultados das experiências levadas a efeito pelas secretarias de educação com a sua cooperação.

Isso explica o interesse do Ministério da Educação (MEC) em contar com a cooperação do Instituto nessa área, aumentado pelo fato de que o MEC na época estava iniciando dois grandes programas: o **Munhangara**, sobre educação básica nas regiões Norte e Centro do país, e um novo convênio para o Nordeste articulado como parte do "Nordestão".

A estratégia de cooperação com o MEC seguiu de certo modo a do "Nordestão". Para entendê-la é necessário lembrar as funções distintas desempenhadas pelo MEC e pelas secretarias de educação estaduais e municipais: as últimas são órgãos executores enquanto o Ministério é um organismo formulador de políticas.

Isso significou uma mudança na qualidade das estratégias de cooperação. Enquanto na primeira etapa o IICA devia cooperar concretamente na melhoria da educação rural, capacitando técnicos, melhorando currículos, etc., na segunda etapa com o MEC a cooperação devia centrar-se na ajuda à formulação de políticas. Se isso, por um lado, separou o IICA de uma atuação concreta no campo, por outro, o aproximou mais da capacidade de incidir nas

políticas nacionais, fato que possui vantagens e desvantagens. Uma desvantagem é que, numa função de fomento, o beneficiário pode ou não assumir o que é objeto do fomento.

Recapitulando a estratégia de cooperação técnica adotada no Projeto Nordeste, na primeira fase a ênfase era estritamente rural: o Banco Mundial queria promover uma espécie de continuação do antigo EDURRURAL. No período 1985-1986 entrou o BID, e se estabeleceu uma divisão de tarefas entre os dois bancos: enquanto o Banco Mundial se encarregava do apoio à educação nas áreas rurais, o BID fazia o mesmo nas áreas urbanas. Como o "Nordestão" era um projeto único, com parcelas diferentes de financiamento, o IICA começou então a trabalhar na educação em geral, embora dispensando especial atenção à área rural, pois se tratava de políticas integrais para o campo da educação, ainda que para o IICA uma das áreas – a educação rural – fosse mais importante. Em 1987, como o BID se encontrava sem recursos, o Banco Mundial assumiu toda a área, isto é, o segmento rural e o urbano. Era um projeto de grande alento, com políticas formuladas para um horizonte de 15 anos, fato que em educação não é comum na América Latina, a ponto de o único exemplo na época ser o programa peruano de Velasco Alvarado.

A primeira tarefa do IICA foi, portanto, ajudar na formulação de estratégias para políticas de longo prazo. O IICA trabalhou de maneira participativa com os estados do Nordeste. Foi criado um comitê político do Projeto Nordeste, constituído pelos nove secretários de educação, por representantes das secretarias municipais, junto com a SUDENE, e por um comitê técnico formado pelos chefes de planejamento das secretarias estaduais. Em conjunto formulou-se a diretriz para as estratégias de 15 anos, que depois se derivariam nos planos quinquenais. Estes, por sua vez, teriam que se derivar em planos anuais, com metas de 15 anos. Chegou-se até à fase de elaboração de planos anuais, mas as costumeiras mudanças na administração do MEC – nos últimos cinco anos houve quatro ministros da educação com pontos de vista diferentes – fizeram com que o projeto tivesse seus altos e baixos. Daí que, em fins de 1988, a estratégia do governo em relação a empréstimos internacionais deu mais ênfase à área produtiva do que à área social. De fato, a Operação Desmonte, do Ministério da Fazenda,

afetou seriamente o Projeto Nordeste, pois era intenção do Ministério que a dívida decorrente do empréstimo que financiava esse projeto fosse assumida pelos estados, apesar de não terem eles capacidade de endividamento. Desde o início de 1989 a negociação do setor educacional do Projeto Nordeste com o Banco Mundial se encontra praticamente parada.

Avaliação da Educação

Outra área em que o IICA participou foi a da formulação de uma proposta de avaliação, exigida pelo Banco Mundial, dos programas e projetos por ele financiados. No momento em que a negociação se interrompeu, as autoridades solicitaram ao IICA que reestudasse a proposta de avaliação já feita para o Projeto Nordeste, a fim de estendê-la a todo o país. O que se pretendia não era avaliar determinado programa, mas, sim, as políticas educacionais e a melhoria produzida, qualquer que fosse o programa.

Em 1988 foi feito um estudo-piloto em dois estados, Rio Grande do Norte e Paraná, sobre a sistemática e os instrumentos de avaliação da educação pública, e em 1989 o MEC assumiu a extensão em nível nacional da avaliação da educação básica. Esta é uma das áreas em que o IICA está cooperando com o MEC, ou seja, a implantação do sistema nacional de avaliação do ensino público de primeiro grau rural e urbano. A avaliação compreende desde o sistema de gestão educacional no estado, passando pela gestão educacional na escola, a competência do professor e o custo implícito na educação do aluno (o custo do aluno rural é a quarta parte do custo do aluno urbano). Seus propósitos são os seguintes:

Primeiro, que os estados assumam a avaliação como fonte de dados e subsídios para a reflexão sobre a própria atividade da secretaria de educação. Nesse sentido, estão sendo formadas equipes estaduais de avaliação.

Segundo, que se crie uma estratégia permanente de avaliação do que está sendo feito, para não se continuar a cometer antigos erros.

Educação e Desenvolvimento Rural

Outra área em que estamos começando a trabalhar com o MEC surgiu como produto de uma discussão interna do IICA sobre

a sua atuação no país na área da educação. O Instituto, no que concerne à educação básica, tem trabalhado de forma isolada do contexto econômico e social das respectivas regiões. Muitos dos seus projetos com as secretarias estavam confinados ao campo educacional. Percebeu-se então a necessidade de considerar a atuação do IICA em termos de **desenvolvimento rural**, em que cada setor pode dar a sua contribuição específica, sempre e quando o desenvolvimento for visto como um processo integral. O que se propõe é a integração diretamente no campo e não apenas no planejamento.

Estamos começando a desenvolver com o MEC um projeto intitulado **Desenvolvimento Educacional em Áreas Irrigadas** cuja base é definida a seguir. O IICA acumulou uma grande experiência de trabalho em áreas irrigadas. Praticamente 80% dos convênios do IICA no Brasil dizem respeito à área da irrigação, com esta característica: a irrigação é assunto dos irrigantes. No IICA concluiu-se que, sendo a irrigação um problema de desenvolvimento, deve estar associada a uma estratégia de desenvolvimento.

No projeto com o MEC procuramos fazer com que o trabalho que o IICA desenvolve em determinada área seja interdisciplinar. Sem negar a competência do engenheiro irrigante, parte-se do ponto de vista de que ninguém pode ser especialista em muitas áreas distintas. Se até agora o IICA tem atuado em compartimentos estanques, é hora de os compartimentos desaparecerem e de o especialista em irrigação trabalhar junto com o comunicador e com o educador, pois a irrigação também é uma tarefa pedagógica: nela se preparam tanto os agricultores como os responsáveis pela capacitação. Todo perímetro irrigado traz, na sua origem, uma proposta de melhoria educacional; em geral uma escolinha é construída como parte do projeto. O que não se enxergava na antiga estratégia é o fato de que no meio rural continua a reproduzir-se o analfabetismo. Nossa proposta consiste em não mais trabalhar em grandes planos de desenvolvimento rural, mas, a partir do que existe, do que o IICA já está fazendo como cooperação técnica, melhorar a qualidade da cooperação, integrando a educação e tudo aquilo que o IICA faz e em que tem experiência acumulada.

A proposta inclui trabalhos, nestas duas áreas básicas:

- 1) A primeira é a da racionalização da estrutura física, retomando-se o modelo modular de Pernambuco ou qualquer outro, mas considerando sobretudo o professor isolado como parte de uma **rede de relações pedagógicas**. Em vez de pensar só em termos de uma rede física, fazê-lo também em termos de uma rede de relações pedagógicas: Qual é a função da escola? Apenas escolarizar crianças ou ela também tem outras funções comunitárias, diferentes das da escola urbana que é uma escola especializada quase exclusivamente na função escolar? Pensar basicamente na função da escola e nas redes de relações que têm que ser geradas.
- 2) A segunda área em que estamos trabalhando é a do aumento da competência pedagógica no âmbito da irrigação.

Trabalhamos em três grandes linhas:

- **Melhoria da prática pedagógica do professor rural**, para não produzir e reproduzir o analfabetismo. O professor produz o analfabetismo porque ensina mal e o reproduz porque só chega a 30% ou 40% das crianças.
- **Educação básica de adultos**, não-formal, com prioridade para os pais das crianças. A educação contribui para criar competência no sentido de que o pequeno agricultor seja eventualmente capaz de autogestão. Nesta área também se insere o problema da **mulher rural**, que não participa, em nível igual ao do marido, seja das atividades sociais e culturais da comunidade, seja da gestão do perímetro irrigado. Como isso está produzindo uma ameaça de destruição da família, pensa-se numa estratégia para preservar a família rural que inclua maior e melhor atenção à mulher.
- **Capacitação dos que capacitam**. Muitos dos que trabalham nos perímetros, como os extensionistas, os técnicos e até os administradores, são agentes educacionais. Eles precisam saber comunicar e precisam também saber ensinar.

2. A Capacitação

O fortalecimento das instituições nacionais do setor agrícola é um dos objetivos fundamentais do IICA. Por sua vez, a estratégia básica do fortalecimento institucional sempre foi a capacitação dos dirigentes e técnicos das organizações nacionais. No Brasil, particularmente, a capacitação de pessoal talvez tenha sido a maior contribuição prestada pelo Instituto.

Alguns exemplos:

- Em **Planejamento da Política Agrária**, um contingente numeroso de técnicos brasileiros participou de programas de capacitação em serviço, trabalhando nos projetos ACIIRS e PIIRS (ver o Cap.3), nos quais se familiarizou com os métodos de diagnóstico e de simulação de alternativas de planejamento neles desenvolvidos. Outros técnicos também se inteiraram dos métodos de diagnóstico e planejamento empregados no Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira da Bahia, realizado dentro do Convênio CEPLAC-IICA. Técnicos de órgãos federais e estaduais participaram dos cursos do Programa de Elaboração, Execução e Avaliação de Projetos Agrícolas (Cursos PEPA) oferecidos em diversas oportunidades pelo Convênio SUPLAN-BID-IICA.
- Em **Crédito Rural**, vários técnicos brasileiros participaram dos cursos internacionais do Projeto 201, no México, e dos cursos oferecidos pela Unidade de Capacitação do Banco Central, com a assistência do IICA.
- Em **Agricultura Irrigada**, contingentes significativos de técnicos nacionais receberam treinamento no Rio Grande do Sul e em Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Barreiras (BA), Campos (RJ) e outros lugares, como parte dos programas desenvolvidos pelo Ministério do Interior e por outras instituições, com a cooperação do IICA.
- Em **Educação Agrícola Superior**, aproximadamente 500 professores aperfeiçoaram seus métodos

didáticos nos 20 cursos sobre metodologia do ensino superior oferecidos pelo Convênio ABEAS-IICA. Outros estudaram a aplicação da pesquisa de sistemas nos cursos oferecidos nas escolas pelo Contrato EMBRAPA-IICA.

- Em **Pesquisa Agropecuária**, através do Contrato EMBRAPA-IICA, mais de 3.000 pesquisadores brasileiros fizeram estudos de mestrado e doutorado nas melhores universidades nacionais e estrangeiras. Por sua vez, numerosos pesquisadores assimilaram novas idéias e técnicas trabalhando junto com os especialistas de nível internacional trazidos ao Brasil pelo Contrato. Também na CEPLAC a capacitação foi intensa, tanto em cursos formais como na aprendizagem em serviço.
- Em **Comunicação Rural**, dezenas de comunicadores do Sistema ABCAR - hoje EMBRATER - e do Ministério da Agricultura e suas delegacias aprenderam a planejar estratégias e a produzir mensagens e material de comunicação adequados às condições dos agricultores, através da cooperação entre o Ministério e o IICA. Por sua vez, o IICA colaborou com a Universidade de Brasília na implantação de um curso de pós-graduação em Comunicação para o Desenvolvimento, o qual formou comunicadores estrategistas que se incorporaram aos quadros das instituições do setor agrícola.

Estes são alguns exemplos do amplo esforço de capacitação feito pelas instituições brasileiras com a colaboração do IICA.

3. A Comunicação Rural

Nas décadas de 50 e 60, o IICA desenvolveu, graças em parte ao seu contrato de serviços com o Ponto IV, atividades pioneiras no campo da informação agrícola, mais tarde chamada comunicação rural. Além de oferecer um curso básico de informação no Centro de Ensino e Pesquisa (CEI) em Turrialba, no qual participaram vários brasileiros (ver Anexo II), o IICA fez a

adaptação de um curso desenvolvido nos Estados Unidos, conhecido como ADECO – Adestramento de Extensionistas em Comunicação. Ao primeiro ADECO, oferecido em 1960 na Costa Rica, assistiram cinco brasileiros que, após retornarem ao país, se dedicaram a disseminar os ensinamentos do curso em todo o Sistema Brasileiro de Extensão Rural.

Neste capítulo figuram as opiniões de Moacyr Pereira Lima, ex-Coordenador de Comunicação da EMBRATER, um dos participantes do curso ADECO, sobre a influência que o IICA exerceu no desenvolvimento da comunicação rural e da extensão rural no Brasil.

O IICA, a Comunicação e a Extensão Rural no Brasil

Podemos inicialmente lembrar os idos de 1957-1958, quando a extensão rural começava a tomar corpo no Brasil, e esse corpo ensejou a criação de um órgão para estruturar, no âmbito nacional, a extensão rural brasileira. Isso importava em crescimento para o sistema de extensão rural no país, crescimento esse que requeria ordenamento. Se antes a atuação desse sistema estava circunscrita a um ou outro estado, naquele momento era necessário que, através de um órgão nacional, se traçassem algumas diretrizes gerais para assegurar uma conduta homogênea no país todo. Sob esse aspecto, um dos primeiros pontos que se destacavam era a falta de profissionais capazes de desenvolver um bom trabalho de capacitação de técnicos em extensão rural.

Isso deve ter ocorrido por volta de 1957. Com a ajuda de missões internacionais, principalmente da Missão Rockefeller, comprovou-se esta necessidade primordial: formar pelo menos em nível nacional, na estrutura nacional, um corpo de profissionais capazes de difundir conceitos e procedimentos extensionistas que fossem daí por diante estruturados para todo o país.

Já em 1959, como resultado dos esforços das consultorias internacionais, torna-se tangível, pelo menos na minha vida profissional, a presença do IICA, oferecendo não só ao Brasil como à América Latina – pois então o mesmo problema já fora sentido em todo o hemisfério – a capacitação de treinadores em comunicação.

Eu fui um dos que tiveram a sorte de serem selecionados para o **Curso de Adestramento de Extensionistas em Comunicação (ADECO)** oferecido pelo IICA em São José, na Universidade da Costa Rica, em 1960.

Esse curso, para mim, foi o alicerce de toda uma influência pedagógica extensionista no Brasil. Por quê? Porque no ADECO, que tratava do ensino da comunicação, todo o enfoque incidia sobre o processo extensionista de trabalho. Já o segundo objetivo era a capacitação de profissionais que retornariam a seus países e nela formariam treinadores para a comunicação. Isso significava que, pela via da comunicação, profissionais influiriam decisivamente, daí por diante, no processo pedagógico da extensão rural brasileira. Via comunicação porque a formação do grupo responsável pelo Curso ADECO conferia aos que nele participavam uma base forte para o trabalho em comunicação orientado para o processo extensionista. Então, isso permitiu que o embrião de quatro ou cinco pessoas que o Brasil enviara ao Curso ADECO retornasse ao país e criasse outros cursos que vieram a formar treinadores naquela mesma estrutura de capacitação. Missões posteriores vieram ao país, inclusive do IICA, não só para nos assessorar no trabalho de formação de professores no nível interno, mas também no nível de estados como Pernambuco e Minas Gerais, por exemplo.

Os cursos internos, a partir daquele grupo pioneiro formado no Curso ADECO em São José da Costa Rica, foram, pois, para mim a base de influência de todo o processo extensionista no país. Os comunicadores formados pelo IICA não eram comunicadores cientistas; eram comunicadores voltados para o processo extensionista, fato que influenciou em todo o Sistema Brasileiro de Extensão até a saída do IICA dessa área.

Aquele grupo pioneiro, entretanto, não ficou só na formação de comunicadores para trabalharem em extensão. Eu me lembro de que eu mesmo coordenei alguns cursos que tiveram a contribuição de profissionais do IICA em certas matérias, na formação de extensionistas. Tivemos oportunidade de recrutar colegas dos estados e de mandá-los fazer estágios com bolsas de estudo patrocinadas pelo IICA. Estas permitiam viagens aos Estados Unidos e visitas a outros programas de extensão. Então, não foi

apenas uma influência através do treinamento formal em sala de aula. O IICA também permitiu que visitássemos programas de extensão e tivéssemos oportunidade de analisar especificamente a área da comunicação.

Esses profissionais brasileiros, entretanto, não ficaram restritos à área da comunicação. A influência do IICA foi mais longe; eu mesmo participei disso. Organizamos cursos de comunicação em extensão específicos para profissionais da área de liderança, ou seja, dirigentes e supervisores do Sistema, que naquela época já abrangia uns oito ou nove estados da Federação. Esses dirigentes passaram por cursos de atualização que serviram para aprofundar seus conhecimentos nas ciências sociais e na comunicação.

Aí a posição se inverteu: tínhamos os técnicos do Centro de Ensino e Pesquisa (CEI) de Turrialba em maior número – três ou quatro – dando as aulas, e nós – um ou dois – do Brasil complementando-os, já numa função substitutiva. Isso aconteceu na nossa extensão rural porque nós fomos formando treinadores que eram ao mesmo tempo comunicadores e extensionistas.

Eventualmente, no ano de 1972, o movimento de comunicação rural alcançou o nível universitário, com um programa de mestrado iniciado pela Universidade de Brasília, em parte como subproduto do Primeiro Congresso Brasileiro de Informação Rural (COBIR) realizado nessa universidade também com a cooperação do IICA. Participei das discussões iniciais para a criação desse curso na Universidade de Brasília, que pretendia formar comunicadores voltados para o meio rural, isto é, profissionais especializados em pedagogia para atuarem junto ao produtor rural, os chamados “comunicadores estrategistas”. Eu me lembro de que na época se dizia que o comunicador é o “engenheiro social das mudanças”, frase que usávamos até nos panfletos de promoção. E foi com esse enfoque que se procurou criar, na Universidade de Brasília, um curso de pós-graduação nessa área específica, com a colaboração do IICA.

Agora, se me perguntarem onde se encontra esse movimento, eu responderei que, a partir dele, se tem hoje no Brasil uma massa crítica de comunicadores formada cientificamente e que, salvo raríssimas exceções, recebeu a influência dos grupos do IICA,

tanto da Sede, Costa Rica, como do Brasil. A comunicação no Brasil, no meu entender, desenvolveu sua organicidade, sua estrutura científica, pedagógica, tendo por base todo esse movimento iniciado no IICA. Por que afirmo isso? Porque o IICA organizou esse esforço e procurou dar-lhe uma orientação no sentido de criar profissionais.

Eu penso que esse foi o grande trabalho realizado pelo IICA em benefício da América Latina. Eu já falo agora em termos de América Latina porque conheço vários companheiros de outros países que tiveram esse mesmo tipo de formação a partir do Curso ADECO de São José. Hoje vejo muitos deles se aposentando, porém deixando seguidores, pois formaram gente também nos seus países. Tivemos oportunidade de participar de cursos internacionais patrocinados pelo IICA, mas aí já o nosso pessoal substituindo os profissionais vindos de fora e dando o mesmo enfoque de capacitação, no Uruguai, Argentina, Chile e outros países.

Se há um fato positivo a registrar é o de que fomos bem formados, porque fomos fiéis ao compromisso com a capacitação, desenvolvendo um bom trabalho nessa área, a ponto de o Brasil ser um dos países da América Latina de maior consistência em matéria de comunicação rural voltada para a extensão agrícola. Talvez o maior acervo de profissionais latino-americanos nessa área se encontre no Brasil; são muitos os convites que recebemos para dar cursos internacionais em outros países.

A profunda frustração que eu sinto está, porém, no fato de que esse grande trabalho foi abandonado pelo IICA. E foi abandonado inclusive em países que não contavam ainda com uma estrutura bastante forte, que não tinham capacidade ou meios de levar avante um programa de formação continuada de profissionais de comunicação na área da extensão. Lamentavelmente, esse trabalho deixou de existir em países onde ele ainda não estava consolidado. Se no Brasil a consolidação foi mais rápida, tudo bem. Mas em outros países que eu conheço foi fácil suprimir ou suplantando essas estruturas incipientes por outros tipos de organização e de propostas pedagógicas, levando-os a uma confusão muito grande, a ponto de eles hoje defrontarem enorme dificuldade para soerguer a sua agricultura. Isso ocorre, a meu ver,

porque lhes falta a base da chamada comunicação para o desenvolvimento da agricultura.

Esta foi a minha grande frustração: quando eu quis voltar ao IICA para dar continuidade à minha formação, para aprofundar mais os meus conhecimentos, já não encontrei aquela estrutura para me apoiar ao longo da minha vida profissional.

Na década de 70 o IICA também teve oportunidade de assessorar, durante um ano, o Serviço de Comunicação Rural da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATT), da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, em Campinas. No Estado do Paraná, o IICA participou da montagem do Sistema Integrado de Comunicação Rural, da Secretaria de Agricultura, uma experiência pioneira em que sete empresas públicas e autarquias vinculadas à Secretaria de Agricultura desenvolveram de modo cooperativo e integrado suas estratégias de comunicação.

4. A Informação e a Documentação

Desde os seus primeiros anos de existência, em Turrialba, o Instituto entendeu como função própria de um organismo regional a promoção do intercâmbio de idéias e experiências entre os profissionais agrícolas do continente. Conseqüentemente, em 1967 lançou o **Programa Interamericano para o Desenvolvimento das Bibliotecas Agrícolas (PIDBA)**, que atuou como agente coordenador dos programas de melhoramento de bibliotecas e centros de documentação desenvolvidos pelo Centro de Ensino e Pesquisa (CEI), de Turrialba, pelo Centro Interamericano de Reforma Agrária (CIRA), de Bogotá, e pelas três Direções Regionais do Instituto.

Como parte do PIDBA, o Escritório do IICA no Brasil contou no seu quadro de pessoal com uma especialista em bibliotecologia, a Dra. Julia Inés Rodríguez, uruguaia, que, colaborando com a Associação Brasileira de Bibliotecários Agrícolas, ajudou a capacitar um número grande de profissionais das instituições nacionais de pesquisa agrícola e de ensino agrícola superior. Além disso, mediante convênio com a Universidade Federal de Viçosa, o IICA colocou na direção da biblioteca dessa Universidade o Dr. José Rafael Ortiz, colombiano, durante três anos, a fim de intensificar o apoio às bibliotecas de todo o país.

A influência formadora do IICA ampliou-se ainda mais com a criação do **Centro Interamericano de Documentação e Informação Agrícola (CIDIA)**, em 1972. No Brasil, o CIDIA colaborou com a Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI), posteriormente Centro Nacional de Informação Documental Agrícola (CENAGRI), no desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola (SNIDA). Incluímos a seguir uma análise da experiência brasileira na área da informação e da documentação – que contou com a cooperação do IICA – feita pelo Dr. Plácido Curvo, Diretor do CENAGRI.

O IICA e a Informação e Documentação Agrícola Brasileira

O Problema

A dispersão dos documentos técnicos e científicos concernentes à agricultura, produzidos no país por milhares de instituições nas áreas de ensino, pesquisa e extensão rural, se constituía em relevante fator de retardamento da própria geração e disseminação dos novos conhecimentos necessários ao desenvolvimento rural.

As informações agrícolas pulverizadas no acervo de um grande número de bibliotecas espalhadas por um país de dimensões continentais, sem um registro sistemático em memória no nível nacional, faziam com que a busca e localização da literatura sobre um assunto específico se tornasse uma tarefa árdua, senão impossível, para os estudiosos da matéria. Também a falta de um acervo central depositário da documentação nacional, de forma a garantir a preservação da mesma, contribuía para que muitos trabalhos importantes se deteriorassem e se perdessem, com sérios prejuízos para a cultura agrícola do país.

A Iniciativa do Ministério da Agricultura

A consciência desses problemas levou o Ministério da Agricultura a tomar a iniciativa de desenvolver no país um moderno sistema de informação e documentação agrícola que pudesse, com a utilização de técnicas avançadas de informática, teleprocessamento e microfilmagem, registrar em computador e

microfilmar os documentos agrícolas produzidos no país, para garantir a preservação e ampliar a utilização da memória agrícola nacional. Com esse propósito foi criada a Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI, em 1978, como um órgão ligado à Secretaria Geral do Ministério da Agricultura. Em 1982, o nome do órgão foi mudado para **Centro Nacional de Informação Documental Agrícola – CENAGRI**, sem que se alterasse, no entanto, o seu papel de líder do **Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola – SNIDA**.

O SNIDA é formado por bases de dados em computador e pelo acervo nacional de microfichas, sendo alimentado e utilizado pelas instituições geradoras de documentos de interesse para a área agrícola em todo o país.

Além do CENAGRI, que se constitui na unidade central de coordenação e processamento da informação, representações estaduais denominadas **Bibliotecas Estaduais de Agricultura – BEAGRIs**, em alguns estados, e **Centros Estaduais de Informação Documental Agrícola – CEAGRIs**, em outros, ao lado dos órgãos cooperantes (alimentadores/usuários) através de suas bibliotecas, compõem a rede institucional em que o sistema atua.

As atividades de implantação do SNIDA tiveram início em 1975 sob a administração da EMBRATER, antes da criação da BINAGRI. Como se tratava de um projeto de vanguarda na área da documentação, envolvendo a utilização de modernas e requintadas tecnologias, o Ministério da Agricultura teve que buscar o apoio de organismos internacionais para a sua implantação e consolidação, dentre os quais se destacaram a FAO, o PNUD, o IDRC do Canadá e o IICA.

Contribuição do IICA

No que concerne ao IICA, foi celebrado um termo de ajuste com o Ministério da Agricultura, em 1978, para cooperação técnica na implantação da BINAGRI, com vistas ao desenvolvimento e fortalecimento de suas atividades.

Como fruto desse termo de ajuste que vigorou até 1986, a BINAGRI-CENAGRI pôde realizar reuniões técnicas para a capacitação de pessoal e o planejamento das ações do SNIDA a serem desenvolvidas pelas unidades centrais e estaduais. Também

foi possível contratar consultores e instrutores de alto gabarito, bem como facilitar a aquisição de documentos importantes no exterior e o intercâmbio interbibliotecário de cópias de documentos em nível internacional.

Essa cooperação técnica e agilidade na liberação e aplicação dos recursos destinados ao termo de ajuste, propiciados pelo IICA, foram fatores que influíram de forma muito positiva no desenvolvimento do SNIDA, um sistema que, apesar de todos os entraves e restrições na área financeira e de recursos humanos enfrentados pelos órgãos públicos, especialmente os de administração direta, já dispõe de bases de dados em computador com mais de 160.000 registros em nível nacional e mais de três milhões de registros em nível internacional. Possui inclusive a tecnologia da recuperação da informação por meio de disco a laser (CD-ROM) e já se encontra prestes a operar através da rede de teleprocessamento RENPAC, tanto na busca como no fornecimento de dados para o usuário. Além disso, o acervo do CENAGRI já conta com mais de 200.000 documentos microfilmados e uma coleção de sete mil periódicos e quatro mil obras raras.

A cooperação técnica do IICA, que vinha prestando importante ajuda ao órgão, foi interrompida porque o tópico "informação" deixou de ser um dos programas básicos do Instituto.

Também nessa área, na década de 80, o Instituto apoiou a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), na montagem do Sistema de Informação e Documentação da Pesca, mediante o qual foi criado um banco de dados sobre pesca.

Vários consultores contratados pelo IICA assessoraram tanto o CENAGRI como a SUDEPE, cujos convênios eram administrados por Marília Alvarez, do Escritório no Brasil.

Publicações e Textos Didáticos

Outro canal utilizado pelo IICA para difundir idéias e técnicas no Brasil consta das suas séries de publicações e de textos didáticos. As publicações são de vários tipos:

- **Boletins informativos periódicos**, como o boletim NOTÍCIAS IICA publicado pela Sede Central e pelo Escritório no Brasil, respectivamente, e distribuído a autoridades, professores e técnicos do país;

- **Relatórios diversos**, entre os quais o Relatório Anual do IICA, bem como os de estudos e diagnósticos realizados;
- **Publicações técnicas**: trabalhos elaborados pelos técnicos do IICA para seus colegas na respectiva especialidade, principalmente sobre resultados de experiências da cooperação técnica;
- **Livros técnico-didáticos**: desde o ano de 1960 o IICA mantém, com a colaboração da Fundação Kellogg, a **Série de Livros e Materiais Educativos**, atualmente com mais de 50 títulos publicados, que tem permitido aos autores de obras científicas e técnicas prepararem manuscritos publicáveis sobre os diferentes temas das ciências agrárias. Esses livros são vendidos nos escritórios do IICA nos Estados membros. Muitos deles são utilizados nas instituições brasileiras de ensino agrícola superior.

O Escritório do IICA no Brasil tem editado publicações em português sobre educação rural, transferência de tecnologia, organização de pequenos produtores, família e mulher rural, irrigação, pesquisa agropecuária e saúde animal.

Em resumo, tem sido enorme o trabalho de difusão e intercâmbio de idéias, conhecimentos, técnicas e materiais levado a cabo pelo IICA na América Latina em geral, e no Brasil em particular, sempre como produto de suas atividades de cooperação com as instituições nacionais ou em apoio aos esforços por elas envidados.

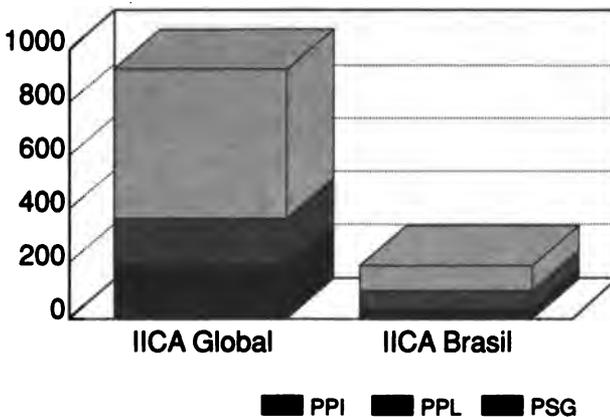
Capítulo 9

O IICA NO BRASIL, HOJE

A comemoração dos 25 anos de cooperação técnica com o Brasil encontra o IICA trabalhando em perfeita integração de esforços com várias instituições nacionais, em projetos altamente prioritários e de caráter inovador. Nesse período, o Escritório do IICA no Brasil converteu-se no mais importante dos 31 estabelecidos na região latino-americana e caribenha. Esta afirmação é válida tanto em termos de recursos humanos como de recursos financeiros.

Mensurado do ponto de vista dos recursos humanos, o Escritório no Brasil tem hoje cerca de 200 funcionários. Aproximadamente 50 são técnicos internacionais, 70 técnicos nacionais, e os restantes pertencem à categoria de serviços gerais. Isto significa que 20% do total de funcionários que desenvolvem tarefas no IICA em seu conjunto se concentram no Brasil (quadro 1).

Quadro 1 – Total de Recursos Humanos



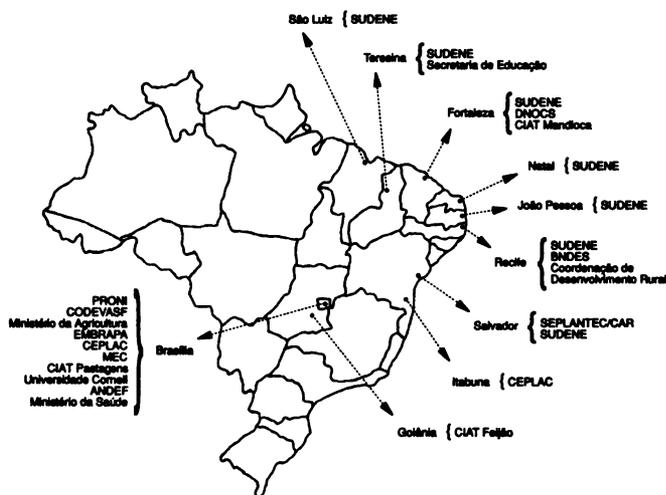
Em termos de recursos financeiros, em 1989 este Escritório maneja perto de 10 milhões de dólares, o que equivale a 27% do orçamento total do Instituto (quadro 2).

Quadro 2 – Recursos Financeiros 1989

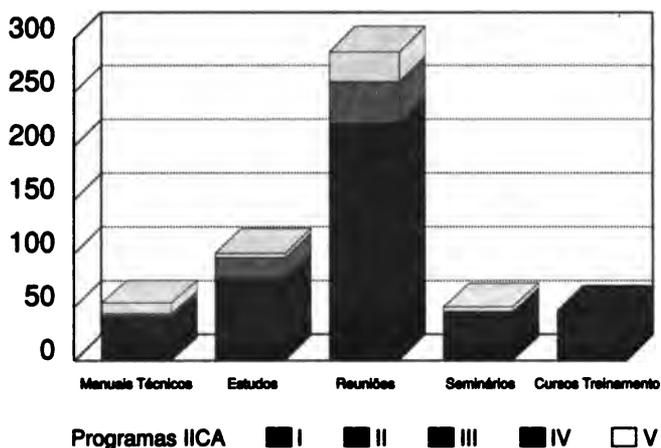


Mediante um processo de concertação com as instituições nacionais, o Escritório executa no momento 20 convênios de cooperação técnica em diferentes pontos do Brasil (quadro 3). Em 1988 foram realizados cerca de 50 seminários e 300 reuniões técnicas, concluídos aproximadamente 100 estudos e ministrados 48 cursos de treinamento (quadro 4, pág. 163).

Quadro 3 – Localização Geográfica: Convênios/Projetos do IICA no Brasil (1989)



Quadro 4 – Produtos da Cooperação Técnica por Programa do IICA (1988)



O Plano de Médio Prazo 1987-1991 – instrumento por meio do qual a Junta Interamericana de Agricultura determina as grandes linhas da cooperação técnica do Instituto – definiu cinco Programas que concentram os projetos e atividades dessa cooperação. A seguir é feita breve descrição dos principais projetos executados no Brasil no contexto dos Programas.

Programa I – Análise e Planejamento da Política Agrária

O Programa Análise e Planejamento da Política Agrária tem por objetivo colaborar com os países na análise e avaliação de modelos e estratégias alternativas de desenvolvimento agropecuário; contribuir para o melhoramento da capacidade de análise e assessoramento para a definição e execução da política agrária e fortalecer a organização e administração dos sistemas institucionais de planejamento e implementação da política agrária.

O Programa leva em conta que, nas atuais condições econômicas internacionais, a agricultura é um dos elementos-chave do crescimento econômico. Esse papel da agricultura como elemento dinamizador da economia destaca, por sua vez, a

importância das políticas agrárias e a necessidade de analisá-las e ajustá-las ao novo papel que o setor pode desempenhar.

Cooperação Técnica com: Sistema Nacional de Planejamento Agrícola (SNPA), do Ministério da Agricultura

Objetivo: Apoiar a Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola (SUPLAN), do Ministério da Agricultura, na atualização e ampliação da base de conhecimento sobre as características do setor agrícola brasileiro, a fim de promover a aceleração do ritmo de desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente, aumentar o bem-estar social. Colaborar na implantação e manutenção de um sistema de informações gerenciais que confira maior racionalidade ao processo de decisões relativamente à política agrícola nacional e estadual. Apoiar a capacitação de recursos humanos do SNPA de maneira a criar uma massa crítica de pessoas que dominem a filosofia e as técnicas do moderno planejamento agrícola. Mais especificamente, a cooperação consiste no apoio à SUPLAN no desenvolvimento de métodos de análise prospectiva; na reestruturação do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola; na identificação de políticas dirigidas para a organização de pequenos produtores; no planejamento da produção para alimentação humana e nos aspectos nutricionais.

Programa II – Geração e Transferência de Tecnologia

O Programa Geração e Transferência de Tecnologia foi criado para dar resposta a duas questões básicas: o reconhecimento, por parte dos países e da comunidade financeira e técnica internacional, da importância da tecnologia para o desenvolvimento produtivo do setor agropecuário; a convicção generalizada de que o potencial da ciência e da tecnologia só pode ser plenamente utilizado se houver uma infra-estrutura institucional capaz de oferecer respostas técnicas às condições específicas de cada país e um conjunto de políticas que estimulem e facilitem a incorporação de novas tecnologias nos processos de produção.

Nesse contexto, o Programa II terá por meta promover e apoiar as ações dos Estados membros no sentido de melhorar o

traçado de suas políticas tecnológicas, fortalecer a organização e administração de seus sistemas de geração e transferência de tecnologia, e facilitar sua transferência internacional.

Cooperação Técnica com: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no desenvolvimento da pesquisa agropecuária e na difusão tecnológica na Região Centro-Sul do Brasil (PROCENSUL II).

Objetivo: Colaborar na pesquisa agropecuária na Região Centro-Sul mediante apoio de atividades que promovam a mudança tecnológica e propiciem o aumento da produtividade agropecuária de 13 produtos prioritários para o país. Mais especificamente, a cooperação visa ao seguinte:

- Melhoramento diferencial, manejo da água e redução dos custos de produção, buscando desenvolver sistemas de produção sob condições de drenagem e irrigação, com incremento da produtividade média do arroz;
- Determinação das melhores épocas de semeadura e desenvolvimento de práticas de cultivo orientadas para o incremento da produtividade e o aumento da produção de feijão, em rotatividade com trigo e soja;
- Desenvolvimento de sistemas de produção de milho voltados para a economia de insumos, com diminuição dos custos através do melhoramento genético e da redução das perdas pós-colheita;
- Desenvolvimento do Sistema de Apoio à Biotecnologia Agropecuária;
- Apoio à participação brasileira no Programa Cooperativo de Pesquisa Agrícola do Cone Sul (PROCISUR).

Programa III – Organização e Administração para o Desenvolvimento Rural

Seu objetivo é apoiar os Estados membros no fortalecimento da sua capacidade para formular e implementar políticas, sistemas, programas e projetos de desenvolvimento rural. Para tais fins são

ênfatizadas, através da cooperação técnica, as ações destinadas ao seguinte:

- Identificar a problemática da população rural pobre e traçar e executar políticas orientadas para superar a pobreza rural;
- Melhorar o desempenho dos sistemas institucionais vinculados ao desenvolvimento rural e efetivar a prestação integrada de serviços à população;
- Promover e fortalecer organizações de produtores e melhorar sua gestão empresarial.

A hierarquização das áreas de ação deve levar a que os processos de desenvolvimento partam dos interesses e da problemática dos grupos de colonos rurais pobres e favoreçam seu acesso ao desenvolvimento auto-sustentado (propriedade dos meios de produção, capacitação, pesquisa e assistência técnica, comercialização, crédito e infra-estrutura básica). Também, deve ser fomentada a capacidade desses grupos para reduzir ou eliminar sua marginalização, de modo a permitir-lhes assumir com autonomia seus próprios projetos e canalizar o apoio disponível no sentido da sua capacitação técnica e gerencial, bem como do desenvolvimento de atitudes participativas.

Dos cinco programas identificados no Plano de Médio Prazo 1987-1991, o Programa III configura, no contexto do IICA no Brasil, a prioridade mais importante e ao mesmo tempo o maior desafio, ao visar à reversão dos alarmantes indicadores sociais observados principalmente na Região Nordeste do país.

Cooperação Técnica com: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na formulação e execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento rural na Região Nordeste.

Objetivo: Colaborar com a SUDENE e com os órgãos públicos regionais e de cada estado de sua jurisdição – vinculados à execução do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) – no aperfeiçoamento de um sistema de gestão que contribua para que sejam alcançados os objetivos propostos e produzido o desejado impacto.

Desde 1987 o Convênio conta com 11 funcionários

internacionais e 14 nacionais. Além disso, o IICA apóia a SUDENE financiando três técnicos de nível internacional.

As ações levadas a efeito concentram-se em dois aspectos: a cooperação com a estrutura de administração técnica do PAPP e com as áreas de recursos hídricos e de apoio à produção.

São dois os níveis de trabalho: regional, em que a equipe de técnicos do IICA colabora com cada departamento do PAPP, e estadual, em que um especialista em irrigação do Instituto presta assessoramento em cada um dos estados nordestinos.

Cooperação Técnica com: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), na elaboração, implantação, supervisão e avaliação de programas e projetos de desenvolvimento rural no Estado da Bahia.

Objetivo: Fortalecer a capacidade técnica e operacional da CAR na elaboração e implantação de programas e projetos de desenvolvimento rural. Mais especificamente, o objetivo compreende:

- a elaboração e implementação de um sistema de acompanhamento e validação do PAPP, que será extrapolado para outros programas executados pela CAR;
- o aperfeiçoamento de um sistema de identificação e implementação de projetos gerados pelo PAPP;
- a introdução no PAPP do processo de gestão de projetos de irrigação de pequeno e médio porte;
- o desenvolvimento de modelos de irrigação de pequeno porte, com vistas ao uso racional e eficiente do potencial hídrico e de solos existentes;
- a elaboração de metodologias para estudos de viabilidade técnica e econômica de projetos de irrigação;
- a capacitação do pessoal local em técnicas de irrigação;
- a elaboração de metodologias de levantamento e avaliação do potencial de recursos naturais do Estado da Bahia;
- a capacitação do pessoal do Centro de Estatística e

Informação (CEI), da CAR, e de outros organismos, em metodologia e avaliação do potencial de recursos naturais.

Cooperação Técnica com: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em projetos de desenvolvimento rural.

Objetivo: Melhorar a capacidade técnica dos órgãos estaduais de planejamento e reforma agrária e do BNDES na identificação, formulação, avaliação e acompanhamento dos projetos de desenvolvimento rural de pequenos produtores e assentados do Nordeste, financiados pelo Banco.

Cooperação Técnica com: Ministério da Educação (MEC), na definição de políticas e na implementação de estratégias de educação formal e não-formal para as áreas rurais do país.

Objetivo: Cooperar com o Ministério da Educação na formulação e implementação de políticas de educação no país, especialmente nas áreas rurais. Mais especificamente, este objetivo compreende ações como as seguintes:

- o assessoramento técnico das equipes centrais do MEC e estaduais das secretarias de educação nas áreas de planejamento, execução e validação dos projetos EDURRURAL, MUNHANGARA e NORDESTE;
- a capacitação das equipes de coordenação dos programas EDURRURAL, MUNHANGARA e NORDESTE, para melhorar as condições de planejamento, execução e validação dos mesmos;
- o assessoramento técnico dos órgãos vinculados à Secretaria de Educação Básica do MEC, para melhorar seu desempenho em funções específicas, enfatizando os assuntos relacionados com a educação rural.

Cooperação Técnica com: Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), na operação e manutenção de perímetros irrigados.

Objetivo: Melhorar a capacidade técnica e operacional do

DNOCS mediante o estabelecimento de um sistema de operação e manutenção de perímetros irrigados e a elaboração de manuais técnicos e normativos, bem como aumentar a capacidade técnica do pessoal profissional e de nível médio.

Cooperação Técnica com: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), no desenvolvimento da agricultura irrigada.

Objetivo: Fortalecer a capacidade técnica da CODEVASF para promover, implementar e operar os perímetros irrigados, com vistas a uma agricultura irrigada de maior produtividade e menor custo, adotando um manejo técnico e econômico de alto sentido social em que o produtor seja o elemento primordial, via sua auto-superação sócio-econômica, seu próprio desenvolvimento e o desenvolvimento regional e do Vale do Rio São Francisco. Mais especificamente, este objetivo compreende:

- o fortalecimento da unidade central, das direções regionais e dos perímetros irrigados na formulação, validação e supervisão dos projetos de irrigação executados por ação direta ou por contrato;
- o fortalecimento da unidade central na administração e aplicação do sistema de acompanhamento e validação do desenvolvimento técnico e sócio-econômico dos perímetros irrigados;
- o fortalecimento das direções regionais no estabelecimento de normas, na elaboração de manuais de operação e na manutenção e supervisão técnica dos perímetros irrigados;
- o desenvolvimento de sistemas de produção de agricultura irrigada, buscando a otimização dos objetivos econômicos dos agricultores, tendo presentes as restrições de mercado e os recursos produtivos;
- o apoio às ações orientadas para a conservação, tecnicização, modernização e reabilitação dos perímetros irrigados;

- a implementação e coordenação de serviços técnicos e sociais que permitam aumentar a produção e a produtividade, a fim de habilitar os beneficiários diretos a se desenvolverem sócio-economicamente e a assumirem a autogestão dos perímetros irrigados.

Cooperação Técnica com: Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis (PROVARZEAS), do Ministério da Agricultura, em programas de agricultura irrigada.

Objetivo: Incrementar a capacitação técnico-operacional do Ministério da Agricultura para que, junto com outros órgãos e programas federais e estaduais, leve a cabo a formulação, execução e difusão do uso de tecnologia simplificada e de baixo custo para a irrigação em pequena escala, a fim de estabelecer a produção agrícola de alimentos nas várzeas irrigáveis. Mais especificamente, a cooperação se dá nas atividades relacionadas com o desenvolvimento do Programa de Irrigação e Drenagem dirigido para o pequeno e médio produtor.

Cooperação Técnica com: Programa Nacional de Irrigação (PRONI), vinculado ao Ministério da Agricultura.

Objetivo: Fortalecer o sistema institucional do Ministério da Agricultura para a formulação e implementação do Programa Nacional de Irrigação. Mais especificamente, colaborar na definição de estratégias e na execução do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) bem como na elaboração e execução do Programa Nacional de Irrigação para as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Programa IV – Comercialização e Agroindústria

O objetivo do Programa Comercialização e Agroindústria é apoiar os países nos seus esforços no sentido de aumentar a eficiência de seus processos de comercialização e de participar mais efetivamente no comércio internacional bilateral e multilateral de produtos agropecuários em nível regional e mundial.

O Programa atende a dois aspectos importantes da situação atual dos países da América Latina e do Caribe.

O primeiro está associado à complexidade crescente dos sistemas de comercialização e às maiores exigências de processamento que advêm da urbanização elevada. O segundo diz respeito à importância de que se reveste o comércio internacional agropecuário em geral, e o de produtos não-tradicionais em particular, como resposta às necessidades de crescimento que as economias da região defrontam.

Cooperação Técnica com: Ministério da Agricultura, no seu Programa de Agroenergia.

Objetivo: Apoiar as atividades de coordenação, acompanhamento e validação do Programa de Agroenergia e recomendar as tecnologias energéticas viáveis, promovendo ainda o intercâmbio de experiências entre os países latino-americanos. Mais especificamente, promover o incremento racional de tecnologias energéticas na agricultura brasileira e aumentar a oferta de biomassa a outros setores da economia. Prioritariamente, o Programa de Agroenergia se desenvolve nestas quatro linhas de ação:

- dotação de fontes energéticas às propriedades agrícolas;
- mecanização adequada;
- biomassa energética;
- banco de dados em agroenergia.

Programa V – Saúde Animal e Sanidade Vegetal

O propósito do Programa Saúde Animal e Sanidade Vegetal é contribuir para solucionar o problema da incidência de enfermidades e pragas que reduzem a produção e a produtividade agropecuária e limitam a comercialização dos produtos do agro.

Para realizar esse propósito, o Programa desenvolve diferentes ações de cooperação técnica, as quais se agrupam nas seguintes áreas de concentração:

- a) o fortalecimento das estruturas institucionais e operativas dos serviços de saúde animal e sanidade vegetal;
- b) a avaliação das perdas econômicas resultantes das principais enfermidades e pragas de animais e plantas;
- c) o assessoramento aos países para a superação das restrições

- sanitárias que entram o comércio internacional;
- d) o fortalecimento dos sistemas de defesa sanitária e de emergência;
 - e) o estímulo e promoção da participação do setor privado no planejamento e execução de programas e ações no âmbito da saúde animal e da sanidade vegetal.

Dentro desse contexto, o Programa Saúde Animal e Sanidade Vegetal, através de vários projetos e ações de cooperação, tanto em nível nacional como multinacional, colabora de forma direta com os governos do hemisfério americano e procura promover e fortalecer os laços de coordenação e apoio com os diversos organismos e agências financeiras e de cooperação técnica, com vistas a potenciar os recursos disponíveis em benefício dos programas de saúde agropecuária necessários aos países ou neles em execução.

Cooperação Técnica com: Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária (SNAD), do Ministério da Agricultura.

Objetivo: Melhorar a saúde do patrimônio pecuário do Brasil através do incremento quantitativo e qualitativo dos serviços prioritários de saúde animal. Mais especificamente, este objetivo implica a cooperação em atividades que visam a fortalecer o seguinte:

- os programas prioritários de prevenção, controle e erradicação das principais doenças e pragas dos animais;
- o sistema de laboratórios de diagnóstico veterinário para os programas prioritários de saúde animal;
- os serviços de informação e vigilância epidemiológica de saúde animal;
- o sistema de emergência para a prevenção, vigilância e erradicação de doenças exóticas no Brasil.

Cooperação Técnica com: Secretaria de Defesa Vegetal (SDSV), no desenvolvimento do seu Sistema de Manejo Integrado de Problemas Fitossanitários.

Objetivo: Aumentar a capacidade do Ministério da Agricultura para solucionar os problemas fitossanitários que afetam a

produção e comercialização de produtos agrícolas prioritários, através da implantação de sistemas de manejo integrado de problemas fitossanitários.

Ações Realizadas

Como resultado dos esforços conjuntos do IICA e das instituições nacionais no sentido da consecução das metas previstas nos 20 convênios de cooperação técnica, foi possível promover, em 1988, cerca de 300 reuniões técnicas e 50 seminários. Do mesmo modo, foram concluídos 100 estudos e realizados 48 cursos de treinamento.

Capítulo 10

O FUTURO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA DO IICA NO BRASIL

Um quarto de século de presença no país, prestando ininterrupta cooperação técnica no contexto do seu objetivo maior – “promover e apoiar os esforços dos Estados membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural” – dá ao IICA em geral, e ao Escritório no Brasil em particular, uma visão abrangente tanto da evolução do setor agropecuário brasileiro como da própria ação do Instituto nesse processo. Também permite ao IICA, que procura antecipar-se aos acontecimentos futuros, identificar algumas linhas da cooperação que poderá prestar ao Brasil no curto e médio prazo.

Os esforços do IICA no Brasil, ao colaborar com as instituições nacionais em prol do desenvolvimento rural durante seus 25 anos de vida não têm sido em vão, como o evidenciam alguns importantes resultados obtidos. O apoio na criação e fortalecimento de instituições como a CEPLAC e a EMBRAPA ou a assessoria prestada na formulação e execução dos planos nacionais de irrigação são claros exemplos disso.

Todavia, a meta da consolidação de um setor agropecuário moderno e competitivo, sem desigualdades regionais, capaz de alimentar a população do país e de simultânea e ativamente participar no mercado internacional com produtos de reconhecida qualidade e alto valor unitário, está longe de ser atingida.

Em termos produtivos, apesar dos importantes avanços na colheita de grãos registrados durante o período 87-89, o Brasil ainda tem um volume que, mensurado em termos populacionais (0,5 tonelada/habitante), mostra a necessidade de se emvidar um grande esforço adicional para a consecução da almejada auto-suficiência alimentar.

Em nível das regiões que conformam o país, a limitação mais séria se concentra no Nordeste, onde, apesar do enorme

potencial existente, uma agricultura de subsistência espalhada por uma superfície de 150 milhões de hectares obriga a região a importar dois terços dos alimentos que consome.

Em face desses desafios, o IICA está cômico de que as tarefas e responsabilidades para os próximos anos são, senão maiores, pelo menos iguais às até agora assumidas.

Isso tudo leva às seguintes indagações: Quais serão os cenários alternativos para o setor agropecuário no Brasil na década de noventa? Poderá o setor liderar um processo de reativação que permita à Nação como um todo iniciar uma nova etapa de progresso econômico e social? De que modo o IICA deve preparar-se para apoiar a evolução da agricultura brasileira às vésperas do século XXI?

Mesa-redonda

Para responder a esse questionamento, o Escritório do IICA no Brasil convocou, em 4 de setembro de 1989, a Mesa-redonda sobre Situação e Perspectivas da Agricultura Brasileira, que congregou destacadas personalidades do setor nas áreas acadêmica, política e sindical. Como resultado desse encontro foi possível fazer um importante retrospecto do desempenho do setor agrícola nos anos oitenta e, ao mesmo tempo, estabelecer um marco de referência conceptual para a orientação da política setorial na próxima década. As principais conclusões emanadas desse evento são resumidas a seguir:

1. No contexto do ambiente econômico adverso que caracterizou a presente década, a agricultura brasileira registrou significativo crescimento. Não obstante, a simples comparação entre as taxas de crescimento agrícola nos anos 80 e as necessárias para os anos 90, com a retomada do crescimento econômico, indica a existência de um formidável desafio para a agricultura no qual a política agrícola será elemento de importância estratégica. Tal política tem-se concentrado quase inteiramente em instrumentos de curto prazo, como, por exemplo, os preços de garantia e o crédito. Cumpre mobilizar, portanto, instrumentos de médio prazo. Nesse contexto, é bem provável que a consecução de elevados níveis de produção não se efetive sem que o Brasil

- reveja a forma pela qual a agricultura se tem inserido na sua estratégia de desenvolvimento econômico.
2. Para que sobrevenha uma importante mudança na política agrícola, é preciso que sinais econômicos sejam transmitidos aos produtores. É indispensável, portanto, que existam mercados mais livres, e que tal necessidade seja entendida e aceita pela sociedade. Também será necessário acelerar o ritmo do progresso tecnológico na agricultura, o que, por sua vez, exigirá novo impulso na política de recursos humanos do setor. Para completar, será preciso ainda aumentar a área cultivada e até mesmo a sua taxa de crescimento. Neste caso, o grande desafio será a ocupação do Centro-Norte do país, respeitados os aspectos ecológicos regionais. Na mesma linha, os investimentos públicos e privados em infra-estrutura terão um papel decisivo na viabilização do crescimento agrícola.
 3. O aspecto favorável do crescimento verificado em anos recentes, no entanto, não impediu que se reconhecesse que o Nordeste brasileiro está perdendo a oportunidade de engajar-se no processo de modernização. A reversão desse quadro exigirá, entre outras medidas, que os investimentos do Governo Federal sejam canalizados prioritariamente para o Nordeste, uma vez que os problemas de pobreza e equidade do Centro-Sul podem ser solucionados no nível estadual. Esta argumentação é justificada também pelas experiências que atestam a possibilidade de incrementar-se a produtividade agrícola do Nordeste. Além disso, não existe no momento um gargalo tecnológico. Há, porém, necessidade de investimentos para a obtenção de ganhos adicionais sobre a tecnologia transferida de outros países para a região. Por sua vez, a agricultura irrigada no semi-árido nordestino tem demonstrado que é uma alternativa viável para conter o êxodo rural e mudar o panorama sócio-econômico dos pequenos produtores.
 4. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, onde uma agricultura moderna está definitivamente implantada no Brasil, a política agrícola precisa estimular seu crescimento. A agricultura moderna é muito semelhante à indústria, dado que está fortemente vinculada aos mercados de produtos e de

insumos e, principalmente, ao mercado externo. Por essa razão ela é muito afetada pelas políticas macroeconômicas. A instabilidade em matéria de preços, taxas de juros, política comercial e taxas de câmbio a atinge profundamente.

5. A grave crise econômica hoje enfrentada pelo País demanda, com urgência, um profundo ajuste macroeconômico que fatalmente implicará mudanças nas políticas fiscal, monetária e cambial. Este esforço teria alguns componentes indispensáveis, o primeiro dos quais o forte ajuste fiscal centrado exclusivamente no setor público que passaria a condicionar a política agrícola. Nesse ajuste, diante da necessidade de recompor a receita tributária, é provável que o setor agrícola venha a sofrer um aumento da sua carga de impostos. No que respeita aos gastos públicos, dentro do ajuste fiscal haveria redução das transferências com toda sorte de subsídios e recursos orçamentários. Tais cortes afetarão as contas agrícolas, de modo especial o trigo, o crédito rural, as aquisições e empréstimos do Governo Federal, o açúcar e a política de estoques públicos.
6. O segundo componente importante do programa de ajuste seria a implementação de uma política monetária austera. Neste ponto a agricultura será atingida, já que, historicamente, uma das principais fontes de pressão sobre as necessidades de financiamento do Governo tem sido o crédito rural. O terceiro componente da política de ajuste que afeta a agricultura é a política de juros, onde as Aquisições do Governo Federal (AGF) deverão ser preteridas em favor dos empréstimos de comercialização. Finalmente, na área da política comercial deverá prevalecer uma diretriz mais liberalizante, observada a competitividade dos instrumentos de liberalização com os instrumentos de estabilização. O cerne da questão está na administração da taxa de câmbio, pois a estabilização pode implicar a confiança em uma taxa cambial estável e a liberalização pode implicar a desvalorização real do câmbio.
7. A perspectiva de mudança no perfil da produção como consequência de um cenário econômico com melhor distribuição da renda impõe novos desafios aos sistemas de

geração e transferência de tecnologia. Em outras palavras, seria necessário acelerar o ritmo de progresso tecnológico de forma a assegurar uma taxa de crescimento da produtividade em torno de 3,5% na próxima década. Este requisito adquire maior relevância quando se tem presente que uma das formas de conter a ocupação desorganizada da Amazônia brasileira é pelo aumento da produtividade do Centro-Sul, enquanto se buscam sistemas adequados para explorar aquela região. Outro aspecto importante desse desafio diz respeito à necessidade de encontrar fontes que complementem os recursos do Governo destinados ao financiamento das atividades públicas de geração e transferência de tecnologia.

8. No tocante à transferência de tecnologia, sugere-se que as unidades estaduais do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural orientem prioritariamente suas atividades para os pequenos produtores e que as necessidades da agricultura comercial sejam atendidas principalmente por empresas privadas e cooperativas.
9. O ajuste fiscal requerido para a retomada do crescimento econômico implicará a redefinição do papel do Estado e do setor privado na economia. No caso específico do setor agrícola, tal redefinição resultará provavelmente na intensificação da tendência atual de se estabelecerem mercados mais livres para maior atuação na iniciativa privada. Em termos práticos, essa orientação significa também menor participação dos recursos oficiais no financiamento agrícola, custos financeiros mais elevados, maior liberalização dos mercados de exportação e um sistema de preços de intervenção em que os preços mínimos sejam determinados segundo um critério que privilegie os sinais emitidos pelo mercado.
10. A menor participação de recursos oficiais no financiamento do setor decorre de uma política de ajuste dos orçamentos públicos que vem sendo adotada nos últimos tempos. Nestas circunstâncias, espera-se que o setor agrícola possa ser financiado, por empreendimentos associativos privados, como as cooperativas de crédito; por formas de financiamento acordadas entre os produtores e a indústria de insumos, e

entre os produtores e as indústrias processadoras de produtos agrícolas; por acordos diretos entre produtores de porte e agentes financeiros e, ainda, por meio de operações de comercialização em bolsa.

11. O financiamento rural deverá evoluir para modalidades de acordo creditício no âmbito privado, com menor grau de regulamentação das linhas de crédito e, principalmente, das taxas de juros. Para que o processo de privatização do crédito ocorra, faz-se necessária uma política de preços que não só contenha uma forma de garantia contra flutuações abruptas dos preços ao produtor e uma forma de seguro do crédito, mas também a liberação dos mercados agrícolas no sentido de diminuir a interferência do Estado que até agora se tem apresentado sem regras, condições e princípios predefinidos. Finalmente é preciso que sejam abolidas as práticas e políticas de intervenção nos mecanismos de preços.
12. As perspectivas em relação à próxima década não apontam apenas para mercados mais livres. Segundo alguns analistas, o cenário futuro inclui também a redução dos subsídios à agricultura e um novo sistema de tributação que provavelmente elevará a carga tributária enfrentada pelo setor. A esse respeito, as opiniões se dividem. Todavia, conforme foi dito, as medidas mais recentes do Governo apontam na direção oposta daquela desejada pelos produtores rurais. Tal possibilidade, combinada com mercados mais livres, nos quais os custos financeiros serão provavelmente mais altos, torna maior o desafio de aumentar a produtividade agrícola de forma a evitar a perda de competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo.

Linhas de Ação

As reflexões expostas por ocasião da Mesa-redonda evidenciam que a agricultura brasileira atravessou um processo de transição nos anos oitenta, demonstrando um alto grau de resistência à recessão. Tais conclusões indicam a possibilidade de que muito em breve se inicie uma etapa de crescimento auto-sustentado.

Em termos da cooperação técnica, é patente a necessidade

de maior participação do Escritório do IICA no Brasil na análise e no delineamento de políticas agrícolas. Há neste caso um longo caminho a percorrer para que se possa aprofundar o processo de modernização.

A modernização produtiva é condição indispensável para que o agro brasileiro possa incrementar a sua oferta de alimentos, sem aumentar os preços, ampliar a diversificação dos produtos e capitalizar os efeitos multiplicadores inerentes à sua crescente interdependência setorial. Entretanto, a exigência de modernização não deve limitar-se à agricultura como atividade primária; a difusão, a geração e a incorporação de novas tecnologias devem ser processos fundamentais da expansão eficiente da atividade agroindustrial.

Uma agricultura dinâmica e competitiva requer instituições públicas e serviços eficientes com maior capacidade analítica e melhor nível de diálogo com as autoridades responsáveis pela formulação das políticas macroeconômicas. Neste âmbito, será necessário acelerar o processo de descentralização e, ao mesmo tempo, melhorar a articulação entre os setores público e privado.

Um dos grandes desafios que se afiguram é o aprofundamento dos estudos concernentes à modernização da máquina estatal e do papel a ser desempenhado pelas organizações de produtores.

A modernização, contudo, terá que suplantar o mero conceito produtivista e enfatizar a importância da equidade para que os pequenos produtores possam incorporar-se inteiramente no contexto da agricultura comercial. Para tanto será necessário pensar em novas estratégias de desenvolvimento rural que deixem de lado os modelos de assistência paternalista do Estado e coloquem o pequeno produtor como agente fundamental do processo de transformação. As atividades executadas pelas instituições nacionais juntamente com o IICA, no âmbito da agricultura irrigada no Nordeste, tendem a avançar nessa nova estratégia, em que áreas tais como organização de produtores, assistência técnica e comercialização são prioritárias.

Por outro lado, a reativação da agricultura brasileira deve ser acompanhada da inserção dos produtos agroindustriais no mercado internacional. A tal respeito, a evolução da Rodada do

Uruguai do GATT, o fim aparente da guerra fria e as mudanças estruturais na economia mundial permitem antecipar um panorama cautamente otimista para a colocação desses produtos.

As fantásticas transformações que estão acontecendo na Europa Oriental podem ser julgadas, em termos prospectivos, sob dois aspectos diferentes: um positivo, que consiste na maior demanda de produtos agropecuários em consequência da descentralização e da reativação econômica que ocorrerão naquela região, e um aspecto negativo, que será a concentração do apoio financeiro dos países do Primeiro Mundo ao Leste europeu.

Integração

À tarefa do Escritório do IICA no Brasil no âmbito interno da execução dos projetos nacionais é acrescida agora a dimensão multinacional, após a aprovação do Plano de Ação Conjunta para a Reativação Agropecuária na América Latina e no Caribe (PLANALC) na Quinta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, realizada na Costa Rica em outubro de 1989.

O PLANALC não deve ser concebido como um simples estudo, mas como um plano de ação que deve englobar propostas conjuntas de cooperação entre os países da região, nos níveis hemisférico e sub-regional, para fazer frente à crise econômica, à carência de recursos e às mudanças dinâmicas que vêm ocorrendo na economia em nível mundial. Ele implica uma nova estratégia de cooperação, em apoio aos esforços envidados por países como o Brasil no sentido de redefinirem e executarem políticas que permitam a recuperação do progresso econômico e social.

Dentre os programas e projetos hemisféricos de ação conjunta a serem executados no contexto do PLANALC, destaca-se a proposta IICA-BID de apoio aos países na formulação dos programas setoriais agropecuários, tendo em vista não só a reformulação das políticas e das instituições, mas também a elaboração de projetos setoriais de investimento. Igualmente importante é a criação de uma rede para o desenvolvimento e aproveitamento das agrobiotecnologias e o programa de coleta, conservação e aproveitamento de recursos genéticos.

Em nível sub-regional, a Área Sul, formada por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, foi identificada como a área

agroexportadora por excelência do continente. Por conseguinte, dar-se-á ênfase ao fortalecimento dos ministérios da agricultura em atividades de comércio exterior e integração. Outras ações a serem empreendidas dizem respeito à consolidação do Programa Cooperativo de Pesquisa Agrícola do Cone Sul (PROCISUR) e ao apoio aos sistemas de emergência e de quarentena internacional agropecuária nessa sub-região.

Anexo I

Brasileiros que trabalharam no IICA

1) Pessoal Profissional Internacional

Nome	Último Cargo Ocupado
Alvim, Paulo de Tarso (PhD)	Fitofisiólogo
Araújo, José Emílio G. (Dr. Agr.)	Diretor-Geral
Barros, Mario Paes de (M.S.)	Sociólogo Rural
Brandão, Eryl Dias (Economista)	Assessor Programas Internacionais
Cabral, José Irineu (Economista)	Representante no Brasil
Cruz, Levy (PhD)	Sociólogo Rural
Fonseca, Luiz (PhD)	Comunicador
França, Mario Barreto (Economista)	Representante no Suriname
Galvão, Maria José (Biblioteconomista)	Documentalista
Gastal, Edmundo da Fontoura (M.S.)	Diretor do PROCISUR
Jacob, Oto (Economista)	Diretor de Programação
Kozen, Igue (PhD)	Químico de Solos
Malavolta, Eurípedes (PhD)	Representante Programa Pós-Graduação
Minioni, Elisa C. (M.S.)	Esp. em Nutrição
Miragem, João Samuel (Eng ^o Agr ^o)	Economista Agrícola
Pinto, João Bosco (PhD)	Sociólogo Rural
Rangel, Jefferson Firth (M.S.)	Representante EEUU e Canadá
Schlottfeldt, Carlos Socias (PhD)	Decano Escola Graduados
Timm, José Ubirajara C. de S.	Diretor de Relações Externas
Vaz, Jorge Marques (M.S.)	Esp. em Planejamento
Vieira, Pedro Merçon (Eng ^o Agr ^o)	Coordenador Convênio IICA/SUDHEVEA
Wilke, Ruben Noé	Esp. em Comercialização

A Junta Diretora do IICA, depois Junta Interamericana de Agricultura, outorgou o título de Diretor Emérito ao Dr. José Emílio G. Araújo e o de Emérito aos Drs. Carlos Socias Schlottfeldt, Jefferson Firth Rangel, José Irineu Cabral e Paulo de Tarso Alvim.

2) Pessoal Profissional no Escritório do IICA no Brasil

Nome	Cargo
Alho, Cleber José Rodrigues	Esp. em Ecologia
Alvarado, Ruben Urbizagastegui	Esp. em Informação e Documentação
Alvim, Decio Dias	Esp. em Engenharia de Alimentos
Amabile, Renato Fernando	Esp. em Levantamento de Recursos Minerais
Amador, Maria Betânia Moreira	Esp. em Engenharia Florestal
Azevedo, David da Costa	Esp. em Agrometeorologia
Balthazar, Maria Helena Fagundes	Esp. em Comércio Agrícola
Banzani, Guido	Esp. em Solos
Barreto Filho, Deraldo Cunha	Esp. em Produção Agrícola
Barreto Filho, Ricardo Greenhalgh	Assessor Representante
Barreto, Maria Angélica Silva	Esp. em Geologia
Barros, Luciano Cordoval	Esp. em Irrigação e Drenagem
Barros, Raimundo Rands	Esp. em Engenharia Civil
Bastos, Maria Bernadete Santos	Esp. em Sociologia
Batalha, Gilberto Luthemberck	Esp. em Comércio Agrícola
Bergmann, Frederico Wolter	Esp. em Engenharia Química
Berny, Paulo Brisolará	Esp. em Microdestilaria
Bertucci, Luiz Alberto	Esp. em Economia Agrícola
Boaventura, Afonso Rodrigues	Esp. em Levantamento de Recursos Naturais
Bragança, Augusto Franco Malo da Silva	Esp. em Hidrologia
Brandão, Antonio Salazar Pessoa	Esp. em Economia Agrícola
Burle, Marília Lobo	Esp. em Agronomia
Caballero, Secunda Sacramento Urquiaga	Esp. em Fixação de Nitrogênio
Cabezas, Julio Gabriel Horácio Lara	Esp. em Agricultura Irrigada
Calzavara, Batista Benito Gabriel	Esp. em Fruticultura Tropical
Campanhola, Clayton	Esp. em Controle de Pragas

Carmo, Ascânio Francisco Mota

Carneiro, Paulo José Rosa

Carregal, Lúcia Theresa Lessa

Carvalho, Rizelda Regadas

Carvalho, Wilson Mendonça

Cavalcante, Geny de Sá

Chang, Yoon Kil

Coelho, Erminia Altomari

Costa, Armando Duarte

Costa, João Emanuel Rego

Costa, Jonas Machado da

Costa, Judas Tadeu de Medeiros

Costalonga, Izabela dos Reis

Cunha, Lilian Ferro

Cunha, Paulo de Tarso Carneiro

Detzortzis, Maristela Constantino

Emerenciano, Idalvo Alexandre Araújo

Eskes, Albertus Bernardus

Esmanhoto, Paulo Rogério Guimarães

Farnese, Silvio

Fernandes, Cleber de Oliveira

Ferreira, Regina Estella Vieira

Fonseca, Wilma Ferreira

Fontes, Luiz Felipe

Freire, Elano Ribeiro

Freitas, José Renato

Frighetto, Nelson

Fróes, Ricardo Cesarino

Frossard, Ulysses

Ganen, Nadir

Esp. Assist. Oper. e Manutenção
Eletromecânica Bombeamento
Remoto

Esp. em Sensoramento Remoto

Esp. em Revisão de Textos

Esp. em Geologia

Esp. em Contabilidade

Desenhista

Esp. em Tecnologia de Alimentos

Esp. em Administração

Esp. em Defesa Sanitária Vegetal

Esp. em Piscicultura

Esp. em Controle de Pragas

Esp. em Taxonomia

Esp. em Org. e Manut. de
Perímetros Irrigados

Esp. em Agronomia

Assessor Financeiro-Contábil

Esp. em Organiz. Centro de
Dados

Esp. em Produção de Camarões

Esp. em Fitopatologia

Esp. em Avaliação Educacional

Esp. em Acomp. e Avaliação
Prod. Sementes

Esp. em Prod. e Com. de
Sementes

Esp. em Desenvolvimento da
Pesca

Esp. em Meio Ambiente

Consultor em Defensivos
Agrícolas

Administrador

Esp. em Nutrição de Plantas

Esp. em Química Analítica

Esp. em Economia Agrícola

Esp. em Crédito Rural

Esp. em Legislação Agrária

Ganem, Roseli Senna
Garda, Eduardo Carlos
Gomes, Frederico Pimentel
Guedes, Antonio Carlos

Guimarães, Denise Ribeiro

Gutierrez, Vladimir Pezoa

Hernandez, Fernando Ferreyra
Holanda, Antonio Edmar Teixeira
Homer, Michael Robin
Indue, Alice Kazuko
Karia, Claudio Takao
Kitanara, Henrique Toshio
Koning, Theo Jacob

Kuffner, Jacob Ronaldo
Lavorenti, Arquimedes
Lima, Arnaldo R. Cerqueira
Lima, Lúcia Maria Gonçalves

Lima, Luiz Carlos Ramos de
Lima, Pedro Jorge Bezerra Ferreira
Lima, Rubens Rodrigues

Magalhães, Leonidas Machado

Maia, Alberto Fernando
Marones, Lúcia Ribeiro
Matsumoto, Kazumitsu
Medeiros, Maurício Cantalice
Medeiros, Roberto Dantas
Melames, Ricardo
Melo, Alexandre Brito Pereira de
Melo, Roberto Vaz
Memória, José Maria Pompeu
Memória, Ronaldo Santiago

Esp. em Meio Ambiente
Esp. em Difusão de Tecnologia
Esp. em Métodos Quantitativos
Consultor em Fisiologia de Sementes
Esp. em Processamento de Dados
Consultor em Engenharia de Alimentos
Esp. em Solos
Esp. em Educação Rural
Esp. em Parasitologia
Esp. em Agronomia
Esp. em Pesquisa
Esp. em Economia Agrícola
Esp. em Informação para Administração Rural
Esp. em Tecnologia da Borracha
Esp. em Química Analítica
Chefe do Pessoal
Assistente em Prog. e Controle de Projetos
Esp. em Agricultura Irrigada
Esp. em Org. de Produtores
Esp. em Avaliação de Germoplasma Animal
Esp. em Pesquisa Patologia Clínica
Esp. em Perímetros Irrigados
Esp. em Tradução
Esp. em Cultura de Tecidos
Esp. em Difusão de Tecnologia
Esp. em Irrigação
Esp. em Sistema de Produção
Esp. em Entomologia
Esp. em Economia Agrícola
Esp. em Estatística
Esp. em Mecanização Agrícola

Mendes, Antonio Mariano de C.	Esp. em Sistemas de Produção
Menezes, Pedro Augusto	Esp. em Agronomia
Monteiro, Pedro Manuel F. de Oliveira	Esp. em Melhoramento e Produção de Soja Auxiliar em Pesquisa Economista
Morais, José Williams Brandão de	Assessor em Org. Interc.
Morato, Paulo Dias	Esp. em Hidrologia
Motta, Antonio Carlos	Esp. em Fitopatologia
Murta, José Carlos Freire	Esp. em Fitopatologia
Nardo, Elizabeth Aparecida Baptista	Esp. em Melhoramento Animal
Nickel, Osmar	Esp. em Automação e Documentação
Nobre, Paulo Roberto Costa	Esp. em Instrumentação
Oliveira, Renata Azambuja	Esp. em Agronomia
Oliveira, Sérgio Mascarenhas	Esp. em Economia Agrícola
Oliveira Júnior, Sebastião Adolfo	Esp. em Melhoramento Genético de Plantas
Paiva, Ruy Miller	Esp. em Tradução
Patemiani, Ernesto	Esp. em Análise Experimental
Pedrosa, Waleska Magalhães	Esp. em Educação Economista
Penteado, Alberto de F.	Esp. em Educação Rural
Pereira, Adair Martins	Chefe Contabilidade
Pereira, Egon Lucas	Esp. em Ecologia de Floresta Tropical
Pinto, João Bosco Guedes	Esp. em Caract. Bioquímica de Germoplasma
Pires, Celio Fernandes	Auxiliar em Pesquisa
Pires, João Murça	Esp. em Aprov. Combustível da Biomassa
Pires, Maria Joaquina Pinheiro	Esp. em Ação Fundiária
Prudêncio, Cyntia Nogueira	Assessor em Index. de Document. Científica
Quilanqueo, Antonio René Iturra	Esp. em Solos
Rabêlo Filho, Antonio João	Esp. em Artes Gráficas
Rahaman, Quazi Khalulur	Assessor em Inf. e Document. Científica
Ranzani, Guido	
Ribeiro, Milton Martins	
Ribeiro, Zilda Maria de Araújo	

Rueda, Rafael Pinzon	Esp. em Tecnologia da Borracha
Salati, Eneas	Esp. em Utiliz. de Energ. Nuclear Agric.
Sampaio, Maria José Amstalden Morais	Esp. em Genética de Microorganismos
Santoro, Luiz Gonzaga	Esp. em Fisiologia Vegetal
Santos, Elza Rego	Esp. em Hidráulica
Santos Filho, Luiz Ferreira	Esp. em Cartografia
Schwarzstein, Marco André	Esp. em Biologia Molecular
Scramin, Shirlei	Esp. em Química de Prod. Naturais
Silva, Carmen Lúcia da	Esp. em Agricultura Irrigada
Silva, Gustavo Tapioca	Esp. em Comunicação
Silva, Raimundo Missias	Esp. em Agronomia
Silveira, Gilberto Freitas	Esp. Prod. Utiliz. Flor. Energ.
Soares, Ricardo Pereira	Esp. em Agroenergia
Sobreira, Francisco Adonias de Morais	Esp. em Agricultura Irrigada
Souza, Marco Antonio	Esp. em Pesquisa
Souza, Ronaldo Rodrigues	Esp. em Recursos Naturais
Tavares, Helio Raposo	Assessor do Representante
Teixeira, Luiz Alberto	Esp. em Agricultura Irrigada
Trovo, José Benedito de Freitas	Esp. em Aval. e Cons. Germoplasma Animal
Vale, Diógenes Cabral do	Esp. em Programas de Pesquisa
Valentini, Rubens	Esp. em Economia Agrícola
Vaske, Teodoro Romano	Esp. em Transplante de Embriões
Vega, Raul Paredes	Esp. em Comercialização Agrícola
Venlovsky, Roland	Esp. em Avaliação de Pesquisa
Verdade, Francisco da Costa	Esp. em Ciência do Solo
Vieira, Milton Anacleto de Souza	Consultor em Defesa Sanitária Vegetal
Wagner, Elmar	Coordenador Contratos IICA/ EMBRAPA
Wentz, Ingon	Esp. em Virologia Veterinária
Wilke, Ruben Noé	Supervisor de Operações

Anexo II

Brasileiros pós-graduados no Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino

Nome	Ano	Especialidade
Aguiar, Ruy Alcântara de	1967	Extensão Agrícola
Alcoforado, Carlos Barreto	1972	Solos
Álvares-Afonso, Frederico Monteiro	1967	Economia Agrícola
Amaral, Dilson Lima	1970	Dasometria
Amaral, Sebastião do	1972	Dasometria
Andrade, Áurea Helena Serra	1966	Extensão Agrícola
Anelar, Márcilio de	1973	Extensão Agrícola
Azambuja, Gilberto	1965	Pastagens
Berlato, Antonio Moacir	1970	Recursos para o Desenvolvimento
Campos, João Chagas	1970	Dasometria
Carletto, Geraldo Adami	1972	Fitomelhoramento
Carrera, Bianor	1968	Manejo de Gado
Chaves, José Raymundo Pereira	1970	Fitofisiologia
Chaves, Martins Geraldo	1953	Fitopatologia
Coral, Fausto Joaquim	1970	Fitomelhoramento
Cordeiro, Copérnico de Arruda	1961	Fisiologia Animal
Correia, Heli	1964	Extensão Agrícola
Dutra, Saturnino	1972	Nutrição Animal
Etinger, Alberto Estaine de Menezes	1972	Nutrição Animal
Fioravante, Alberto Rosa	1970	Extensão Agrícola
Fonseca, Dirce Maria da	1969	Extensão Agrícola
Garcia, João Reis	1973	Fitomelhoramento
Grangier, Alexandre	1954	Fitopatologia
Grimm Sadi, Sérgio	1970	Recursos para o Desenvolvimento
Igue, Kozen	1964	Solos
Isolan, Floriano Barbosa	1972	Silvicultura

Laroche, François	1966	Solos
Lopes, Augusto Simões	1971	Extensão Agrícola
Lucia, Thomaz	1971	Recursos para o Desenvolvimento
Machado, Paulo Fernandes Rodrigues	1973	Fitomelhoramento
Machado, Ubaldino Dantas	1969	Extensão Agrícola
Manço, Gustavo Roberto da Silva	1965	Fitopatologia
Mariano, Antonio Henrique	1966	Fitomelhoramento
Marinho, Murillo Lins	1970	Solos
Melo, Gilberto Pereira	1963	Extensão Agrícola
Miranda, Emo Ruy de	1972	Solos
Moita, Guilherme de Souza	1968	Extensão Agrícola
Morelli, Aurelio	1971	Solos
Nascimento, Berlando Ledo do	1970	Extensão Agrícola
Osmar, Victor	1973	Economia Florestal
Pereira, Ednar Guedes	1968	Recursos para o Desenvolvimento
Pimentel, Mauro	1972	Extensão Agrícola
Ramalho, Roberto da Silva	1970	Dendrologia
Rezende, Antonio	1973	Silvicultura
Rocha, Herminio Maia	1966	Fitopatologia
Roeder, Miguel	1967	Recursos para o Desenvolvimento
Sampaio, José Maria Couto	1956	Fitotecnia
Santana, Charles José Leondy de	1971	Solos
Schneider, Arno	1971	Recursos para o Desenvolvimento
Shibata, Sayuri	1970	Ecologia Florestal
Silva, Derli Chaves Machado da	1969	Extensão Agrícola
Silva, Telmo Alves da	1969	Recursos para o Desenvolvimento
Tavares, Jaime	1973	Economia Florestal
Tourinho, Manoel Malheiros	1970	Recursos para o Desenvolvimento
Valente, Clinton Saboia	1972	Nutrição Animal
Valle, Leonidas da Costa S.	1969	Pastagens
Vello, Fernando	1963	Fitomelhoramento
Ventocilla, José Antonio	1966	Entomologia

Ventorim, Nelson	1971	Dasometria
Viana, José Luiz Neves	1970	Recursos para o Desenvolvimento
Viana, Ronaldo	1972	Ciências Florestais
Vieira, Jorge Raymundo Castro	1968	Extensão Agrícola
Vieira, Lucio Salgado	1966	Solos



Anexo III

Brasileiros agraciados com os Galardões Interamericanos no Setor Rural

Medalha Agrícola Interamericana

Dr. Carlos Krug,	1962
Eng ^o Agr ^o Felisberto Camargo,	1967
Dr. Álvaro B. Fagundes,	1971
Dr. Paulo de Tarso Alvim,	1979
Dr. José Emilio G. Araújo,	1983

Prêmio Agrícola Interamericana para Profissionais Jovens:

Eng^o Agr^o Helvecio M. Saturnino, 1976

Anexo IV

Funcionários do IICA no Brasil (em março de 1990)

1) Pessoal Profissional Internacional

Nome	Cargo
Aguillar, Carlos	Esp. em Irrigação
Aquize, José	Esp. em Irrigação
Argumedo, Manuel	Esp. em Desenvolvimento Rural
Arrunátegui, Humberto	Esp. Operação. e Manutenção. de Perímetros Irrigados
Bazán, Rufo	Esp. Ger. e Transferência de Tecnologia
Bedoya, Michael	Esp. em Saúde Animal
Bowen, Walter Truman	Esp. em Ciência do Solo
Bresciani, Juan Carlos	Esp. Ger. e Transferência de Tecnologia
Ecos Gonzales, Tomas Backer	Esp. em Projetos
Espinoza, Waldo	Esp. Pesq. e Deserv. Perímetros Irrigados
Galvez, Hildebrando	Esp. em Irrigação
Gomez, Carlos Julio	Esp. em Irrigação
Hatta, Felix	Esp. em Irrigação e Drenagem
Lizárraga, Gustavo	Esp. em Irrigação
Millar, Agustín A.	Esp. em Irrigação e Drenagem
Nonone, Carlos Victor	Esp. em Irrigação
Ospina, Bernardo	Esp. em Dessecação de Mandioca
Otero, Manuel	Representante
Padilla, Jaime	Esp. em Irrigação
Paulet, Manuel	Esp. Manej. e Cons. Terras e Águas
Phillips, Victor Ronnie	Esp. em Economia Agrícola
Pizarro, Esteban Alberto	Esp. em Forrageiras

Reyes, Jesus
Saez, Roberto
Silva, Afonso
Spain, James Maurice
Tejero, Luís Alonso

Torres, Hugo
Urdaneta, Aminta J.
Vega, Rodolfo

Zuñiga, Jorge Humberto
Waiselfisz, Jacobo
Williams, Cesar

Esp. em Irrigação
Esp. em Economia Agrícola
Esp. em Irrigação
Esp. em Solos
Esp. Org. Prod. e Agricultura
Irrigada
Representante Adjunto
Esp. em Desenvolvimento Rural
Esp. Levant. Aval. Recursos
Naturais
Esp. em Irrigação
Esp. em Educação Rural
Esp. em Desenvolvimento Rural

2) Pessoal Profissional Local

Nome

Abreu, Raimundo Nazareno de

Aguiar, Alena Moutelik de

Aguiar, Julio Cesar de

Albuquerque, Germano V. de

Albuquerque, Marconi Lopes de
Alvarez, Marilia Oberlaender

Atrasas, Ana Lúcia

Barreto, Maria Angélica Silva

Barreto Junior, Diomedes

Barros, Raimundo Rands

Bastos, Maria Bernadete S.

Batelli, João Luiz Valim

Brito, Glauco Siqueira de

Cabrera, José Luiz Diaz

Cargo

Esp. em Oper. de Perímetros
Irrigados

Esp. Superv. Projeto e
Desenvolvimento

Esp. em Oper. de Perímetros
Irrigados

Esp. Assist. em Org. Manut. de
Perímetros

Esp. em Planejamento

Esp. em Informação e
Documentação

Esp. em Avaliação Econômica

Esp. em Geologia

Esp. em Comercialização

Esp. em Engenharia Civil

Esp. em Sociologia

Esp. Capac. em Técnicas Rurais
Agroenerg.

Esp. em Ação Fundiária

Esp. em Agronomia

Caricati Filho, Adhemar	Esp. em Destilaria de Álcool
Carvalho, Marcelo Ayres	Esp. em Pesquisa
Castro, Maria Elizabeth E. R. Araújo de	Esp. Formul. e Aval. Políticas Públicas
Cavalcanti, Fernando R. F.	Esp. em Irrigação e Drenagem
Coelho, Erminia Altomari N.	Esp. em Administração
Coelho, Manoelito Cavalcanti	Esp. em Ger., Op. e Manut. Eletromecânica
Coltro, Adolfo	Esp. em Nutrição
Cunha, Lelia Maria C.M.R. da	Esp. em Engenharia
Detzortis, Maristela C.	Esp. em Centro de Dados
Dorothy Filho, Miguel John	Esp. em Agricultura Irrigada
Faria, Renato Moreira de	Esp. em Prod. e Utiliz. de Florestas Energéticas
Ferreira, Rubem Marcondes	Esp. em Nutrição de Plantas
Fonseca, Wilma Ferreira da	Esp. em Meio Ambiente
Fontes, Luiz Carlos S.	Administrador
França, Mariano Bento de	Esp. em Comércio Internacional
Freitas, Maria José Cantalice	Esp. em Agricultura Irrigada
Frossard, Ulysses	Esp. em Crédito Rural
Gouveia Júnior, Antonio	Esp. em Oper. de Perfímetros Irrigados
Lima, Edinair Inácia	Esp. em Computador
Lima, Geraldo Afonso	Esp. em Aprov. Combustível da Biomassa
Macedo, Luiz Dielson A.	Esp. Microcentrais Hidroelétricas
Machado, Ednardo de Freitas	Esp. em Organização de Produtores
Medeiros, Roberto Dantas de	Esp. em Irrigação
Menezes, Pedro Augusto de	Esp. em Agronomia Moura,
José Rodrigues de	Esp. em Sistemas de Produção
Novaes, Márcia Luísa Villas Boas de	Esp. em Administração
Oliveira, José Maria Duarte de	Esp. em Administração
Pedrosa, Martha Maria Fialho	Esp. em Economia
Pereira, Olivio	Esp. em Contabilidade
Praça, Nelson Ferreira	Esp. em Acomp. Fis-Financ. de Projetos
Risso, Wagner Silva	Esp. em Recursos Humanos

Rodrigues, Teresinha de F.	Esp. em Organização de Produtores
Rosa, Milva Edith Giron de Sanaïotti, Luiz Antonio	Esp. em Administração Esp. em Planej. e Coordenação de Programas
Santos, Devanir Garcia dos Santos, Elza Rego dos Santos Filho, Luiz Ferreira dos Scherer, Paulo Moacir	Esp. em Proj. de Irrigação Esp. em Hidráulica Esp. em Cartografia Esp. em Contabilidade
Silva, Francisco A. de A. e Silva, Odilson Luiz Ribeiro e	Esp. Agricultura Irrigada Esp. em Cult. Compl. à Prod. Álcool e Cana-de-Açúcar
Souza, Paulo Marcos B. e	Esp. em Prog. e Superv. de Projeto
Timm, José Ubirajara C. de S. Tollini, Paulo Martins	Esp. em Piscicultura Esp. em Micro e Miniusinas de Dendê
Vilar, Roberto Dantas	Esp. em Extensão Rural

3) Pessoal de Serviços Gerais

Nome	Cargo
Almeida, Amarildo Lúcio de	Assistente em Administração
Almeida, Antonio Ives de	Técnico em Administração
Araújo, Gleide Peres	Secretária Executiva Auxiliar
Araújo, Luiz Henrique de	Assistente em Computador
Araújo, Margareth Silva	Assistente em Administração
Azevedo, Keila Rezende C. de	Secretária Executiva Adjunta
Barbosa, Gladstone	Técnico em Serviços Gerais
Berges, Decio Afonso	Técnico Agrícola
Bezerra, Neuda Maria A.	Secretária
Bobadilla, Ivone de L. L. A.	Secretária
Bueno, Romildo Ferreira	Ajudante de Campo
Caballero, Beatriz Maria S.	Secretária
Camargo, Neiva Maria Arce	Secretária
Cantuária, Celio Maciel	Técnico Agrícola
Cantuária, Felisberto Pereira	Técnico em Desenho

Carijo, Ana Luiza
Caroba, Paulo Joaquim
Castro, Maria Aparecida D. de
Cavalcante, Sandra Barretos
Correia, Alzeny A. da Silva
Costa, João Ferreira da
Costa, Marilda Gomes da
Costa, Paulo Humberto da
Cotrim, Jucilene Pinheiro
Cruz, Jeovani da Silva
Cunha, Francisco Carlos da
Dias, Divino Eurípedes
Drago, Dirce

Fagundes, Tânia Rosete Anhara
Figueiredo, João Carlos
Jericó, Tânia Donizete
Lima, Ivone Barbosa
Lima, Vera Lúcia Alves
Loretti, Adilson
Luna, Maria Sena Silva de
Maciel, Djalma Pinheiro
Maia, Heráclides The Olsen
Margonar, Leonardo
Marques, Nadir M. de Souza
Mata, Ilda dos Santos
Matheus, Aliceu Anselmo

Melo, Idermone Camargos de
Melo, Telmo Marcelo de
Mendonça, Sílvia Helena N. E.
Morais, Jaqueline Freire de
Morelli, Nelson
Moura, Celia Maria Aquino de
Oliveira, Cosma Araújo de
Oliveira, Jacqueline O. de
Passos, Marylane de Castro

Assistente de Finanças
Mensageiro
Assistente Administrativa
Telefonista
Técnica em Pessoal
Servente
Secretária
Técnico Agrícola
Assistente de Escritório
Técnico em Finanças
Técnico em Finanças
Servente
Técnica em Trâmite
Documentário
Assistente de Escritório
Técnico em Contabilidade
Secretária
Assistente
Secretária
Assistente de Escritório
Secretária Principal
Técnico Agrícola
Secretária
Mecanógrafo
Assistente em Administração
Assistente de Escritório
Encarregado de Assuntos
Administrativos
Motorista
Escriturário
Assistente de Escritório
Secretária
Técnico em Contabilidade
Assistente em Administração
Secretária
Assistente Administrativo
Secretária

Pereira, José Paulo Costa
Rambo, Patrícia
Rodrigues, Dilma Maria Andrade
Rodrigues, Maria Antonia Lopes
Santos, Eliete Almeida dos
Santos, Filomeno Barbosa
Santos, Ildeu Rodrigues dos

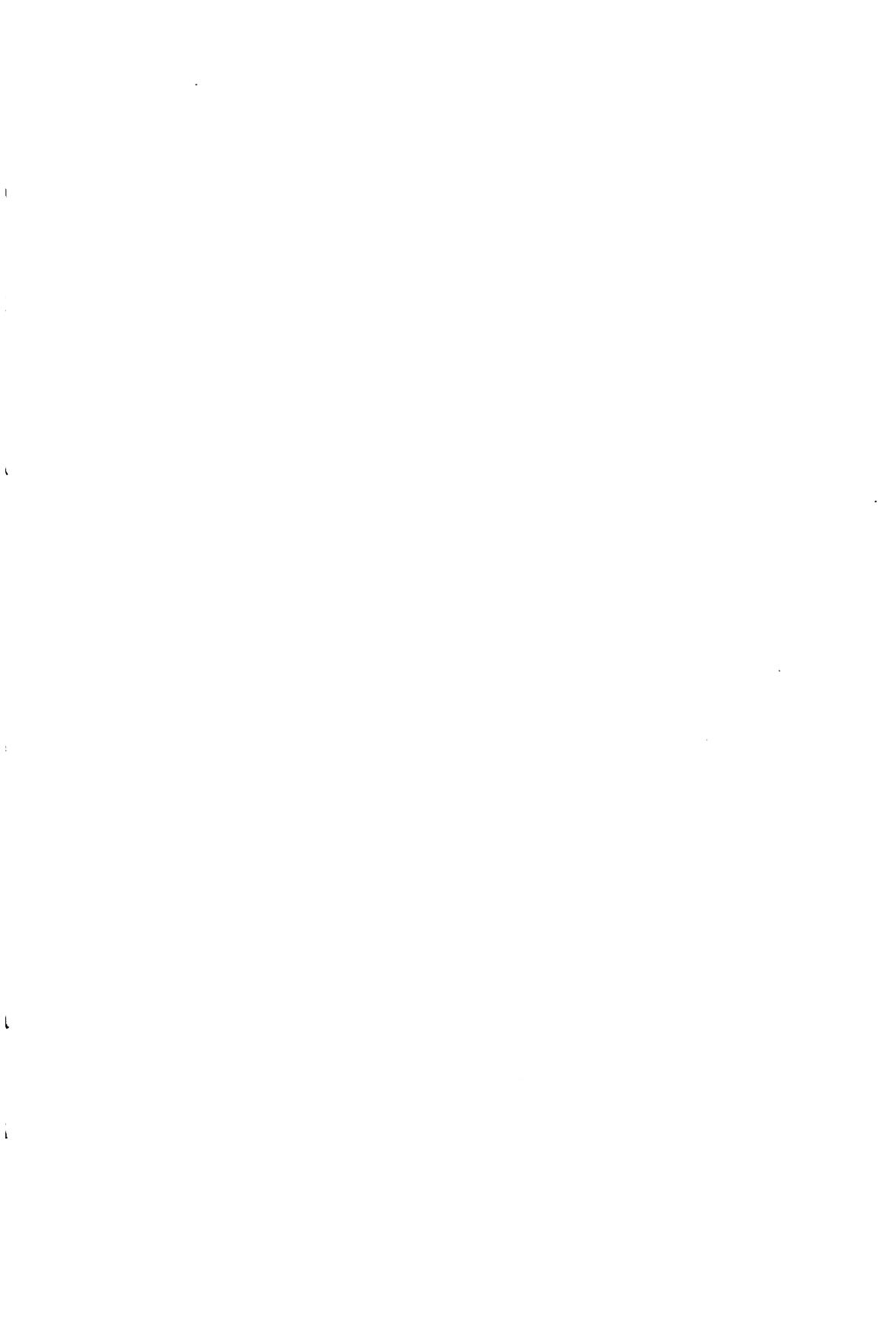
Santos, Matilde Monteiro dos
Santos, Virginia F. dos
Santos, Zildo Anastácio dos
Silva, Aristides Gomes da
Silva, Eduardo
Silva, Luiz Lopes da
Silva, Maria do Socorro P. da
Silva, Maria José Braulino da
Silva, Maria Leda de Lima e
Silva, Mauricea Cardoso da
Silva, Munilo Sodré da
Silva, Paulo Antonio da
Silva, Severino Noel da
Soares, Elisa
Soares Filho, Epifânio Matias
Souza, Bartolomeu da Rocha
Teixeira, David Antonio
Vasconcelos, Vera Regina
Venâncio, Edilsa Nogueira
Ventura Filho, Antonio
Verdi, Maria da Penha Pessoa
Vinhas, Tatiana Sá
Vitoriano, Fátima Margareth

Vigia
Secretária
Assistente de Escritório
Copeira
Secretária
Vigia
Técnico em Prog. e Controle de
Projetos
Faxineira
Copeira
Motorista
Telefonista
Técnico em Pessoal
Ajudante de Campo
Secretária
Assistente em Computador
Secretária
Secretária
Operador de Máquinas
Faxineiro
Assistente de Finanças
Secretária
Mensageiro
Assistente de Arquivo
Assistente Agrícola
Assistente de Projeto
Secretária
Motorista
Secretária Principal
Recepcionista
Recepcionista

Anexo V

Brasileiros em cargos internacionais do IICA (em março de 1990)

Nome	Cargo	Sede
Dal'Acqua, Fernando	Diretor CEPPi	Sede Central
Fiori, Emani M. da Costa	Representante	Canadá
Magalhães, Luiz	Esp. Anál. Planej. Polít. Agrária	Colômbia
Miranda, Carlos L.	Esp. em Desenvolvimento Rural	Sede Central
Monnerat, João Bosco	Esp. em Projetos	Sede Central
Pannunzio, Luiz Carlos	Representante	Paraguai
Rego, Manuel	Esp. em Desenvolvimento Rural	Costa Rica
Santana, Carlos Mattos	Esp. Anál. Planej. Polít. Agrária	Sede Central
Schneider, João Elmo	Esp. em Desenvolvimento Rural	Colômbia
Veras, Amaldo Ignácio	Representante	Uruguai
Vilas, Andrés Trancoso	Esp. Comerc. e Agroindústria	Chile



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
Caixa Postal 09-1070, Brasília DF - Brasil - Tel. (061) 248-5477
SHIS QI 5, Conj. 9 Bl. "D" Comercial, CEP 71.600 - Telex 611959 INAG-BR
Fac-símile (061) 248-5807